



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 117

IV Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 13 de Dezembro de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Mark Marques*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Agenda da Reunião:

1- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2011 – “segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de Dezembro – Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2009/A, de 6 de Março”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*), iniciou-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Hernâni Jorge (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*).

O diploma foi retirado a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD.

2 - Projeto de Resolução n.º 25/2011 – “medidas para otimização do tempo de resposta dos serviços públicos aos jovens em situação de desemprego nos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do diploma coube à Sra. Deputada Isabel Rodrigues (*PS*), usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Cláudio Almeida (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*), Clélio Meneses (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Ambiente (*Álamo Meneses*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

3 - Projecto de Resolução n.º 60/2011 – “aplicação do novo acordo ortográfico na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”, apresentado por um grupo de deputados.

Após as intervenções dos Srs. Deputados Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Isabel Rodrigues (*PS*) e António Pedro Costa (*PSD*), o diploma foi aprovado por maioria.

4 - Projecto de Resolução n.º 37/2011 – “promoção do voluntariado”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Garcia (*PSD*), a quem coube a apresentação do diploma, Piedade Lalande (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Zuraída Soares (*BE*).

Encerrado o debate o diploma foi aprovado por maioria.

5 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/2011 – “primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo”.

Após a apresentação do diploma, feita pela Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*), a proposta foi aprovada por unanimidade.

6 - Projecto de Resolução n.º 39/2011 – “prevenção do bullying nas escolas”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O debate contou com a participação dos Srs. Deputados Cláudio Almeida (*PSD*), que procedeu à apresentação do diploma, Nélia Amaral (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*), Catarina Furtado (*PS*), bem como da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*).

O diploma em apreço foi rejeitado por maioria.

7 - Projecto de Resolução n.º 41/2011 – “recomenda ao Governo Regional que adquira objectos de valor cultural e patrimonial que possam testemunhar o percurso histórico, a identidade etnográfica e as práticas culturais específicas da população corvina”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

No debate, e após a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Álvares (*PSD*), Piedade Lalanda (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Zuraida Soares (*BE*) e Aníbal Pires (*PCP*).

O diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 43 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos iniciar o nosso período legislativo de Dezembro de 2011.

Vamos começá-lo naturalmente pela chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Garcia Lemos

António Gonçalves Toste Parreira

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Alberto Valadão **Vaz**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José **Gabriel** **Eduardo**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
João Oliveira **Teves**
José de Sousa **Rego**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da Costa Pereira
José Francisco Salvador Fernandes
Luís Carlos Correia Garcia
Mark Silveira Marques
Paulo Jorge Silva Ribeiro
Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)
Abel Jorge Igrejas Moreira
Artur Manuel Leal de Lima
Luís Virgílio de Sousa da Silveira
Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)
Mário Manuel de Castro Moniz
Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)
Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)
Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos, não sem antes dar conta às Sras. e Srs. Deputados que por iniciativa do CCD desta Assembleia, está decorrendo no *hall* de entrada desta casa, um bazar solidário, a favor da APADIF, onde está à venda um conjunto de produtos regionais e de artesanato que o próprio CCD conseguiu angariar.

Se puderem passar lá, agradecemos.

Conforme combinado em Conferência de Líderes, rege para todos os diplomas a grelha de tempos habitual:

PS, Governo e proponente – 25 minutos

PSD – 19 minutos

CDS/PP – 13 minutos

BE – 11 minutos

PCP e PPM – 10 minutos

Vamos começar com o ponto 1 da nossa agenda **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2011 – “segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de Dezembro – Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2009/A, de 6 de Março”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra para apresentar o diploma o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em Março de 2011 o PSD apresentou nesta Assembleia cinco propostas de diploma que constituíram o denominado pacote de transparência financeira.

Estes diplomas visam promover e garantir a transparência, a clareza, a objectividade do conhecimento e da análise das contas públicas, para que todos saibam com o que contam e o que se passa com os dinheiros públicos, com os dinheiros que são de todos, com o dinheiro gasto pelas entidades públicas, pelo Governo Regional, mas também com aquilo que é gasto pelas entidades públicas mascaradas...

Deputado Francisco César (PS): Mascaradas?

O Orador: ... aquelas empresas que sendo públicas têm outra dimensão no sentido de transformar aquilo que é público fora do alcance de controlo e da avaliação do Parlamento.

Para que os artifícios, as artimanhas da desorçamentação não consigam esconder e disfarçar aquilo que realmente se passa com as contas da Região, é

preciso saber rigorosamente qual a dívida da Região, é preciso saber o que está por pagar, é preciso saber o que se tem de pagar agora, é preciso saber o que se tem que pagar nos próximos anos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é que é essencial que o Parlamento conheça.

O Parlamento como órgão directamente representativo dos açorianos tem o direito, mas sobretudo tem o dever de fazer esse acompanhamento e de ter todos os meios, informação e capacidade para que esse conhecimento seja o mais rigoroso possível.

Esta proposta é um meio de dignificar o Parlamento, de torná-lo mais eficaz e capaz de conhecer e acompanhar com maior rigor a evolução das contas públicas, quer as contas públicas do Governo, quer as contas das empresas públicas, através de uma unidade de apoio orçamental, conforme de resto acontece em vários Parlamentos.

Na própria Assembleia da República, com sucesso, existe desde 2006, uma entidade de idêntica dimensão, com idênticos propósitos e que tem contribuído para alcançar os objectivos a que se propunha.

Na Assembleia Legislativa dos Açores, a criação de uma unidade técnica de apoio orçamental, com competência para a elaboração de estudos e documentos de trabalho técnicos sobre a gestão orçamental e financeira, pública, visa dotar os Deputados, as Comissões Parlamentares de instrumentos de análise indispensáveis à boa discussão e aprovação do Orçamento da Região, das contas públicas, bem como da informação e contas relativas às empresas do sector público empresarial regional.

Aqui chegados, perante estes propósitos, estes objectivos, de forma clara e transparente, ela própria que coincide com o próprio objectivo da proposta, o PS normalmente tem três atitudes possíveis.

Deputado Francisco César (PS): Vota a favor, abstém-se ou vota contra!

O Orador: De facto, essas duas propostas não se põem. Raramente o PS vota a favor, raramente se abstém.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade, Sr. Deputado. Estamos a favor de todos os pacotes!

Deputado Berto Messias (PS): A transparência foi toda aprovada!

O Orador: O PS, genericamente, perante as propostas do PSD (e estou a falar em termos genéricos da actuação parlamentar do PS) ora vota contra, porque sim, ora vota contra mas passados uns dias, uns meses ou algum tempo, apresenta propostas iguais ou faz o mesmo...

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... ora faz aquilo que faz agora, que é, aproveita-se da proposta do PSD para desvirtuar o seu sentido.

Deputado Berto Messias (PS): Aprovámos todas as propostas do pacote da transparência! Todas!

Deputado António Marinho (PSD): Isso é mentira!

Presidente: Vamos continuar. Estamos no Natal. Faço um apelo ao vosso espírito natalício.

O Orador: Posso continuar Sr. Presidente?

Presidente: Pode continuar. Faça favor.

O Orador: O PS aproveita-se da proposta do PSD, desvirtua todo o seu sentido. Em vez de propor alterações que, legitimamente, melhorem o propósito da proposta, apresentam uma nova proposta que altera todo o seu objecto.

A proposta do PSD, e clarificando, visa a constituição de uma equipa técnica, constituída no âmbito dos movimentos de mobilidade da função pública, isto é, a proposta do PSD não implica qualquer acréscimo de despesa. Implica apenas a constituição dessa equipa através dos instrumentos de mobilidade legalmente existentes.

Deputado Berto Messias (PS): Nunca tinha ouvido essa! Isso é novidade!

Deputados Hernâni Jorge e José Rego (PS): Onde é que isso está escrito?

O Orador: O PS, pelo contrário, quer deixar a sua marca e a marca que o PS quer deixar é, alterando tudo isto, não sendo uma equipa técnica constituída neste âmbito, mais uma nomeação política.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem razão, é verdade sim senhor!

O Orador: Neste caso concreto fica mais uma vez demonstrada a diferença entre o PS e o PSD.

O PSD quer constituir uma equipa técnica que dignifique o Parlamento, que dote de capacidades os deputados e as Comissões para avaliar com rigor e objectividade as contas públicas.

O PS não quer isto. O que o PS quer é nomear mais alguém dependente da vontade política de quem nomeia.

Deputado Francisco César (PS): Normalmente quando se nomeia depende da vontade de alguém!

O Orador: É isto que também distingue o PS do PSD.

Neste caso concreto o PSD entende que será oportunidade perdida se a proposta do PSD não for aprovada, com estes dois objectivos: dignificar o Parlamento dando transparência à análise e acompanhamento das contas públicas e também dando este sinal, sinal de que as nomeações políticas devem ser cada vez mais uma excepção. A regra deve ser a nomeação e o exercício de cargos de responsabilidade, através de critérios técnicos de rigor e de competência.

Deputados Mark Marques e João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Álvaro Meneses (agora numa posição mais cimeira):

Este diploma que o PSD aqui nos traz é bem-vindo e sobretudo numa altura em que a Europa, o País e os Açores atravessam uma crise é fundamental que haja a maior transparência na gestão e na aplicação dos dinheiros públicos.

É isso que se pretende com esta proposta. A proposta é equilibrada, porque propõe uma unidade técnica de acompanhamento, aliás à semelhança do que existe na Assembleia da República e que bom trabalho tem feito, tem feito um excelente trabalho...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ainda!

O Orador: ... que tem servido para os Grupos Parlamentares e para o Governo.

Esta proposta é também bem-vinda e julgo que deve merecer a aprovação nesta casa, porque se não há nada a esconder, se todos defendemos transparência nas contas públicas, se todos defendemos rigor na aplicação dos dinheiros públicos, é obviamente uma proposta consensual e deve ser aplicada.

Não percebo, contudo, as propostas de alteração do PS.

O que o PS propõe é a nomeação de um assessor, de livre escolha, por parte da Presidência que não me parece que traga nada de útil, nem de novo a esta unidade. Não se pode ter a pretensão de uma única pessoa concentrar este trabalho todo e vai obviamente implicar algum aumento de despesa, de eficiência e eficácia duvidosa...

Deputado Francisco César (PS): Aumento de despesa, Sr. Deputado, enquanto que a outra não!

O Orador: ... enquanto que na outra pode não haver aumento de despesa. A Assembleia felizmente dispõe de técnicos especializados. Pode recorrer-se ao regime de mobilidade, pode recorrer-se a uma série de instrumentos que não implique o aumento da despesa global na função pública.

Portanto, é perfeitamente aceitável que devemos debater essa proposta de maneira ...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD).

Presidente: Faça favor de continuar Sr. Deputado.

O Orador: Não querendo interromper o diálogo profícuo, naturalmente entre as duas bancadas queria apenas dizer que classificamos essa proposta de muito positiva e vai trazer mais transparência à gestão de dinheiros públicos nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começar por esclarecer uma questão que foi incorrectamente colocada pelo Sr. Deputado Clélio Meneses. O PS votou e apoiou genericamente esta iniciativa do PSD, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): A questão é essa!

O Orador: ... como consta do relatório da Comissão, sendo, aliás, uma grande imprecisão da parte dele dizer que o PS cada vez que vem uma proposta do PSD, referindo-se particularmente a esta, votava contra, o que não é manifestamente verdade e convém no início desta intervenção esclarecer claramente este facto.

Deputado João Costa (PSD): Os números provam. Em 52 aprovaram 12!

O Orador: Dizer, aliás, que já foi tornado público por este Grupo Parlamentar que todo o pacote e todas as iniciativas relativas ao dito pacote da transparência terão e merecerão o apoio do PS, sem prescindir necessariamente da sua participação, da sua iniciativa e da sua propositura no âmbito da iniciativa superveniente que o regimento desta casa nos reconhece e que é um direito do qual não abdicamos, nem abdicaremos em circunstância alguma, sendo um direito elementar de qualquer Sra. ou Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Depois desta explicação, dizer que o PS concorda genericamente com esta iniciativa, com os propósitos que a sustentam, mas entende que a solução técnica pode ser distinta, aliás, na linha da proposta de alteração que apresentou em Comissão, no âmbito da apreciação na especialidade que não mereceu, então, qualquer posição, comentário ou debate por parte do PSD, enquanto titular da iniciativa originária.

Sr. Deputado Clélio Meneses este diploma foi debatido em Comissão a alguns meses e poderia eventualmente ter sido lapso meu, falha de memória, mas aquilo que o Sr. Deputado Clélio Meneses disse há pouco, relativamente à forma de contratação dos técnicos ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor desconhece a lei!

O Orador: ... para a proposta “unidade técnica de apoio orçamental”, não resulta claramente da iniciativa legislativa do PSD.

Naturalmente o PSD apresentará durante este debate uma proposta de alteração à sua proposta nesse sentido.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Homessa! Decorre da Lei!

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, o que decorre da lei é que a contratação pública tem 3 momentos distintos.

Vou explicar devagarinho:

Deputado Clélio Meneses (PSD): Explique!

Deputado Berto Messias (PS): Veja lá se aprende alguma coisa.

O Orador: Primeiro momento: anúncio de mobilidade:

Segundo momento: concurso interno;

Terceiro momento: concurso externo.

Nada garante que seja preenchida em qualquer dos dois primeiros momentos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Oh, não!

O Orador: Mais, Sr. Deputado Clélio Meneses. Quando se propõe à Orgânica da Assembleia acrescentar 3 técnicos superiores, só pode ter um efeito. Pode ter o efeito que no limite se forem assessores principais isso poderá custar, por ano, à Assembleia mais de 127 mil euros.

Esta é efectivamente a realidade.

É isto que resulta da proposta do PSD e aliás em circunstância alguma a proposta do PSD aponta que a contratação destes técnicos seja feita recorrendo essencialmente ao expediente da mobilidade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Decorre da lei geral! Fica-lhe mal dizer isso!

Deputado Francisco César (PS): Bem-vindo ao debate Sr. Deputado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria saudar o PSD por esta iniciativa, que a vir a ser aprovada, tal como foi proposta, vinha dotar o Parlamento de um serviço de apoio aos Grupos e Representações Parlamentares que se afigura de grande importância, uma vez que os Deputados não são técnicos e as matéria que esta unidade técnica de

apoio orçamental iria tratar, afiguravam-se de facto importantíssimas para o trabalho parlamentar e para o apoio aos Grupos e Representações Parlamentares.

Aliás, esta unidade técnica que funciona na Assembleia da República tem vindo a demonstrar-se de grande utilidade, quer para os diferentes Grupos Parlamentares, quer também para o próprio Governo.

Ainda recentemente esta unidade técnica orçamental, acabou por descobrir na Proposta de Orçamento a duplicação de 380 milhões de euros, acerca de uma despesa.

Lamento que o PS, designadamente agora, através da intervenção do Deputado Hernâni Jorge venha confundir o debate, levando a discussão não para o objecto da proposta, mas sim para a forma da contratação de técnicos e para o aumento de despesa do funcionamento desta Assembleia.

Parece-me a mim que isso não é a melhor forma de tratar este problema.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não foi isso que eu disse, Sr. Deputado!

O Orador: Este problema e o objecto dele é dotar esta Assembleia duma unidade técnica orçamental que valorize o nosso trabalho e dê maior rigor ao mesmo.

Vou aproveitar também para tecer já algumas considerações sobre aquilo que o PS pretende fazer com as propostas de alteração que fez em Comissão e que acabou agora de assumir como suas para o debate.

Ora bem aquilo que o PS faz é esvaziar por completo a iniciativa do PSD, ao criar mais uma assessoria para a Presidência da Assembleia.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: É evidente que não é o Sr. Presidente que está em causa. Não tem nada a ver. Mas de facto é uma coisa substancialmente diferente.

Uma coisa é criar uma unidade técnica de apoio orçamental independente, dotada de recursos para funcionar e servir de apoio ao trabalho parlamentar, outra coisa é alargar o gabinete do Presidente da Assembleia, com um cargo de nomeação.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Exactamente!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto esta proposta de alteração desvirtua completamente a iniciativa do PSD que era efectivamente uma boa iniciativa e iria dotar esta Assembleia duma unidade técnica de apoio ao trabalho parlamentar. Só dignificaria o trabalho Parlamentar.

Vs. Exas. estão a deitar isso por terra, mas esse ónus ficará a vosso cargo e as açorianas e açorianos saberão retirar daqui as ilações que entenderem em Outubro de 2012.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, não fui eu que trouxe a este debate a questão dos custos de qualquer uma destas propostas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não disse outra coisa!

O Orador: O Sr. Deputado Clélio Meneses é que veio referenciar neste debate que a proposta do PSD custaria zero à Assembleia, o que manifestamente não é verdade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não disse isso! Isso é falso! É a mania que têm de deturpar o que dizem os outros!

O Orador: Foi isso que eu procurei esclarecer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não me pareceu!

O Orador: Esclarecido este aspecto, quer a proposta do PSD, quer a proposta de alteração do PS, acrescentam encargos ao Orçamento da Assembleia. Isso é óbvio, ninguém põe isso em causa e é um aspecto para nós acessório e irrelevante neste debate, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Não fomos nós que aqui o trouxemos.

Agora, demagógicamente procurar dizer “a nossa proposta custa zero, a dos outros custa dinheiro à Assembleia”, isso não podíamos aceitar e foi isso que

procurei esclarecer na minha primeira intervenção. Caso não o tenha conseguido, certamente terá ficado absolutamente claro agora.

Deputado João Costa (PSD): Atenta-se à substância então, já que isso não é importante!

O Orador: A proposta do PS, aliás, acrescenta competências a esta assessoria especializada relativamente à proposta do PSD e não é verdade que a escolha desse assessor fique única e exclusivamente no arbítrio ou na boa decisão do Sr. Presidente da Assembleia.

Se o Sr. Deputado Aníbal Pires tivesse lido a proposta de alteração do PS veria que o referido assessor é nomeado e exonerado pelo Presidente da Assembleia, ouvida a Comissão Permanente de Economia.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, eu julgava que não tinha lido tudo, mas afinal!

Deputado António Marinho (PSD): Isso é para rir!

O Orador: Não, não é para rir.

Sr. Deputado António Marinho é ou não verdade que isso consta da proposta?

Deputado António Marinho (PSD): O senhor é mais inteligente do que isso!

O Orador: Sras. e Srs. Deputado, esta proposta tem naturalmente o controlo, o parecer e o acompanhamento constante da Comissão Permanente que tem as matérias orçamentais e financeira na sua alçada e é uma proposta que garante a esta Assembleia ter o nível técnico adequado para o acompanhamento do processo orçamental que se pretende com esta iniciativa.

É uma proposta, como já disse, substancialmente menos custosa para a Assembleia do que aquela que vinha da iniciativa do PSD e que, na nossa perspectiva, é uma solução do ponto de vista técnico, do ponto de vista da solução competencial que se pretende neste domínio e acrescenta mais do que a proposta do PSD.

Deputado João Costa (PSD): Mas isso não interessa nada! O senhor já disse!

O Orador: Podemos discordar relativamente a essa matéria, mas é essa motivação e essa convicção que motivou a iniciativa do PS, pondo a Comissão Permanente de Economia na primeira linha da decisão e até da escolha do técnico que terá essas funções, coisa que não sucede num processo de contratação pública.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PPM apoia esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD.

Consideramos que nestas questões, com o aumento da complexidade dos assuntos que aqui são tratados no âmbito das propostas orçamentais e também a complexidade da governação, do ponto de vista geral, é evidente que existe um desequilíbrio cada vez mais acentuado entre o Governo Regional e os meios técnicos que tem ao seu dispor, e os meios técnicos que tem o Parlamento para poder acompanhar com eficácia a complexidade técnica deste tipo de documentação.

Nesse sentido, o que se deve fazer no âmbito de um sistema parlamentar é aumentar a capacidade desse sistema parlamentar e das Representações e dos Grupos Parlamentares, dos que os constituem, para que o Parlamento possa ter esse papel cimeiro que o nosso Estatuto Político-Administrativo lhe dá.

Esse papel só pode ser exercido se existir uma competência técnica acrescida e que possa de facto estar à altura da complexidade da documentação que aqui é discutida.

Nesse sentido, a proposta do Grupo Parlamentar do PSD é positiva, porque enquadra-se perfeitamente no reforço e na identidade parlamentar do nosso sistema político. Enquadra-se perfeitamente naquela que é a escolha política que foi feita pelos açorianos em relação ao seu sistema político.

Considero por isso que esta unidade técnica de apoio orçamental, e falo também na qualidade de parte duma pequena representação Parlamentar, teria de facto uma grande, grande importância, para melhorar a nossa eficácia. Não que esteja

em causa uma decisão política. A decisão política continuaria a ser completamente autónoma, por parte das diversas representações políticas com assento neste Parlamento.

Mas essa decisão política tem que ser sustentada numa informação correcta e tem de ser sustentada numa informação cada vez mais ampla.

Portanto, é de facto uma proposta que vai no caminho certo, vai no caminho de reforçar o nosso sistema parlamentar.

Nesse sentido o PPM votará a favor da iniciativa.

Termino referenciando também aquela que é a proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PS.

Como também já aqui foi dito pelo Sr. Deputado do PCP, considero que a vossa proposta desvirtua completamente esta iniciativa e tem um efeito absolutamente contraproducente. Tem um efeito de tentar de alguma forma controlar a informação e de não ir ao encontro daquilo que é essencial, que é de facto criar uma unidade técnica de apoio orçamental neutral, absolutamente neutral e apenas com funções técnicas, pura e simplesmente.

Depois cada um toma as suas decisões políticas de acordo com essa informação. Agora, a vossa alteração desvirtua e muito aquela que é a iniciativa do PSD e que é uma iniciativa muito meritória.

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Jorge Macedo (PSD): Começam a sessão plenária levando uma coça de toda a oposição!

O Orador: Sr. Deputado Hernâni Jorge, até poderia ter deixado escapar alguma linha da leitura das vossas propostas que foram apresentadas em sede de Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, mas fui verificar e aliás V. Ex^a. referiu o facto de a nomeação depender dum parecer da Comissão Especializada, será com certeza a Comissão de Economia. Mas diga-me uma coisa, o que é que isso releva para o facto? Isso deixou de ser uma

nomeação pelo Presidente da Assembleia, só porque ele ouviu a Comissão de Economia?

Oh, Sr. Deputado, pelo amor de Deus! Santa paciência!

Na segunda intervenção, V. Ex^a. voltou a centrar a sua intervenção na despesa e na forma de contratação da unidade técnica ou dos funcionários para a unidade técnica de apoio orçamental, o que me parece que não é de facto o objecto do que está à discussão. O que está à discussão é dotar esta Assembleia duma unidade de apoio técnico orçamental, como já se verificou e como se verifica na República, é fundamental, para o bom desempenho do trabalho parlamentar.

Vs. Exas. terão de arranjar com certeza outros argumentos.

Até nem quero crer que esta proposta que estamos aqui a apreciar vos tenha causado alguma incomodidade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas pode crer!

O Orador: Não sei porquê? Não percebo porque isto vos causou alguma incomodidade, porque aquilo que se pretende é apenas melhorar o funcionamento do trabalho parlamentar, com informação independente, fiável e rigorosa, sobre questões de grande complexidade, como são o Orçamento e a Conta da Região.

Pelo amor de Deus! Não vejo porque isto tenha causado incomodidade, de maneira a que aceitem a proposta, mas desvirtuam-na, não criando a unidade técnica de apoio orçamental e alargando o gabinete do Presidente da Assembleia, com um cargo de nomeação. É uma coisa completamente diferente daquilo que é a génese da proposta que aqui estamos a discutir.

Portanto Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PS, arranjam outros argumentos e demonstrem claramente que não têm nenhuma incomodidade em aprovar esta proposta, tal como ela foi concebida na sua génese e não a prostituam.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira nota para manifestar o mais veemente protesto relativamente a uma atitude que é comum nalguns políticos: a atitudozinha da pequena mentirinha de alteração das palavras dos outros com sentidos políticos. Isto é inadmissível! Com isso estão a continuar a progredir na descredibilização da política.

Em nenhum momento eu disse que esta proposta representava aumento zero na Assembleia. Estou a dizer-lhe isto “olhos nos olhos”, Sr. Deputado.

O que eu disse foi que a proposta do PSD não implicava aumento da despesa pública, porque de acordo com a lei geral nas regras de concurso, em primeiro lugar há os instrumentos de mobilidade, isto é, um funcionário que está numa entidade pública passa para outra, ganhando o mesmo e não havendo por isso aumento da despesa pública.

Em segundo lugar, pode haver um concurso interno em que os funcionários doutro serviço público, que já ganham por outro serviço público, passam para outro, não havendo aumento da despesa pública.

Deputado Hernâni Jorge (PS): No mínimo recebiam os 33% de suplemento da Assembleia!

O Orador: Em nenhum momento eu disse que a Assembleia ia aumentar. Estou a falar em termos de aumento da despesa pública.

Lamento, profundamente, pelo menos em termos de aparte, que alguns Srs. Deputados do PS não conheçam as regras da contratação de pessoal em termos públicos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E o senhor não conhece as regras da Assembleia!

O Orador: As regras são essas, ao ponto de que se é a lei geral não é necessário, nem sequer seria correcto introduzir neste diploma outras regras de contratação pública diferentes daquelas que são lei geral. Por isso não estão aqui. Por isso não tem de haver, obviamente, qualquer proposta de alteração.

Sobre esta matéria o que fica claro é isto. Mais uma vez a proposta do PSD pretendia introduzir ao nível de funcionamento da Assembleia uma unidade de

apoio técnico que dotasse o Parlamento de conhecimentos e capacidades adequadas ao exercício correcto das suas funções, mas de apoio técnico.

Por outro lado (e a diferença é esta), o Grupo Parlamentar do PS aproveita todas as oportunidadezinhas para mais um nomeado, para mais uma nomeação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É isto que nos distingue.

Da nossa parte, o que entendemos é que deve ser nomeação técnica, de acordo com os critérios gerais, da lei geral da contratação dos funcionários públicos.

Da parte do PS tudo serve para nomear mais um subjugado.

Com isso, não estamos a pôr em causa de forma alguma, o Sr. Presidente da Assembleia que neste momento é quem é,...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ah, pois não!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PS quer mais um *job for the boy!*

O Orador: ... mas estamos a pôr em causa um princípio, estamos a pôr em causa um objectivo e uma postura que é própria do PS, que aproveita cada buraquinho para meter mais um dos seus. Isso é que nos distingue claramente.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade!

O Orador: Por outro lado, gostaria de fazer referência a um aspecto que me parece de facto relevante.

O PSD teve a iniciativa legislativa que merece o apoio generalizado de todos os partidos desta Assembleia, com excepção do PS.

O PS aproveita a proposta do PSD e altera todo o seu sentido, desvirtua por completo a proposta do PSD, como já foi aqui bem referenciado, isto é, como alguém que tem um livro, tira a capa e muda o conteúdo. A capa fica a mesma, mas o conteúdo é outro.

Isto é no mínimo pouco correcto para não utilizar outra expressão.

O PSD não pode permitir isso, não pode permitir que a sua iniciativa que tem o apoio de vários partidos seja absolutamente desvirtuada.

E depois aquele truquezinho habitual, mais um truquezinho: nós votamos a favor da proposta, mas alteramos o sentido. Homessa!

É essa vossa postura que não só desvirtua essa proposta, mas também contribui para descredibilizar cada vez mais a política.

Deputado Francisco César (PS): O senhor diz sempre a mesma coisa!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não sabe dizer outra coisa!

O Orador: Os senhores não sabem ter outro comportamento. O problema é esse.

Termino a minha intervenção, Sr. Presidente, fazendo um desafio ao Grupo Parlamentar do PS:

Perante os fundamentos, a objectividade e a clareza da proposta do PSD, perante o apoio generalizado dos argumentos utilizados por outros partidos nesta Assembleia, se o PS retira a sua proposta de alteração e assume aquilo que é o fundamento e os propósitos da proposta do PSD.

Deputado Francisco César (PS): Era o que faltava!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De acordo com todas as intervenções dos Grupos Parlamentares e das Representações Parlamentares que me antecederam é unânime o acordo e o reconhecimento da mais-valia desta proposta de iniciativa do PSD, da criação de uma unidade técnica de apoio orçamental para os serviços desta Assembleia com as competências que lhe estão determinadas neste mesmo diploma.

Todos estamos de acordo na necessidade e na mais-valia que esta unidade técnica trará aos trabalhos desta casa, nomeadamente aos trabalhos dos Deputados e Deputadas desta casa.

Por outro lado, de acordo também com as intervenções que me antecederam, há dúvidas e há sobretudo reconhecimento de que a proposta de alteração do PS é uma outra coisa que não a unidade técnica de apoio orçamental, ou seja, para

falarmos de uma forma mais clara, o PS aproveitou a iniciativa legislativa do PSD para fazer dela “barriga de aluguer” de uma outra coisa, que não é aquilo que está em discussão.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande tarefa!

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

A Oradora: Todos estamos de acordo com aquilo que está em cima da mesa, que é a iniciativa legislativa do PSD e aparentemente todos estamos em desacordo, quer com o conteúdo, quer com a forma utilizada pelo PS, para na realidade desvirtuar a iniciativa do PSD e transformá-la numa coisa completamente diferente.

Por isso eu tenho duas perguntas a fazer ao Grupo Parlamentar do PS, que pedia humildemente que tivessem resposta.

A primeira é: qual é na opinião dos Srs. e das Sras. Deputadas, a mais-valia concreta que esta proposta de alteração traz para uma unidade técnica de apoio orçamental? É isto que estamos a discutir.

Segunda questão: se na realidade esta proposta de alteração não é uma forma airosa de não aprovar a proposta do PSD? E ficamos “sem pau e sem bola”, ou seja, ficamos sem unidade técnica de apoio orçamental e ficamos também sem a tal assessoria que o PS quer criar.

São duas perguntas simples. Agradecia a resposta.

Deputado Francisco César (PS): Uma! A primeira a senhora já deu a resposta por si!

A Oradora: São duas. A segunda é tão importante quanto a primeira. São duas! Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É sempre um prazer responder às questões e às dúvidas que suscitam as nossas intervenções ou as nossas posições.

Começando por aí, dizer que o PS importa-se e releva a existência de informação técnica na área orçamental e financeira, mas não uma qualquer informação técnica.

O PS faz questão que seja uma informação técnica qualificada nestes domínios.

Deputado João Costa (PSD): Fugiu-lhe a boca para a verdade!

O Orador: Este é um aspecto extremamente relevante. Este é um aspecto que a nossa proposta

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).

Presidente: Faça favor de continuar Sr. Deputado.

O Orador: Os Srs. Deputados têm todo o direito e toda a legitimidade de discordar ou divergir das minhas opiniões, mas certamente ser-lhes-ia mais fácil tentar percebê-las se pelo menos me tentassem ouvir.

Deputado João Costa (PSD): Já percebemos, Sr. Deputado!

O Orador: É isso que eu vou tentar fazer, tentar explicar, prosseguindo com a minha intervenção.

Dizia eu que para o PS é importante a informação técnica, mas não basta uma qualquer informação técnica.

É essencial que estejamos perante informação técnica qualificada.

Para o PS informação técnica qualificada faz-se através de técnicos cuja competência e qualidade neste domínio seja reconhecida por esta Assembleia e particularmente pela Comissão Especializada de Economia que dará o seu parecer e manifestará a sua opinião relativamente à escolha do técnico que fará esse acompanhamento no âmbito desta Assembleia.

Deputada Zuraida Soares (BE): Qual a diferença?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, isso é para convencê-lo a si ou é para convencer a nós?

O Orador: Está o Sr. Deputado Aníbal Pires, está a Sra. Deputada Zuraida Soares, estão as Sras. e Srs. Deputados, convencidos que essa informação

técnica qualificada se obtém, por exemplo, através de três técnicos estagiários contratados, acabados de sair duma escola de gestão?

Deputado Zuraída Soares (BE): Mas quem é que disse isso?

O Orador: É a proposta do PSD que admite isso!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas quem é que disse isso?

Deputado João Costa (PSD): Que grande atestado que o senhor acabou de passar às escolas de gestão! Se for a escola do Sócrates, até acreditamos!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, é uma pergunta clara e objectiva: estão as Sras. e Srs. Deputados convencidos que essa informação técnica será qualificada se for pedida a três técnicos estagiários, por melhores que sejam, contratados, acabados de sair duma escola de gestão?

O PS tem dúvidas relativamente a esta solução.

É por entender que essa informação técnica deve ser e tem que ser qualificada e que essa qualificação não pode deixar de ser aferida pelos Deputados no âmbito da Comissão de Economia, que o PS faz a proposta que apresentou no âmbito da Comissão de Assuntos Parlamentares.

Mais, o PS, em circunstância alguma põe ou porá em causa a independência do Sr. Presidente da Assembleia, este ou outro qualquer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é isso que está em discussão!

O Orador: Aliás, não somos nós que temos por hábito apresentar moções de censura a Presidentes da Assembleia.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, o PS respeita e respeitará a independência e o exercício do mandato do Presidente da Assembleia, como respeitará certamente o Sr. Presidente da Assembleia na sua decisão, a informação, o parecer e a posição que a Comissão de Economia lhe transmita no seu parecer, cuja proposta do PS exige.

O PS entende e tem dado provas da importância da relevância deste tipo de apoio técnico ao nível dos Parlamentos.

O PS em 2006 criou na Assembleia da República a unidade técnica de apoio orçamental.

O PS, poder na Região neste momento, apoia a criação de uma assessoria especializada no âmbito deste Parlamento.

O PSD prepara-se, ouvindo as palavras de Couto dos Santos e de Assunção Esteves, para extinguir a unidade técnica de apoio orçamental na Assembleia da República, uma vez chegado ao poder.

Deputado Costa Pereira (PSD): E o que é que isso tem a ver?

O Orador: Esta é uma diferença relevante entre o PS e o PSD quando estão no poder ou quando estão na oposição.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Registrar o grande esforço, empenho e convicção do Deputado Hernâni Jorge ...

Deputado João Costa (PSD): Convicção!

O Orador: ... para tentar defender aquilo que é indefensável e aquilo que é contraditório.

Vou pegar apenas nas suas palavras.

O Sr. Deputado diz (não está dito na proposta) e vamos tomá-lo como bom e verdadeiro que três técnicos altamente especializados, saídos de uma universidade e de uma escola de gestão não são capazes de fazer isso, mas um assessor único é capaz de fazer.

Sr. Deputado, vamos lá ver se nos entendemos.

Três técnicos numa escola de gestão não podem, mas um assessor do Sr. Presidente da Assembleia pode fazer esse trabalho que três técnicos especializados da melhor escola de gestão do País ou até estrangeira não conseguem fazer. Há aqui uma contradição que o Sr. Deputado vai ter que explicar.

Deputado Costa Pereira (PSD): Vem de Paris!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Vem da escola de Chicago!

O Orador: Sr. Deputado não precisa ir à escola de Chicago. Naturalmente terá toda a consideração pelos técnicos da Universidade dos Açores, ou não tem? Acha que não tem condições para formar?

Isto também entronca noutra questão que é a questão dos senhores defenderem (já vamos falar nisso a seguir no próximo diploma) a qualificação dos açorianos, a qualificação dos jovens, os jovens altamente qualificados, que os senhores propagam a toda a hora, mas depois acham que estes jovens não são capazes de desenvolver este trabalho. Acho efectivamente que são e alguns deles estão desempregados, com mestrado e alguns a fazer doutoramento, Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Acho que mesmo recrutando exteriormente e aumentando de algum modo a despesa, desde que seja um concurso público isento, não me parecia mal, porque de certeza com o trabalho altamente especializado dessa gente, ia poupar-se muito dinheiro. Não tenho dúvida e ia haver uma melhor aplicação dos dinheiros públicos.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora, o que eu quero é que o senhor me explique como é que três não conseguiam fazer e um assessor do Sr. Presidente conseguia fazer.

Deputado João Costa (PS): Já se sabe quem é o assessor!

O Orador: Quanto à moção de censura, Sr. Deputado, vou abster-me de comentários porque desvirtuava totalmente este debate e dava-nos outro debate. Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria agradecer ao Deputado Hernâni Jorge o facto de ter respondido a uma das perguntas que eu fiz, mas, com toda a franqueza, eu tenho que lhe dizer que “foi pior a emenda do que o soneto”.

Vou dizer-lhe porquê.

Primeiro: é duma demagogia insuportável o PS querer encostar quem não concorda com a vossa proposta de alteração a uma leitura de desconfiança da independência do Presidente, deste ou de qualquer outro Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas essa dúvida perpetua!

O Orador: Isso é inadmissível e é demagogia a mais para esta hora da manhã.

Portanto, vamos dar o seu a seu dono e cada coisa no seu lugar.

Parece que começa a ficar cada vez mais claro que aquilo que o PS não quer é uma unidade técnica de apoio orçamental. Isso é cada vez mais evidente. Não quer essa unidade; não quer esse trabalho; não quer esse instrumento ao serviço dos Deputados e Deputadas desta casa, no trabalho de fiscalização e de levantamento da acção governativa. Não quer, porque se quisesse não tinha feito esta proposta de alteração.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade!

O Orador: Finalmente, porque também é irresistível, tenho que chegar a esta conclusão.

O PS com esta proposta de alteração e com a criação de mais um *boy ou girl*, como disse o Sr. Deputado Aníbal Pires, está a fazer nos Açores, exactamente o que o PS e o CDS estão a fazer no continente, que é uma coisa engraçadíssima, é transpor para aqui aquilo que está a acontecer, por exemplo, ao nível dos hospitais com estes dois partidos. É incrível como entre a Nordela e a Portela as coisas mudam tão rapidamente.

Portanto, para que fique claro, o BE concorda em absoluto com a iniciativa legislativa do PSD, discorda em absoluto da proposta de alteração do PS, o que cria um problema, é que no fim ainda não percebi o que é que nós vamos votar.

Deputado Francisco César (PS): Faça uma proposta de alteração Sra. Deputada!

O Orador: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por esclarecer exactamente esta questão.

Não pode de maneira nenhuma o PS em defesa, não se sabe muito bem do quê, tentar passar a ideia de que há aqui algum tipo de desconfiança, relativamente à independência do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Não há nenhuma. Eu reitero aqui aquilo que a Deputada Zuraida Soares disse sobre isso.

A questão não é essa.

Hoje temos um Presidente, daqui a um ano poderemos eventualmente ter outro, não interessa, mas quando mudar o Presidente vai também mudar o *boy* ou a *girl*.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é para o gabinete do Sr. Presidente?

O Orador: O grande problema é esse.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Nenhum!

O Orador: Não senhor. O grande problema é esse e não venham cá com a desculpa da audição da Comissão de Economia, como se isso fosse o garante de independência.

Portanto, Vs. Exas. têm de arranjar um melhor argumento.

Depois há aqui uma outra questão que é a seguinte: parece-me que a unidade técnica que é aqui proposta, teria vindo a ser criada uma validade, da forma como foi apresentada pelo PSD, de uma enorme importância.

Aliás, ela é de tal forma importante para o trabalho parlamentar que como disse a Deputada Zuraida Soares, o PSD e o CDS querem acabar com ela na República. Não será por acaso.

Vs. Exas. têm exactamente essa posição: inviabilizarem a criação duma unidade técnica de apoio orçamental. Parece-me que denota uma incomodidade que não é justificável, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado João Costa (PSD): O Governo é que não tem nada a dizer sobre isso!

O Orador: Então Vs. Exas. agarram-se sempre à transparência, ao rigor, à saúde das contas públicas, fundados até nos pareceres do Tribunal de Contas, qual é o vosso problema, qual é a vossa incomodidade?

Deputado Hernâni Jorge (PSD): Não é incomodidade!

O Orador: É. É porque não querem criar essa unidade técnica independente e transparente que produz informação fiável e rigorosa para os Deputados.

Essa incomodidade, sinceramente não a entendo e pelos motivos que acabei de enumerar e volto a repetir.

Vs. Exas., fundados no parecer do relatório do Tribunal de Contas sobre as contas da Região, continuam a afirmar mais ou menos, justificadamente, o rigor e a transparência da aplicação dos dinheiros públicos.

Então por que é que têm medo desta proposta, da criação duma unidade técnica de apoio orçamental para o trabalho parlamentar?

Essa incomodidade é que é incompreensível para mim, é incompreensível para as restantes bancadas e é incompreensível para as açorianas e açorianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): O que será que o Governo tem a dizer sobre isto?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, como autor desta iniciativa faz uma análise deste debate no sentido de que há um apoio generalizado dos vários partidos a esta proposta, com argumentos claros e bem identificados e há por outro lado uma

insistência do PS, uma teimosia do PS, em manter uma proposta que já está mais que demonstrado não faz qualquer sentido neste âmbito e neste debate.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É a sua opinião!

O Orador: Aproveito para dar aqui uma nota de solidariedade para com os funcionários do quadro da Assembleia Legislativa que foram postos em causa pela intervenção do Sr. Deputado, na medida em que fez referência de que é necessário um parecer duma Comissão Especializada para avaliar a capacidade dos funcionários.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quem é que disse isso?

O Orador: Ora, nenhum funcionário desta casa entrou nesta Assembleia no âmbito de uma qualquer avaliação ou parecer de comissão técnica especializada.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, para nós o que é importante é que neste caso concreto entendemos que também a avaliação técnica, a competência técnica, decorre da lei geral de contratação e isso para nós é mais do que suficiente para credibilizar o funcionamento da Assembleia.

Por outro lado corríamos o risco, isso sim, de um nomeado qualquer aparecer aqui, estamos a falar de contas públicas, e defender algo do género, de que pagar dívidas é coisa de criança. Não queremos obviamente correr esse risco.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Nada impede que José Sócrates concorra ao concurso externo!

Deputado João Costa (PSD): Não é funcionário!

O Orador: Perante tudo isso, perante a insistência do PS, perante o desafio que lancei ao PS de retirar a sua proposta porque desvirtua em absoluto a proposta do PSD e, sobretudo, perante as intervenções dos vários partidos que sustentaram a proposta do PSD e também manifestaram essa absoluta discordância da proposta do PS por também ela desvirtuar a proposta do PSD, o PSD requer nos termos regimentais a retirada deste diploma, porque o PSD não

quer com a sua atitude permitir que se faça mais uma nomeação contra aquilo que são os propósitos básicos essenciais da sua proposta.

Nessa perspectiva o PSD, nos termos regimentais aplicáveis, retira a proposta em discussão, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge pede a palavra para?

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Para uma informação Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para uma interpelação e para perguntar se o PSD já formalizou a retirada do documento.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD).

Presidente: Faça favor de continuar.

O Orador: Sr. Presidente, esta pergunta e este esclarecimento que o Sr. Presidente acabou de prestar são importantes para saber se pediria para usar da palavra ainda no âmbito da apreciação da iniciativa, ou se pediria para usar da palavra para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: O que lhe posso dizer é que considero, para já, sem prejuízo do PSD poder formalizar por escrito, que estamos aqui todos ...

O Orador: Peço a palavra Sr. Presidente e deixo à consideração que me conceda a palavra para um protesto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já disse há pouco e recordo que o PS apresentou a sua proposta de alteração há vários meses na Comissão de Assuntos Parlamentares.

Essa proposta não suscitou qualquer debate por parte do PSD em sede de Comissão.

O debate começou a ser feito e foi feito neste momento. No momento em que estamos a fazer o debate, ainda estamos a debater na generalidade e nem sequer chegámos à especialidade, o PSD furta-se de uma forma democraticamente incompreensível ao debate, à consensualização de posições e ao acerto de posições técnicas que deve ser feito no âmbito desta Assembleia.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O PSD, ao retirar, a proposta nem permitiu, estando eu inscrito que terminasse o debate na generalidade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu ia ficar à espera o resto do dia!

O Orador: O PSD nem permitiu que terminasse o debate na generalidade, de forma eventualmente a que os partidos pudessem evoluir nas suas posições e pudessem sintetizar aqui aquilo que é essencial.

Aquilo que é essencial na perspectiva do PS é que visse reforçados os seus poderes e as suas competências em matéria de controlo orçamental e financeiro. Pelos vistos o PSD queria fazer um número mediático e um espectáculo mediático neste momento e não está preocupado com o controlo orçamental e com o controlo financeiro das contas da Região.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mais, protestar também contra a visão que o PSD tem do gabinete técnico desta Assembleia.

O PS reconhece e regista a competência dos funcionários desta casa. O PSD pelos vistos não a reconhece.

Os 4 técnicos superiores do Gabinete de Planeamento não são competentes, não são suficientes, nem são capazes. Eram precisos mais três para substituir a incompetência destes na perspectiva do PSD.

Deputados Berto Messias e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem 3 minutos para um contra-protesto.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para de uma forma muito clara manifestar que o PSD apresentou uma proposta que teve o apoio de todos os partidos...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Esperasse pela especialidade!

O Orador: ... isto é, todos os partidos na Assembleia Legislativa dos Açores pretendiam a criação duma unidade de apoio técnico. Apenas o PS queria mais um nomeado, aproveitando-se de uma proposta do PSD.

O PSD, por mais do que uma vez, e outros partidos, desafiaram o PS a alterar ou retirar a sua proposta.

Fiz este desafio de forma expressa, objectiva e clara.

Perante tudo isto não tinha outra alternativa que não fosse retirar a proposta.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Espere pela especialidade!

O Orador: Da parte do PSD, apenas termino lamentando mais este triste espectáculo que o PS deu à política açoriana.

Deputada Cecilia Pavão (PS): Triste espectáculo é os senhores não trabalharem em comissão!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos voltar ao debate, a proposta foi retirada.

Vamos prosseguir os nossos trabalhos com o ponto seguinte da nossa agenda:

Projecto de Resolução n.º 25/2011 – “medidas para optimização do tempo de resposta dos serviços públicos aos jovens em situação de desemprego nos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando em Março passado o PS deu entrada nesta Assembleia desta iniciativa, alertava já para os efeitos da crise económica e financeira global no desemprego na generalidade dos Países Europeus.

O aumento da taxa de desemprego é infelizmente uma das consequências mais visíveis desta crise e tem impactos muito significativos na vida dos cidadãos.

Nos Açores, o Governo Regional tem encarado o emprego sempre como uma prioridade e os resultados do Plano Regional de Emprego dão conta disso, por exemplo, no aumento registado na população empregada, na relação entre funcionários públicos e trabalhadores de empresas privadas e ainda no facto de conseguirmos manter a segunda menor taxa de desemprego do País, pesem embora as circunstâncias muito difíceis que o país e a Europa atravessam.

Ora, naquele Plano Regional de Emprego, aponta-se para uma resposta dos serviços públicos em 100 dias.

A iniciativa que estamos agora a apreciar recomenda em síntese a adopção de três medidas:

Uma primeira, que visa proporcionar aos jovens desempregados um encaminhamento num prazo substancialmente mais curto, 50 dias, ou seja, que nesse prazo o cidadão seja encaminhado para uma oferta de emprego ou para uma alternativa formativa que melhore a sua empregabilidade;

Em segundo lugar, para facilitar o acesso à informação através da criação de uma plataforma digital que contenha toda a informação relevante em matéria de

apoio ao emprego jovem e encaminhamento de jovens desempregados, mecanismos de apoio à criação do próprio emprego e aos jovens empresários; Em terceiro lugar, através do reconhecimento e divulgação das boas práticas empresariais como forma de fomentar a integração de jovens estagiários.

Ora se em Março o PS entendia, e bem, que a evolução do desemprego recomendava uma atenção especial e cuidada com os desempregados jovens, os últimos dados disponíveis do Instituto do Emprego e Formação Profissional, reforçam a necessidade das medidas contidas nesta proposta do PS.

Efectivamente, de forma geral, no país observa-se o aumento do desemprego jovem, o aumento da procura de primeiro emprego e o aumento do desemprego entre os mais qualificados e isto porque a geração mais jovem é a mais penalizada pela falta de criação de emprego, falta de criação de emprego essa que é fortemente condicionada pelo agravamento da crise internacional e nacional e pelas medidas obsessivas do Governo da República.

Assim, o PS pensa que as medidas que recomendamos darão um contributo importante à abordagem deste problema e esperamos contar com o apoio desta câmara para esta iniciativa.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A Sra. Deputada estava a ir tão bem, tão bem, mas no fim falou no Governo da República e estragou tudo!

Deputado Rogério Veiros (PS): Quando se fala no Governo da República, estraga-se tudo!

Presidente: Estão abertas as inscrições Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, o desemprego jovem hoje em dia é uma realidade que podemos verificar por todas as ilhas dos Açores e a prova disto é esta proposta que o PS apresenta aqui hoje.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Em todo o mundo, Sr. Deputado!

O Orador: É um drama para várias famílias, por todos os Açores, que querem ter condições de vida, querem ter boas condições para sustentar os seus filhos e muitas delas não conseguem encontrar emprego ou têm difícil acesso ao emprego.

Deste modo o que temos vindo a assistir é a um aumento do desemprego na Região. Temos vindo a assistir a um aumento do desemprego de dia para dia.

Este Governo do PS já está há cerca de 16 anos no Governo e, o que é certo, é que o desemprego tem vindo a aumentar de dia para dia.

Pode-se usar a desculpa de que é a crise internacional, pode-se usar a desculpa de que é a questão das medidas rigorosas de austeridade dos governos do PS na República e do PSD, mas, o que é certo, é que o desemprego que se verifica, verifica-se aqui na RAA e regista-se acima de tudo junto das camadas mais jovens.

O que é certo, é que este Governo do PS já está há 16 anos no Governo ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Há 15 anos!

O Orador: Há 15, vai para 16 anos.

... e as medidas que tem vindo a tomar não têm sido as melhores.

Aliás, como é óbvio o PS já por diversas vezes anunciou um pacote de medidas de combate ao desemprego jovem. Já por diversas vezes o líder da bancada parlamentar do PS anunciou várias medidas, que vão auscultar vários organismos na nossa Região para apresentar um pacote de medidas para o combate ao desemprego jovem.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Os senhores é que anunciaram um para 2013!

O Orador: E cito: “Os desafios situam-se na autonomia,...” e foram apresentados no último mês de Julho.

Por exemplo, o líder da Juventude Socialista, e passo a citar:

“Berto Messias adiantou que a juventude socialista vai reunir com sindicatos e outras entidades para definir um conjunto de estratégias a propor ao Governo Regional.”

O que é certo, é que pelos vários anúncios feitos pelo PS, anúncios feitos, neste caso, pelo líder da bancada parlamentar do PS, o que trouxe aqui a esta casa foi uma simples medida para reduzir o tempo de resposta, aos desempregados, por parte dos centros de emprego.

É esta a grande medida do PS.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Temos mais uma!

O Orador: É esta a grande medida que a Juventude Socialista tem para apresentar aos jovens açorianos.

Deputado Duarte Moreira (PS): Apresentamos duas medidas!

O Orador: É esta a grande medida que o PS tem para apresentar às famílias açorianas e aos jovens que querem conseguir emprego na nossa Região.

É esta a grande medida anunciada, por diversas vezes, pelo PS?

É caso para dizer que “a montanha pariu um rato”.

Deputado José Rego (PS): Ainda hoje vamos votar mais uma!

O Orador: É caso para dizer que depois de vários anúncios, depois de vários fogos-de-artifício é esta irrisória medida que o PS tem para apresentar.

Uma medida apresentada em Março (Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro). Dez meses! Dez meses para esta proposta vir a esta casa.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Deputado tenha noção do que diz!

Sabe desde quando este diploma está relatado?

Tenha vergonha!

O Orador: Ora bem, mostra claramente as prioridades que o PS tem em relação ao desemprego jovem, nesta casa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado João Costa (PSD): Afinal temos Governo!

O Orador: Apenas para, da parte do Governo, demonstrar o apoio à proposta que está a ser feita e dizer que o Governo está extremamente atento à questão do desemprego jovem.

De facto, o desemprego jovem tem um conjunto de particularidades que merecem um tratamento prioritário.

O desemprego jovem é um desemprego que ocorre numa altura em que os jovens estão a iniciar a sua carreira profissional, mas também estão a iniciar a sua vida e o facto de passar por uma situação de desemprego e particularmente quando essa situação de desemprego se prolonga, tem um profundo impacto, não só sobre a empregabilidade futura e sobre a carreira profissional desses jovens, mas também sobre a sua vida pessoal, sobre a sua capacidade de se autonomizarem e sobre a sua capacidade de criarem projectos de vida que tenham significado e que sejam depois socialmente úteis.

Daí que qualquer medida que permita encurtar os períodos de desemprego entre os jovens (e esta é uma medida simples e que tem a ver com o atendimento, portanto uma medida que tem uma execução imediata e tem uma possibilidade de produzir resultados imediatos) é uma medida bem-vinda e de grande importância.

De facto o desemprego jovem tem peso e tem uma importância que é muito superior àquela que acontece em qualquer outra situação de desemprego ao longo da vida profissional, porque tem múltiplas ramificações e porque é capaz de influenciar de forma extremamente negativa toda uma vida, quer no aspecto profissional, quer no aspecto pessoal.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP, quando o Grupo Parlamentar do PS iniciou um conjunto de actividades que visavam apresentar um conjunto de propostas para o combate ao desemprego, designadamente o desemprego jovem, achou muito bem.

Vamos ver o que é que o Grupo Parlamentar do PS nos traz como contributo para políticas públicas activas de combate ao desemprego e que desde logo e no meu entender serão sempre voltadas para a criação de emprego.

Não é bem o caso que estamos aqui a apreciar. O que estamos a apreciar é uma medida a jusante do problema, não é uma medida a montante ...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Montante?!

O Orador: A montante é como quem diz, é assim um bocadinho... Um bocadinho, porque como V. Ex^a. perceberá o problema não é o prazo de resposta.

Aliás, o prazo de resposta de 100 dias, que pretende reduzir para 50 dias no caso dos jovens, é, desde logo, o reconhecimento de que 100 dias é demasiado tempo para dar uma resposta a quem vive o drama do desemprego, sejam esses cidadãos jovens ou menos jovens. Aliás, os planos de emprego, como Vs. Exas. sabem com certeza muito melhor do que eu, são feitos logo por altura da inscrição, ...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): O problema é a resposta!

O Orador: O problema é a resposta, mas o problema do prazo também tem a ver com outra coisa: é que se determinado desempregado jovem for encaminhado para um projecto de reconversão formativa, o problema não fica resolvido pelo facto de haver uma diminuição para metade do tempo, porque o projecto ou o processo de reconversão depende do início desse curso, dessa formação.

Portanto, e nesta primeira intervenção e para terminá-la, dizer que esta proposta do Grupo Parlamentar do PS escorre demagogia, não é nada, não resolve nada e é enganar os jovens açorianos. Enganar!

Não acrescenta nada, não resolve problema nenhum. É apenas o reconhecimento de que um prazo é demasiado longo, mas esse prazo é demasiado longo para os jovens, como é demasiado longo para todos os cidadãos que vivem o drama do desemprego.

Não venham com a desculpa da crise!

Há responsabilidades e há questões que decorrem da crise, mas há outras questões que não decorrem da crise e que Vs. Exas. acabaram por agudizar pelas opções políticas que foram tomando ao longo dos últimos anos, embalados pelas virtualidades do livre mercado e da auto-revelação do mercado.

Como Vs. Exas. perceberam (julgo eu, talvez ainda não tenham percebido com a dureza que deveriam ter percebido) isto de facto não é bem assim.

A crise de que tanto se fala também é responsabilidade vossa, não é uma coisa puramente externa, é também das opções internas que foram feitas ao nível político na Região e no País.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É de registar nesta casa que a Sra. Secretária da área não está presente.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Razões de saúde!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado arranje outro argumento!

O Orador: Mas como é óbvio está presente o Sr. Secretário do Ambiente e quero questioná-lo se de facto ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com tanto para questionar e foi logo registar a ausência!

O Orador: ... acha que o tempo de resposta que este Governo Regional tem dado aos jovens desempregados na região, é o melhor, ou seja, é o mais célere.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Isto é demasiado complexo! Estou perdido!

O Orador: Quero perguntar-lhe Sr. Secretário qual é a sua opinião. Já vi que o Governo Regional é a favor desta Proposta, o que mostra aqui claramente que o Governo tem falhado nesta matéria, tem falhado nesta área, se não, não estava de acordo com a mesma.

Quero dizer aqui aos Srs. Deputados que, como foi dito pelo Deputado do PCP nesta casa, o PS andou a ludibriar os jovens ao longo desses tempos.

Anunciou várias vezes publicamente que quer resolver o problema do desemprego na região. É esta a resposta que dá ao desemprego para os jovens? É esta a resposta que quer dar aos jovens? É esta a prioridade que este Governo do PS dá aos jovens açorianos? Com uma proposta deste género? Com uma proposta que vai neste sentido?

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, tente consubstanciar isso mais um bocadinho!

O Orador: Os jovens açorianos merecem muito mais Srs. Deputados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Discutimos agora uma proposta do PS, também da Juventude Socialista...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Gostámos dessa marca vigente da Juventude Socialista!

O Orador: ... que a Deputada Isabel Rodrigues já teve a oportunidade de, e muito bem, apresentar uma proposta que, diga-se, foi redigida, elaborada e deu entrada nesta casa há cerca de dez meses, mas que também nos parece que apesar das evoluções que tivemos no nosso País e na Região, nos últimos meses, não deixa de ter alguma pertinência e, portanto, fará todo o sentido discuti-la e votá-la aqui.

Tivemos oportunidade de, ao longo dos últimos meses, fazer nesta casa uma abordagem global à questão do desemprego, ao problema do desemprego, concluindo muito claramente (isto não é uma questão opinativa, é uma questão factual) que o problema do desemprego não é uma questão restrita aos Açores, circunscrita aos Açores, mas decorre de uma conjuntura e de uma situação externa, quer no âmbito nacional, quer no âmbito europeu, extremamente desfavorável.

Também já podemos concluir e chegar à conclusão que nos Açores, apesar das dificuldades, e sendo certo que a desgraça dos outros não nos satisfaz, ainda temos e somos uma das regiões do País com a mais baixa taxa de desemprego. Comparando os Açores com outras zonas da Europa com as nossas

especificidades, estamos claramente muito abaixo das taxas de desemprego doutras regiões onde o desemprego é hoje, por exemplo, o caso das Canárias, um grave flagelo social.

Deputado Rui Ramos (PSD): Desde 2004! Não havia crise!

O Orador: Temos aqui mais um contributo do PS na área do emprego jovem, na área da promoção do emprego jovem e do combate ao desemprego.

Numa primeira perspectiva, reforçamos, política e substantivamente, em termos internos, no âmbito dos serviços de emprego, a redução dos tempos de resposta para 50 dias.

Recordo que quem lê e estuda as questões laborais perceberá por que é que consta, do Plano Regional do Emprego, os 100 dias como *target* de resposta. Nós entendemos que seria pertinente, tendo em conta o problema que temos no âmbito do desemprego jovem, reforçar politicamente e exigir também aos serviços de emprego, a criação do *target* dos 50 dias de resposta aos jovens desempregados, reencaminhando-os naturalmente, quer para ofertas formativas, quer para planos pessoais de emprego, quer também para ofertas de emprego que constem nessa altura nas Agências de Qualificação e Emprego da Região.

Por outro lado, a questão do *site* que me parece importante também sistematizar melhor. É este o outro contributo que damos: sistematizar e divulgar melhor todas as propostas e os instrumentos de apoio que existem ao emprego jovem, não só no âmbito dos apoios sociais, mas também no âmbito da criação de novos empresários e potenciais criadores de postos de trabalho. Por outro lado também, o reforço e a sinalização política da responsabilidade social das nossas empresas, das empresas que acolhem estagiários, que acolhem jovens nos seus quadros no âmbito de estágios e, caso os integrem depois nos seus quadros, poderão ser, depois dessa contratação, também beneficiadas e premiadas por esse esforço de integração dos jovens e de mão-de-obra qualificada.

Queremos e pretendemos desta forma reforçar quatro pressupostos que me parecem importantes: exigência quanto aos serviços de emprego (e é sempre possível e importante melhorar cada vez mais); proximidade aos desempregados, o acompanhamento muito próximo aos desempregados...

Deputado João Costa (PSD): Pensava que era dos serviços do Governo!

O Orador: ... e a sistematização da informação e divulgação nesta área que me parece crucial.

Toda a gente sabe, e Sras. e Srs. Deputados saberão, que nas questões laborais temos transformações rapidíssimas e constantes, quase diárias, e nós, enquanto agentes do sistema político, temos que estar preparados e dar respostas concretas a isso.

No âmbito do desemprego, e este é outro contributo que damos (sabemos o estado em que está o nosso País ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a nossa Região, Sr. Deputado?

O Orador: ... a recessão que teremos em 2012, sabemos que isso terá natural impacto na vida dos açorianos) julgo que temos um grande desafio no médio prazo que é conseguir fazer com que todos os jovens que estão hoje no exterior da Região a estudar e a qualificar-se, e querem, muitos deles, ter um projecto de vida nos Açores e voltar para os Açores, possam conseguir isso.

Deputado João Costa (PSD): Desde que não venham para a Assembleia!

O Orador: Para que isso aconteça tem que haver na Região uma perspectiva positiva de futuro e este é mais um contributo nesse âmbito e no âmbito duma estratégia global de promoção do emprego.

Deputado João Costa (PSD): Isso está tudo neste diploma!

O Orador: Portanto, algumas análises que foram aqui feitas desta proposta são simplistas e algumas delas até demagógicas, porque apagam todo o trabalho que nós temos vindo a fazer nesta matéria.

Deputado João Costa (PSD): E com excelentes resultados!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): É verdade! Ainda bem que reconhece!

O Orador: Como diria o Sr. Deputado Duarte Freitas esta é mais uma peça legislativa de todo o pacote que temos trazido a esta casa no âmbito do emprego.

Nesse âmbito, no âmbito do emprego jovem, no âmbito desta exigência também que é fundamental na área dos serviços de emprego e nas Agências de Emprego e Qualificação Profissional, temos que nos preparar para responder da melhor

forma às perspectivas de financiamento que estão já a ser negociadas, enquadradas na estratégia 20 20, e que, tendo em conta os relatórios preliminares, dão e darão felizmente grande importância ao emprego, ao emprego jovem. Vislumbra-se (espero não me enganar e que nos próximos meses se confirme esta ideia) um reforço considerável das verbas afectas ao Fundo Social Europeu e isso terá naturalmente um impacto muito significativo e claro nos Açores e nas verbas que são adstritas a este sector.

Devo dizer também, quando fomos acusados de termos feito vários anúncios e de não termos os concretizado, que tem sido apanágio deste Grupo Parlamentar do PS e também da Juventude Socialista, transformar tudo aquilo que diz, tudo aquilo que afirma em termos de prepositura e de propostas concretas, materializar essas afirmações em propostas concretas.

Eu, em poucos minutos, poucos segundos, lembro-me de cor de algumas medidas...

Deputado João Costa (PSD): O que só demonstra que tem sido muito!

O Orador: ... que trouxemos a esta casa e que entroncam na estratégia que o Sr. Deputado Cláudio Almeida referiu, dizendo que nós anunciamos e não fazemos nada. Temos anunciado, temos trazido a esta casa.

Reforço, por exemplo, o Empreende Jovem, que é um instrumento hoje muito melhorado com um reforço significativo financeiro para o ano de 2012 e que é também um importante instrumento de promoção do emprego jovem;

Realço, por exemplo, as alterações que fizemos e o reforço que teremos no próximo ano, no âmbito do microcrédito;

Recordo-me do diploma que trouxemos, discutimos e aprovámos aqui, que introduz nos Açores, e aproveita também o novo Código Laboral no âmbito da introdução do paradigma da vigilância estratégica, uma sistematização muito melhor no âmbito do controlo do uso abusivo dos recibos verdes.

Deputado João Costa (PSD): Tudo isso e o desemprego jovem a subir!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o desemprego a aumentar!

O Orador: Dentro de dois ou três anos teremos com certeza bons resultados dessa aplicação.

Consagra também em Decreto Legislativo Regional os estágios profissionais que deixam de ser uma opção de gestão, através dos instrumentos legais que têm ao seu dispor, do Governo. Tem que ser debatida nesta casa e nós consagramos em Decreto Legislativo Regional os programas de estágios;

Realço também a proposta que vamos discutir neste plenário da criação dos Centros de Promoção e Consolidação de Novos Empresários Agrícolas.

Enfim, temos trazido aqui um conjunto de propostas e medidas concretas que tem dado um contributo que nos parece muito importante, além do trabalho que fazemos em conjunto com o Governo de melhoria de elaboração e de construção de propostas nessa área.

Devo dizer também – o Sr. Deputado Cláudio Almeida referiu isso – que no Congresso da Juventude Socialista, em Junho, anunciámos a elaboração dum plano regional de emprego jovem, onde estamos a trabalhar internamente nessa matéria e faremos várias reuniões com vários agentes do sector.

Posso informá-lo que na próxima terça-feira, às dez da manhã, reuniremos com a CGTP; na quarta-feira, às dez e meia, com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, às onze e meia com a UGT e aguardamos outros agendamentos que já solicitámos complementando duas agendas que me parecem importantes.

Por um lado, uma agenda mais imediatista que permita propostas concretas que dêem respostas imediatas aos problemas que surgem neste sector e outra mais estrutural de médio prazo que seja também um instrumento importante para o Governo Regional que possa criar também uma série de instrumentos e de medidas concretas que promovam o emprego jovem e conseqüentemente combatam o desemprego jovem.

Temos tido uma abordagem muito séria sobre esta matéria. Este é um assunto naturalmente muito sério. Nunca conseguiremos resolver o problema do desemprego jovem. Esta é uma batalha constante, quase diária. Temos várias batalhas para vencer, mas cá estaremos, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... o PS cá estará, sempre de boa-fé, com propositura e trabalhando sobretudo para garantir que os jovens açorianos que estão hoje no exterior a

qualificar-se e a estudar, que queiram efectivamente voltar para os Açores, possam fixar-se e aqui fazer vida.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo matinal. Retomamos os trabalhos às 12 horas.

Até já.

Eram 11 horas e 36 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Estávamos no debate da Resolução sobre desemprego jovem, apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS (e não foi feito aqui um grande foguetório por parte do PS) é um projecto que não tem uma grande ambição e também não apresenta soluções muito concretas em relação ao problema que quer ultrapassar, que é o problema do desemprego jovem.

Fala da diminuição do prazo de resposta, da criação de uma plataforma digital e também da divulgação das entidades com maior taxa de integração de estagiários e a criação de um prémio para boas práticas neste âmbito.

Considero que este género de medidas não são negativas. Nesse sentido o PPM irá votar favoravelmente este Projecto de Resolução.

Considero é que estas medidas não são suficientemente ambiciosas para atacar o problema com eficácia.

De facto, mais importante que diminuir os prazos é aumentar a eficácia da resposta.

Eu penso que a Região e o Governo Regional estão a falhar neste âmbito.

A resposta não é eficaz, os jovens neste momento não sentem por parte das entidades directamente envolvidas neste processo um apoio permanente, um apoio eficaz, que sejam conduzidas no âmbito de processos bem objectivos e criando verdadeiras oportunidades.

Considero que existe aqui um problema de eficácia.

Portanto, o que é necessário é melhorar este combate, criando novas oportunidades e não insistindo nas estratégias de sempre. É necessário que a formação e o contacto com os agentes empresariais, com aqueles que podem criar emprego, também na perspectiva do apoio às iniciativas e à criatividade dos jovens, sejam mais objectivos e mais criativos por parte do Governo Regional.

Neste sentido o PPM considera que é esse problema de eficácia que deve ser combatido.

No entanto, como referenciei no início desta intervenção, não considero que aqueles princípios que aqui estão definidos, ou as acções que aqui estão definidas, sejam desajustadas. Não resolvem o problema, mas considero que são meritórias embora estejam condenadas a ter uma eficácia muito reduzida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O problema do desemprego é e deve ser motivo de preocupação de todos nós e, como tal, na opinião do CDS/PP, esta é uma proposta positiva, embora também na nossa opinião crie aqui alguma desigualdade para com os restantes desempregados da região. O ideal seria termos um tempo de resposta bastante

mais célere que aquele que existe, que são os 100 dias, para todos os desempregados e sem qualquer discriminação.

Sejamos claros: 100 dias para quem está a aguardar uma resposta para aquilo que é o flagelo do desemprego, é demasiado tempo.

Gostaria aqui de deixar algumas considerações àquilo que foram as afirmações da Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

Permita-me dizer-lhe que o aumento de desemprego na Região vem desde há muito, nomeadamente desde o ano de 2002, muito antes da tomada de posse do Governo da República que foi em Julho deste ano.

Portanto, o aumento do desemprego na região já vem desde há muito e não fomos nós, CDS, que durante muito tempo e alguns anos dissemos que não havia crise na Região.

Este é um problema que vem desde há muito e certamente não é da responsabilidade do actual Governo da República. Não nos parece correcta essa fuga àquela que é esta situação de desemprego e este aumento na Região.

Sra. Deputada, seria importante perceber-se, e não sei se me consegue responder, qual é a origem universitária destes jovens licenciados que estão no desemprego na Região? Qual é a origem universitária e quais são os cursos, para que possamos perceber claramente quais são as profissões em termos de licenciados na Região, que estão no mercado do desemprego?

Isso era importante perceber-se e não sei se o PS e a Sra. Deputada conseguem responder-nos.

Queria dizer-lhe uma outra questão, a si e ao PS.

Nós, de facto, temos que concordar e concordamos que hoje temos uma geração mais qualificada, sem dúvida, mas também o PS e o Governo devem concordar que temos sem dúvida a geração mais desempregada e mais bem qualificada de todos os tempos, nos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O BE considera que a primeira grande vantagem deste Projecto de Resolução do PS, que tem por título “Medidas para optimização do tempo de resposta dos serviços públicos aos jovens, em situação de desemprego nos Açores” é, à partida, o reconhecimento de que o desemprego jovem é uma realidade preocupante na nossa Região. Portanto merece ser atendida sobretudo na sua dimensão.

É importante este reconhecimento, porque às vezes tenta-se “tapar o sol com a peneira” e nem todas as afirmações e constatações vão nesse sentido.

Consideramos também que se as medidas deste Projecto de Resolução, as 3 medidas aqui propostas, não vêm fazer muito bem, também não farão mal nenhum, ou seja, entendemos que diminuir o prazo de resposta de 100 para 50 dias, não faz mal nenhum. Provavelmente seria um bocadinho melhor se em vez de 50 fossem 15, por exemplo. Aliás há um parecer dado que fala exactamente nos 15 dias. Era uma questão de maior ambição e maior exigência no sentido da resposta, mas diminuir de 100 para 50 também não faz mal nenhum.

Criar uma plataforma digital onde estejam congregados todos os mecanismos públicos de apoio e de resposta a esta problemática a estes jovens, também não faz mal nenhum e divulgar as entidades com maior taxa de integração de jovens e atribuir um prémio por boas práticas também não faz mal nenhum.

Portanto, na nossa avaliação há a constatação de uma problemática, o reconhecimento que ela tem, uma dimensão relevante na Região, esse pouco ambicioso, no nosso ponto de vista nas respostas dadas. Mas são respostas que vão com certeza merecer a nossa aprovação.

Eu gostava de lembrar que em sede da CAPAT, aquando da audição da Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, o BE, através da minha pessoa, porque era eu que estava lá, levantou a questão de, sendo um Projecto de Resolução e não sendo possível fazer propostas de alteração ao projecto da

autoria do PS, se não haveria sensibilidade da parte do proponente para distinguir as situações de inclusão. Refiro-me concretamente ao articulado do ponto 3, o tal prémio de boas práticas e o reconhecimento das entidades com maior taxa de integração de jovens, alargar esta integração, também aos jovens desempregados, ex-toxicodependentes e portadores de deficiência, porque também estas duas problemáticas são consentâneas com o desemprego jovem.

Recebemos da parte da Sra. Secretária Regional uma resposta no sentido de considerar a pergunta, a proposta e a auscultação de sensibilidade da parte do proponente. A Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social considerou-a válida e interessante, reconhecendo que a Região tem ainda um longo caminho a fazer no domínio da integração, no caso laboral, ou não, de ex-toxicodependentes e jovens portadores de deficiência.

Como não obtive resposta da parte do PS em sede de Comissão, pergunto novamente, neste momento que estamos a debater este Projecto de Resolução, se o PS mostra algum tipo de sensibilidade para, no ponto 3, alargar este prémio de boas práticas atribuído às empresas com maior taxa de integração, a estes dois tipos de problemática jovem (ex-toxicodependentes e portadores de deficiência).

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria muito rapidamente, e voltando à questão inicial, dizer que obviamente da parte do Governo Regional, 50 dias continua a ser muito tempo, mas a verdade é que estamos a falar de soluções. A palavra resposta aqui não é simplesmente responder uma carta, ou atender alguém. Estamos a falar em encontrar uma solução que permita de facto a integração dos jovens.

Portanto este tempo é o tempo que realisticamente se concerne. Obviamente que gostaríamos que não fosse 15 dias, fosse 1 dia e que não fosse apenas para os jovens, fosse para todos, porque quem está desempregado com certeza que

cada dia que passa considera uma eternidade. Somos sensíveis a isso, mas temos que reconhecer que esta é a solução que no actual enquadramento, na actual situação, parece-nos possível.

Não vale a pena partirmos para anúncios demagógicos de que vamos resolver o assunto em 15 dias, quando já é muito difícil resolvê-lo em 50 dias.

Portanto, é esta a razão e é por isso que estamos a falar nestes prazos.

Gostaria de reafirmar que o desemprego jovem tem um conjunto de particulares incidências e particulares dificuldades que o deve distinguir do outro tipo de desemprego.

Obviamente que o desemprego é grave em qualquer idade, mas no caso dos jovens tem um conjunto de problemas que podem afectar toda uma vida, não só na vertente profissional, mas também do ponto de vista dos próprios projectos de vida.

É por causa disso que é justo que haja aqui uma discriminação positiva a favor dos jovens, dado que isto tem um conjunto de implicações sociais que da parte dos poderes públicos devem ser atendidas.

Quanto às considerações que foram tecidas pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida e às perguntas que foram feitas, creio que o próprio andamento do debate já se encarregou de responder e, portanto, não vejo que haja aqui qualquer necessidade de ir a esses pontos, porque de facto eles já foram aqui ditos.

Da parte do Governo Regional tem havido um esforço muito grande no sentido de encontrar soluções. Elas não são fáceis. As soluções que aqui são chamadas de respostas são soluções que implicam sempre o encontrar no tecido empresarial, na administração, na nossa sociedade, lugares que possam acolher esses jovens, ou encontrar soluções de formação que os possam acolher. Não é tarefa fácil e à medida que o desemprego cresce obviamente que a tarefa fica cada vez mais difícil.

Portanto, estamos a falar de algo que é complexo, que é difícil, a palavra resposta aqui dá um ar de uma simplicidade que não é de facto o que existe na realidade. Não estamos a falar simplesmente de responder, estamos a falar de encontrar soluções, de propor soluções e essas soluções são sempre tripartidas

já que envolvem para além dos serviços de emprego, o desempregado e uma entidade que tem condições para o receber.

Nesta negociação tripartida obviamente que é difícil e é preciso ter preço.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui, de facto, perante uma situação que tem por base um problema gravíssimo na sociedade açoriana, problema de grande dimensão que atormenta cada vez mais pessoas e mais famílias nos Açores. Pode mesmo dizer-se que este é o maior problema da sociedade açoriana deste tempo, atendendo aos números gravíssimos que vêm atingindo o desemprego em várias faixas etárias, em vários níveis sociais, mas sobretudo pela generalização do problema que não tem tido da parte do Governo Regional soluções, sobretudo porque estas coisas não se resolvem de um dia para o outro. O desemprego é, no fundo, quase como um espelho da saúde e das dinâmicas sociais e económicas de uma comunidade.

Neste caso concreto estamos a assistir quase que de uma forma evidente ao resultado de um conjunto de políticas que têm sido implementadas durante os últimos anos na Região.

Perante esta dimensão do problema, perante a gravidade de tudo aquilo que se tem vivido é, de facto, significativo que a resposta do PS, neste misto PS, JS, Grupo Parlamentar de primeira fila, seja uma resposta simplista como esta, uma resposta baseada num discurso vazio, em que quem ouve parece que finalmente há aqui uma luz, finalmente há aqui uma solução para o nosso problema, mas depois vamos ver e é isto. É uma apresentação, um aparato de discurso, um anúncio de que havia aqui uma grande solução e afinal o que temos é isto.

No fundo o que vemos, e estamos aqui em época pré natalícia, é um grande embrulho que nos trouxe com miudezas lá dentro.

Esta resposta do PS não é mais nem menos do que isto, um grande embrulho cheio de brilho, cheio de luz, cheio de laços e quando vamos ver tem umas miudezas lá dentro.

Deputada Zuraída Soares (BE): É a crise, Sr. Deputado!

O Orador: O problema do desemprego na Região não é tanto um problema do processo ou da forma, é um problema da matéria e da substância.

Parece-nos que o equívoco do PS na abordagem desta questão é exactamente este, vai mais pela forma e pelo processo, 50 dias é plataforma. Agarram-se à forma e ao processo e esquecem-se da matéria e aquilo que é a substância.

O problema de fundo não é o prazo, o problema é o desemprego. O problema não é o prazo de resposta da entidade, o problema é que as pessoas não têm emprego.

Para os jovens açorianos, para muitos açorianos e açorianas no desemprego, penso, sinceramente, que não estão preocupados se leva mais uns dias ou menos uns dias a resposta, estão preocupados é porque não têm emprego. Isso é que os assusta e atormenta. O problema tem exactamente a ver com a falta de emprego, que atormenta dramaticamente cada vez mais açorianos e famílias açorianas.

Deputado Berto Messias (PS): O que vale é que isso fica registado!

O Orador: Como dizia, a proposta do PS é uma proposta de prazo, é uma proposta de processo, é uma proposta de forma.

No fundo estamos aqui perante uma solução muito PS, uma solução tipicamente PS ou deste PS, que é, mais vale a aparência do que a essência.

(Risos do Deputado Berto Messias)

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É uma proposta que assenta na aparência e esquece a essência do problema.

Deputado Berto Messias (PS): Grande lata!

O Orador: E quando se esquece a essência do problema não se está a contribuir para resolver aquilo que é, e volto a dizer, infelizmente, o maior problema de muitos açorianos e de muitas famílias açorianas.

É significativo que neste debate mais uma vez se tenha ido para aquela tentativa de: “ah, temos crise por causa do Governo da República.”

O Governo da República..., o Governo da República... e a crise.

A proposta deu entrada em Março de 2011. O Governo da República era outro e como bem disse há pouco tudo isto é o resultado de anos de governação e de medidas que não foram adaptadas aos tempos, conforme deveriam ter sido.

No entanto gostaria de deixar aqui uma nota, sobre umas questões que foram levantadas em sede de Comissão de Assuntos Parlamentares e continuam, passados 5 meses, sem resposta pelo menos pública.

O Sr. Secretário não é da área, mas está aqui legitimamente em representação do Governo, e muito bem. Fez referência que há vontade, há preocupação. Estamos todos unânimes em relação a isso, Sr. Secretário. Estamos todos com muita vontade de resolver, todos temos muita preocupação, mas o que é certo, é que os senhores estão no Governo vai para 16 anos e o problema existe e é um problema de governação.

A questão fundamental é esta: a Sra. Secretária Regional da tutela, em sede de Comissão, dizia que há capacidade do Governo Regional para encurtar o prazo para 50 dias (isso consta do relatório!). Há essa capacidade.

A questão é: então se há capacidade, o Governo Regional fez isto ou não fez? Se não fez, está mal, deveria ter feito. Se tem capacidade e não fez está mal. E se fez ou está a fazer, esta proposta não faz sentido, é inócua, porque já está a fazer.

Gostaria que me esclarecesse sobre essa matéria, se, de facto, o Governo Regional tem consciência de que esta matéria, com esta importância, nos termos que estão referidos na proposta, se está a ser adoptada pelo Governo Regional, se tem essa capacidade e está a adoptá-la ou não, porque por alguma razão não adoptou estas medidas. Gostaria que me esclarecesse sobre esta matéria.

Em segundo lugar, também que esclarecesse sobre aquilo que são os desempregados, que são cada vez mais, com mais de 35 anos, que estão em situação, muitas vezes, dramática, no verdadeiro sentido da palavra.

São pessoas que já estão numa idade que nem têm disponibilidade a vários níveis para evoluírem e para se formarem, até mental.

O mercado de emprego, se calhar pela idade deles, já não os aceita também; têm famílias, custos e responsabilidades pessoais e financeiras acrescidas e estão numa situação dramática.

Qual é a resposta que o Governo Regional tem para esses desempregados com mais de 35 anos, sobretudo se vai mesmo o Governo Regional distinguir, se vai dar uma resposta mais rápida aos com menos de 35 anos e dar uma resposta mais lenta aos com mais de 35 anos? Como é que o Governo Regional pretende operacionalizar estas propostas apresentadas pelo PS?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria responder ao Sr. Deputado Cláudio Almeida porque não acho razoável, para não utilizar outro adjectivo, aquilo que fez e a tentativa que fez de dar nota de um eventual desleixo do PS.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Tenho aqui na minha mão o relatório da Comissão. O diploma foi relatado em Junho, Sr. Deputado, em 3 meses, não em 10, nem em 11, nem em 12.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Ficou-lhe muito mal, porque o senhor fez isso ou por má fé ou por não se ter preparado convenientemente.

Bastava ter olhado para o relatório e via que a data do relatório é de 30 de Junho.

Deputado João Costa (PSD): E entrou em?

A Oradora: Ficou-lhe muito mal essa tentativa de passar uma determinada imagem deste Grupo Parlamentar e isso não deixo passar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Indo agora às questões da matéria, que foram muitas, pertinentes e importantes que foram aqui colocadas pelas diversas intervenções que antecederam a minha.

Gostaria de tentar nesta minha intervenção desmistificar aqui algumas questões. A primeira referência que quero fazer é que aquilo que eu disse, quando mencionei o Governo da República, foi que as medidas adoptadas têm agravado.

Ninguém negará, e não sou eu que o digo, são especialistas, são analistas, que as medidas que têm vindo a ser tomadas estão a agravar a situação económica do País.

Uma das coisas que está a acontecer é que não estão a ser criados os primeiros empregos, além da destruição de empregos já existentes. Isso não sou eu que o digo, está todos os dias nos jornais dito por analistas, até por prémios Nobel da Economia, que sabem disto muito melhor que eu.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Outra questão que importa também desmistificar. Eu percebo que para os senhores haja aqui duas coisas muito importantes: uma, minimizar a proposta do PS; a outra, aproveitar esta oportunidade para dizer que este enorme problema social que nós vivemos, é culpa do PS.

Deputado Berto Messias (PS): São *fait divers* para não aprovar o diploma!

A Oradora: Eu tenho aqui o quadro do desemprego na OCDE, entre 2008 e Outubro de 2011.

Países que aumentaram o desemprego na OCDE: Austrália, Canadá, Dinamarca (na Dinamarca duplicou), Finlândia, França, Itália, Holanda, Nova Zelândia e Noruega.

Deputado Mark Marques (PSD): Na Somália, na Etiópia...

A Oradora: Não mencionei nenhum daqueles que os senhores estavam à espera que mencionasse.

Os dados estão disponíveis no *site* da OCDE.

Para reforçar e demonstrar a assertividade desta proposta do PS que os senhores tentaram esvaziar, aliás o Sr. Deputado Aníbal Pires até falou de alguma demagogia ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Alguma, não! Muita!

A Oradora: Eu queria dizer-lhe, Sr. Deputado, o senhor tem uma boa projecção de voz e quando diz essas coisas aqui no plenário elas fazem eco e soam muito bem.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Grande elogio!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado!

A Oradora: Não tem de quê.

... mas verdadeiramente demagógica foi a sua intervenção.

O desemprego e o aumento do desemprego é um problema que neste momento assola o mundo inteiro.

Não assola só os Açores, nem assola só Portugal.

Os senhores têm a pretensão de que nós poderíamos colocar-nos dentro duma bolha e ficar insensíveis àquilo que acontece no mundo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é o que dizia o seu Governo, que a crise ia passar ao lado!

A Oradora: Não, não, nunca disse isso!

A verdade, por muito que vos custe, é que na primeira fase desta crise, os Açores sofreram muito menos do que o resto do País. Por muito que isso vos custe.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Quanto à nossa proposta os senhores dizem que é simplista, que é minimalista, que não é ambiciosa.

O Sr. Deputado Clélio Meneses, num discurso muito bem embrulhado e cheio de miudezas lá dentro, disse que a nossa proposta é que era um embrulho, com laços, cheio de miudezas lá dentro. Eu queria dizer-vos que no segundo semestre deste ano, a OCDE publicou, como faz todos os anos, o seu *employment Outlook ...*

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... cujo editorial se chama *Unfinished Business: Investing in Youth*.

Por que é que a OCDE chamou a juventude ao centro deste seu relatório? Porque no mundo inteiro, nestes países todos que eu vos mostrei aqui, são os jovens que estão a ser fortemente afectados pelo desemprego. Não é só nos Açores, não é em Portugal, é no mundo inteiro. Isto está aqui.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Eles que aprendam!

A Oradora: Neste relatório, entre as medidas que a OCDE indica que devem ser adoptadas pelos países para fazer face a este contexto difícil, está precisamente a atenção ao acompanhamento aos jovens desempregados, à reconversão da formação e à formação.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: Os Srs. Deputados já devem todos ter ouvido falar nos NEET (Not in Education, Employment, or Training), ou seja, aqueles jovens que não estão trabalhando, não estão empregados, nem estão em formação.

Deputada Zuraida Soares (BE): NEM, NEM!

A Oradora: Eu não gosto da designação “nem nem”, confesso. Não gosto porque em alguma comunicação social foi utilizada com um certo sentido depreciativo e não é disso que se trata. São jovens que, pela situação em que se encontram, vêm agravado o seu risco de marginalização.

Aquilo que a OCDE chama a atenção é para a importância de que ainda que não haja emprego, colocar esses jovens em contexto de formação, porque quanto mais tempo eles estiverem sem actividade nenhuma mais aumenta o risco de marginalização.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Isto é a proposta que o PS apresenta nesta casa hoje.

Está aqui também o fundamento para uma discriminação positiva do desemprego jovem, aliás já tinha sido referido pelo Sr. Secretário Regional.

Trata-se dum público com fragilidades muito próprias e com riscos muito próprios, se se mantiver nesta situação.

Portanto, fazer o acompanhamento personalizado de cada jovem nesta situação e encontrar uma colocação compatível com a sua formação, encontrar um programa de formação alternativo, é uma resposta adequada aos tempos em que vivemos.

Os senhores sabem muito bem que resolver o problema do desemprego (e bem que nós gostaríamos de o fazer) irá passar pela retoma económica do País, pela retoma económica da Europa e pela retoma económica no mundo inteiro.

Se os senhores têm a solução mágica, não guardem para o ano que vem.

Deputado João Costa (PSD): Isso é que foi uma reconversão!

A Oradora: Tragam-na a esta casa. Será bem-vinda.

Deputado Rui Ramos (PSD): Para os senhores chumbarem!

A Oradora: Queria também responder ao Sr. Deputado Luís Silveira relativamente aos dados destes estudantes universitários.

Esses dados são analisados pelo Observatório de Emprego e são tidos em conta nas propostas que são elaboradas, são tidos em linha de conta, por exemplo, no protocolo que a Região mantém com a Universidade dos Açores para a reconversão de jovens licenciados, adequando a sua formação ao mercado de trabalho.

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Deputado Hernâni Jorge diz que eles não podem vir para a Assembleia!

A Oradora: Não tenho neste momento estes dados aqui comigo, mas eles estão disponíveis no sítio do Observatório do Emprego, na internet.

Queria ainda responder à Sra. Deputada Zuraída Soares para lhe dizer que a questão que colocou relativamente a distinguir-se as empresas que contratam cidadãos portadores de deficiência ou que tenham passado por um problema de toxicodependência é uma sugestão a todos os títulos meritória.

O que nós entendemos é que no âmbito desta iniciativa concreta que se destina a promover um melhor acompanhamento dos jovens desempregados no geral, essa particularidade não cabe aqui, até porque independentemente da situação concreta de qualquer jovem, ele deverá ser tratado pelos serviços e as empresas

deverão estar disponíveis para o contratar, desde que seja possível fazer o encontro entre as necessidades do mercado e o perfil do jovem em causa.

Não quer dizer que o Governo, quando adoptar as medidas, que vão permitir desenvolver as recomendações constantes desta iniciativa, não aceite também. Pensamos é que a ser, terá que ser uma coisa específica, não no âmbito duma iniciativa que é dirigida aos jovens em geral.

Penso que terei respondido às questões todas que foram colocadas pelas diversas intervenções.

Queria aqui apenas, antes de concluir esta minha intervenção, reafirmar que aquilo que à partida pode parecer uma medida simplista, não é, e tem do ponto de vista social um impacto profundo na vida destes jovens.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É só psicológico!

Deputado João Costa (PSD): Gostei da expressão simplista!

A Oradora: Penso que isto está demonstrado e recomendava-vos vivamente a leitura do relatório da OCDE. Ficarão ainda mais esclarecidos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação às razões que levam a que haja uma discriminação positiva em relação aos mais jovens, pois essas razões já foram aqui eloquentemente apresentadas e, portanto, dispenso-me de voltar a esse assunto.

Quanto às questões concretas que foram colocadas pelo Sr. Deputado Clélio Meneses eu gostaria de lhe responder que da parte do Governo Regional sempre houve, desde há muito, uma orientação no sentido de privilegiar a procura de soluções para os mais jovens, pelas razões que foram aqui apresentadas e porque do ponto de vista social esse é de facto um investimento bastante mais produtivo.

Obviamente que também estamos preocupados com quem tem mais de 35 anos. Estamos preocupados com os desempregados de qualquer idade.

Compreendemos o drama humano e o drama social que o desemprego implica. Sabemos que quem tem filhos a estudar ou que quem tem responsabilidades familiares, quem tem responsabilidades porque tem que pagar uma habitação, quem tem responsabilidades de várias ordens, e vive o drama do desemprego, também se encontra em situação dramática.

Por isso, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Governo, todas as situações de desemprego são situações graves e são situações urgentes.

Aquilo que nós gostaríamos era de ter respostas instantâneas para esse problema.

A verdade é que não podemos ter essas respostas instantâneas e por isso mesmo aquilo que estamos aqui a discutir é uma questão de prioridades e não uma questão em favor duns, de alguma maneira, e deixar os outros fora das soluções ou investir menos neles.

Queremos investir mais nos mais jovens. O Governo tem vindo a fazer isso.

Esta é uma proposta que é bem-vinda porque vem colocar de forma clara aquilo que está a ser feito e que precisa de continuar a ser feito. Nós reconhecemos que as nossas respostas podem ser sempre melhoradas e este é um contributo nesse sentido.

É por causa disso que da parte do Governo nós vemos com bons olhos esta proposta e consideramos que é uma proposta que traz um contributo positivo para as políticas de emprego.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Isabel Rodrigues, quando digo que este diploma está nesta casa já há dez meses, é porque a data de entrada deste diploma é de Março e se é Março é a data do diploma.

Portanto, a senhora não me venha dizer que o diploma não está há dez meses nesta casa, porque está há dez meses nesta casa.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Foi o que o senhor disse!

O Orador: Quando me refiro a isso, refiro-me porque o PS, já por diversas vezes, anunciou nesta casa, e não só, que tinha pacotes para o combate ao desemprego...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): O senhor tem a certeza que não foi o PSD?

O Orador: ... e o que é certo, é que, até hoje, aqueles pacotes que o PS apresentou para o desemprego não apresentaram resultados.

Deputado Berto Messias (PS): Eu enumerei as propostas!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, o senhor referiu aí e enumerou várias propostas do PS para o combate ao desemprego. E os resultados dessas propostas onde é que andam?

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Nos números, Sr. Deputado!

O Orador: Onde é que estão os resultados dessas propostas?

Não basta somente apresentar propostas, porque para apresentar propostas qualquer um apresenta. É preciso que essas propostas sejam eficazes e eficientes e mostrem resultados.

É isto que este Governo do PS ainda não percebeu, é que as suas propostas e as prioridades que o PS elegeu para o combate ao desemprego não são as melhores e não têm surgido efeito.

A prova disso é que mais uma vez trazem a esta casa mais um diploma para o combate ao desemprego, isto quer dizer que todos os outros diplomas que vieram a esta casa não resultaram. É isto que este PS está a fazer neste preciso momento.

Srs. Deputados não venham cá dizer que o problema do desemprego nos Açores é da crise internacional ou dos Governos da República, porque não é, nem tem que ser. A crise e o desemprego registado nos Açores é culpa e responsabilidade deste Governo, porque não é o Governo da República nem são as organizações internacionais que vão aplicar políticas de combate ao desemprego nos Açores. É o Governo do PS que já está há 15 anos no Governo.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Deputado, o senhor faz cada raciocínio que é de levar as mãos à cabeça!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, quero dizer com isto que, apesar destes condicionalismos todos e desta proposta que o PS apresenta aqui, o PSD vai votar mais uma vez a favor, para tentar perceber e ver resultados práticos.

Vamos ver os resultados práticos desta proposta, como estamos a ver os resultados práticos de todas as outras propostas que o Governo do PS já apresentou nesta casa.

Os resultados práticos são que o desemprego tem vindo a aumentar de dia para dia nos Açores.

Tenho dito.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): O senhor quer o *link*?

Deputado Berto Messias (PS): O senhor de 5 em 5 minutos muda: disse que não havia propostas, agora já diz que há proposta!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PS, e soubemos há pouco pela intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, líder do Grupo Parlamentar do PS e também da Juventude Socialista, traz a marca indelével da JS.

De facto, bem me queria parecer, pois ela é indigente, oca e até revestida de alguma hipocrisia.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Não lhe fica nada bem, Sr. Deputado!

O Orador: Sra. Deputada Isabel Almeida deixe-me reafirmar aquilo que disse na minha primeira intervenção. Esta proposta do Grupo Parlamentar do PS escorre, transpira demagogia, por todo o lado.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): A sua intervenção então... A alcatifa já está inundada!

O Orador: A Sra. Deputada Isabel Almeida não tinha percebido. É simplista quanto aos objectivos que pretende alcançar.

Aliás, Sra. Deputada, quanto muito os impactos que pode provocar serão de ordem psicológica, quando aquilo que é necessário são impactos que transformem de alguma maneira a vida das pessoas.

Deputado Berto Messias (PS): Então vote contra!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sim, sim! Vote contra!

O Orador: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, é evidente que ninguém está à espera, nem nesta câmara, e penso eu, nem os cidadãos que vivem o drama do desemprego, de respostas instantâneas. Ninguém está à espera disso.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Ninguém diria!

O Orador: Mas esperam-se respostas e esperam-se sobretudo para as famílias que vivem o drama de terem desempregados no seu agregado familiar.

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Diga lá Sr. Deputado, precisa de alguma coisa?

Secretário Regional do Ambiente (Álamo Meneses) É um contributo para a discussão!

O Orador: A verdade Sr. Secretário é que resposta é coisa de que este projecto do Grupo Parlamentar do PS não tem.

Aliás quem acompanhou o processo constata ainda uma outra questão.

Se formos ver os pareceres dos parceiros sociais, designadamente o da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores diz claramente que a questão da celeridade da resposta deve ser muito mais rápida do que aquela que é e para todos os níveis etários, não apenas para um segmento da população desempregada.

O PS chega aqui não atendendo quer aos contributos que os parceiros sociais deram, designadamente as centrais sindicais que, quer uma, quer outra, propõem um novo ponto, quer ainda à discussão que foi feita no seio da Comissão, relativamente à proposta que a Deputada Zuraída Soares apresentou.

O PS chega aqui a este Plenário, sem ter considerado os contributos que entretanto foram dados.

Deputado João Costa (PSD): A resposta será dada daqui a uns meses com os números no desemprego na Região!

O Orador: Efectivamente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, esta proposta do PS não tem nenhuma resposta. É inócua.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Não é verdade!

O Orador: É inócua, não traz nenhuma resposta concreta ao problema do desemprego.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou voltar a colocar uma questão ao novo porta-voz do Governo Regional ...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Não! Velho!

Deputado João Costa (PSD): 15 anos para chegar àquela cadeira!

O Orador: ... para que o Sr. Secretário responda de uma forma objectiva às questões que lhe foram aqui colocadas por pelo menos duas bancadas e que tem a ver com a operacionalização concreta deste Projecto de Resolução e desta iniciativa.

O Sr. Secretário reiterou há pouco, na última intervenção que efectuou, o apoio que dá à iniciativa. Isso quer dizer que concorda com os objectivos, mas também quer dizer que tem os meios adequados e que acha que neste momento o Governo Regional ou a administração regional, têm os meios adequados para a colocar a funcionar de uma forma prática.

Vamos partir do princípio que a administração regional neste momento está a trabalhar num limite e que as respostas que estão a ser dadas aos jovens e aos menos jovens são as respostas que são atingidas trabalhando no limite. Isso significa que se a administração regional neste momento tem os meios para responder em 80 dias, responde em 80 dias, ou responde em 90 dias.

Portanto, a administração regional está a fazer o máximo que neste momento pode fazer.

Sendo assim, partindo deste princípio e desta premissa o que nós temos agora é o Governo Regional a dizer que é feita esta proposta. Se mantiver os mesmos

recursos, se não aumentar os recursos disponíveis para as respostas que são necessárias para encurtar os prazos, isso significa que, se não mexerem nos recursos, outras respostas aos não jovens vão demorar mais tempo.

Ora, essa perspectiva é inaceitável para o PPM, porque nós queremos de facto resolver o problema dos jovens, mas não queremos agudizar, não queremos aumentar o tempo de resposta para os não jovens.

Por isso é que é necessário que o Sr. Secretário Regional nos diga como é que vai fazer isto de forma concreta. Aumentando recursos?

Planificando o trabalho de outra forma? As coisas não estavam bem organizadas e o tempo de resposta poderia ser de facto melhorado, reorganizando (mas reorganizando como?) e referenciando aquilo que não estava a funcionar.

São estes aspectos práticos que são importantes.

Eu já disse que estou de acordo com esta prioridade e que estou de acordo com a redução destes prazos, considero que é justo.

Agora não quero ficar com a minha consciência abalada pelo facto disto poder significar que os outros desempregados vêm, por via deste favorecimento, os seus tempos de resposta aumentados.

Isto é que não pode ficar na minha consciência, por isso é que peço ao Governo Regional que responda de forma muito objectiva a esta questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para uma intervenção breve, já que não estava previsto intervir neste debate, mas não posso deixar de registar aqui a intervenção do Sr. Líder Parlamentar do PS, relativamente a umas afirmações que fez.

A afirmação é esta: que os jovens voltem à nossa região! Que os jovens voltem aos Açores e que possam cá fazer a sua vida!

Subscrevo na íntegra essas suas afirmações, Sr. Deputado Berto Messias.

Vou dar-lhe exemplos de jovens que não voltam à sua Região, que não voltam à nossa Região, por manifesta incapacidade do Governo Regional dos Açores.

Este exemplo que vou dar não é da crise internacional, não é da crise mundial, é por manifesta e por más medidas que o Governo Regional dos Açores tomou e continua a tomar.

Vou dar-lhe um exemplo: por proposta do CDS, como o senhor bem se lembra, e aprovada pelo PS e julgo que pelos outros também, aumentámos as bolsas dos estudantes para a especialidade de medicina geral e familiar.

Uma boa proposta, teve boa adesão por parte dos estudantes e houve até um aumento da procura dessa especialidade como o senhor muito bem sabe.

O que acontece Sr. Deputado é que depois de formados os novos especialistas em medicina geral e familiar, o Governo Regional resolveu aplicar-lhes a tabela do Governo da República.

O que acontece é que estes jovens passaram a ganhar menos enquanto médicos especialistas, do que enquanto médicos que estavam na sua formação.

O erro foi esse, por isso alguns médicos de medicina geral e familiar açorianos, nascidos e criados aqui estão a trabalhar no continente, infelizmente porque lá ganham mais do que ganham na sua terra.

Lá existe uma coisa que se chama Unidades de Saúde Familiar, onde eles têm o ordenado base sim senhor, mas depois ganham por objectivos e conseguem ganhar mais do que na sua terra.

Portanto, uma má medida do Secretário da Saúde, quando resolveu pagar a um clínico geral 1800 euros brutos, sem lhe dar alternativa de poder ganhar mais.

Deputado Francisco César (PS): Acaba sempre no Secretário da Saúde!

O Orador: Os senhores sabem quantos estão lá fora nessa situação? E quantos não puderam voltar à sua terra? Por duas razões: a primeira financeira e a segunda por falta de vagas nas unidades de saúde.

Portanto, gente altamente qualificada, gente que quer voltar à sua terra, gente que se quer ir embora da sua terra, porque não tem condições de trabalho e brevemente os senhores vão conhecê-los também porque se vão embora.

E o que é que o Governo Regional e a Secretaria da Saúde fazem?

Pagam a preço de ouro médicos colombianos para virem para cá (é isso que estão a fazer) e paga a preço de ouro, como pagou na Graciosa e agora em S.

Jorge, um especialista, não se sabe de quê, milhares de euros por mês, para estar a fazer serviço nos Açores com ajustes directos e contratos, quando os nossos jovens altamente qualificados são pura e simplesmente abandonados pelo Governo Regional dos Açores.

Já em Julho do ano passado o Sr. Secretário disse que estava em negociações com o sindicato para a revisão de uma nova tabela salarial para pagar aos nossos jovens médicos o mesmo que paga aos colombianos.

Deputado Francisco César (PS): Diga isso ao Secretário da Saúde!

O Orador: É o mesmo, quando não devia pagar sequer mais.

Nessa matéria Sr. Deputado Berto Messias, altamente qualificados, estão a abandonar a sua terra ...

Deputado Berto Messias (PS): Vamos ter tempo para discutir isso!

O Orador: ... e o Governo Regional está a deixar que abandonem a sua terra e não faz nada para que voltem à sua terra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota inicial na sequência da intervenção da Sra. Deputada Isabel Rodrigues que revelou um comportamento que vem sendo cada vez mais comum do PS que é o de começar a dar a volta ao mundo e não pára nos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é o Paulo Portas!

O Orador: É um comportamento que se vem revelando muito recorrente neste tempo.

Há algum tempo atrás, iam à Madeira, iam a Lisboa e voltavam para os Açores. Agora a volta foi bem maior. Percorrem o mundo inteiro e não param nos Açores.

Obviamente, Sra. Deputada todos sabemos o que se passa no mundo. Todos sabemos qual é a realidade mundial sobre esta matéria, mas a responsabilidade que os políticos dos Açores têm é relativamente à realidade dos Açores, e é

sobre essa realidade que devemos ter respostas, devemos assumir a responsabilidade dos sucessos e insucessos das políticas implementadas.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Isso é ignorância!

O Orador: Neste caso concreto as políticas implementadas durante esses anos deram este resultado. Os Açores têm a maior taxa de desemprego da história da autonomia.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): No seu tempo é que era bom. As pessoas estavam desempregadas e nem se inscreviam no Centro de Emprego!

O Orador: Nos Açores verificou-se o maior aumento de desemprego do país todo. De todas as Regiões do País, a região cujo desemprego aumentou mais, foi nos Açores. Esta é que é a realidade.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): O senhor pensa que alguém acredita nisso?

O Orador: Como Sra. Deputada? Não percebi.

A Sra. Deputada diz que ninguém acredita no que estou a dizer. Isto é a forma absolutamente irresponsável como o PS responde à realidade.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): O senhor não tinha ouvido o meu aparte a agora já ouviu!

O Orador: Este seu aparte, inconsciente, de certo, é a forma como o PS irresponsavelmente responde à realidade, porque de facto os Açores têm, por números oficiais, a maior taxa de desemprego da história da autonomia. Nos Açores verificou-se o maior aumento de desemprego de todas as Regiões do País.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Eu percebo que isto é muito difícil para os senhores, mas é a natureza das coisas!

O Orador: Basta ir diariamente aos centros de emprego, basta passar na rua onde há centros de emprego e ver o que é que se passa e sobretudo basta falar e sentir o que os açorianos falam e sentem.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é que é importante, porque neste momento verifica-se, como já afirmei aqui, o maior problema de desemprego da história da autonomia e

sobretudo o maior desemprego que dramatiza e inferniza a vida de muitos açorianos e muitas famílias açorianas. Esta é que é realidade!

A Sra. Deputada disse outra coisa que também é verdade (a boca fugiu-lhe para a verdade): isto passa pela retoma económica.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Claro!

O Orador: É verdade! Porquê? Porque são as dinâmicas económicas que promovem também elas a criação de emprego.

O que estamos a viver é o resultado da falta de dinâmica da economia açoriana que nos últimos anos levou ao estado que estamos a viver. Esta é que é a realidade.

Deputados Rui Ramos e João Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): O senhor acha que os Açores estão isolados do mundo? O senhor sabe onde os Açores se inserem?

O Orador: O desemprego não começou em Maio ou em Junho.

O aumento do desemprego começa em 2003.

Desde 2003 para cá, o desemprego tem aumentado.

Em 2003, e é importante que a Sra. Deputada tenha conhecimento disso, ...

Presidente: Agradecia que terminasse. Terminou o tempo do PSD.

O Orador: Estou a concluir Sr. Presidente.

... o desemprego era cerca de 2000 açorianos. Sabe quanto é que é hoje? Cerca de 14.000. Aumentou cerca de 12.000 de 2003 para cá.

Isto é o resultado da falta de políticas económicas que promovam de facto desenvolvimento.

Termino já, Sr. Presidente, apenas com uma nota sobre esta incoerência do PS e Governo Regional.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Seja honesto e diga os números! Diz só os números que lhe convêm!

Isso chama-se manipulação da realidade!

O Orador: O Sr. Secretário Regional em instâncias minhas fez referência que a prioridade do Governo Regional durante todo este tempo tem sido o emprego dos mais jovens.

Foi a sua expressão clara e assumida. Tem sido a prioridade.

Porém, isto entra em contradição com aquilo que a Sra. Secretária da tutela disse na Comissão.

A Sra. Secretária da tutela disse na Comissão que os que têm mais dificuldades, por terem mais de 45 ou 55 anos, são considerados prioritariamente no âmbito dos programas de inserção no mercado de trabalho.

Estou a falar na prioridade que a Sra. Secretária falou, que a prioridade tem sido os mais velhos.

Mais grave foi que em instâncias também do Grupo Parlamentar do PSD, que perguntou onde é que estava regulamentada ou definida essa prioridade, a Sra. Secretária na altura disse que era uma orientação.

Perguntei se essa orientação era um Decreto Regulamentar, se era uma Portaria, se era uma circular, se era uma instrução, o que era? Onde é que estava tipificada essa orientação?

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Deputado, regulamento do PROSA. Devia ter lido antes de ir para a Comissão! Por favor!

O Orador: Passado muito tempo da comissão a Sra. Secretária nunca conseguiu responder a isto.

Passados 5 meses a questão que eu coloco ao Sr. Secretário é se o Governo Regional já sabe onde é que está titulada. É um regulamento? É uma proposta? É um Decreto Regulamentar? É uma Portaria?

Deputada Isabel Rodrigues (PS): O senhor há falta de melhor, agarra-se à miudeza!

O senhor é um grande embrulho cheio de miudezas!

Deputado Mark Marques (PSD): Cuidado com as miudezas!

O Orador: Essa orientação de dar prioridade aos açorianos com mais de 45 anos.

Na altura a Sra. Secretária não conseguiu responder.

Espero que, passados 5 meses, o Sr. Secretário Regional tenha resposta a esta pergunta, que é importante. Também revela se o Governo tem ou não estratégia

claramente identificada relativamente a este problema que tem a dimensão que todos já conhecemos, mas sobretudo que conhecem aqueles que por ele passam.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O PSD esgotou o seu tempo.

Entretanto atingimos a nossa hora regimental.

Vamos fazer intervalo para almoço.

Retomamos às quinze.

Até logo. Bom almoço.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Estávamos no debate da resolução relativa ao tempo de resposta dos serviços públicos aos jovens em situação de desemprego nos Açores, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tenho inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de entrar propriamente na questão que eu queria levantar quando me inscrevi, houve entretanto algumas afirmações feitas nesta câmara que eu gostaria de clarificar.

Primeiro, queria deixar claro que para o BE este Projecto de Resolução do PS não representa nenhum tipo de favorecimento aos jovens. Não há aqui nenhum favorecimento aos jovens relativamente aos outros desempregados, tanto quanto nós entendemos o teor desta proposta.

Aquilo que há, e justamente, é o reconhecimento do peso significativo que esta faixa etária tem nos números do desemprego, como já aqui foi referido, e bem, mais do que uma vez.

Confundir isto com favorecimento e pôr os jovens desempregados contra os outros desempregados mais velhos, é perverso e é um tiro no pé do ponto de vista dos desempregados, ou seja, das pessoas, independentemente da idade em que elas se confrontam com este flagelo e esta tragédia.

Também não passa pela cabeça de ninguém e pela do BE também não, que o facto de encurtar o prazo de resposta a um jovem desempregado de 100 para 50 dias, signifique para os outros desempregados todos que o prazo aumenta de 100 para 150 dias, ou seja, não passa pela cabeça de ninguém que se tire 50 dias a um, para acrescentar a outro.

Parece-me que isso é uma forma enviesada e perversa de ler o objectivo que pode ser modesto, que pode não fazer grande bem e também não fazer mal, que é pouco ambicioso, mas que não tem com certeza este tipo de objectivo como resultado final.

Agora a questão para a qual de facto me tinha inscrito é dirigida à bancada do PS, dado que mais uma vez a bancada do PS reconheceu a mais-valia, a justeza e a razão de haver não o favorecimento, mas um olhar especial através da instauração, implantação de um prémio de boas práticas para as entidades empregadoras que integrem na sua empresa, ou noutra entidade qualquer, jovens ex-toxicodependentes e portadores de deficiência, que se confrontam com a tragédia do desemprego.

A pergunta ao Grupo Parlamentar do PS, é: posso entender da apreciação feita, quer da Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, quer pelo Partido Socialista, pela intervenção da Sra. Deputada Isabel Rodrigues, que se o BE apresentar a esta câmara um Projecto de Resolução com este objectivo específico terá a sua aprovação (sua, do partido maioritário)?

É a pergunta que deixo.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Não pode, porque não conhecemos a proposta de alteração!

Deputada Zuraida Soares (BE): Está aqui!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Serei muito breve.

A proposta do PS é conhecida, já foi amplamente discutida. Quer eu, quer a Sra. Deputada Isabel Rodrigues, apresentámos a proposta.

Referimos também e fizemos uma análise global que aliás tem vindo a ser feita ao longo dos últimos meses nesta casa sobre o problema do desemprego. Não posso deixar de referir, com algum lamento, que alguns partidos entendam apoiar-se e agarrar-se a alguns *fait divers* para desvalorizarem a proposta que o PS traz aqui, que é mais um contributo que nos parece pertinente no âmbito de toda a estratégia e no âmbito de todas as propostas que temos trazido a esta casa nesta área.

Mas pedi a palavra também para refutar veemente e completamente as afirmações do Sr. Deputado Aníbal Pires, líder do partido Comunista, sobre as suas referências à Juventude Socialista, ao trabalho que a Juventude Socialista tem desenvolvido nesta área, que tem naturalmente um vastíssimo património e trabalho desenvolvido, ao longo de muitos anos, na área do emprego jovem.

Lamentar também que, e aliás é recorrente, sempre que outro partido traga aqui qualquer proposta no âmbito laboral, o PCP sinta uma dor de cotovelo lamentável.

Temos pena que assim seja e aguardamos e esperamos naturalmente que possa trazer aqui também algumas propostas nesta área, mas esperava por parte do PCP outro tipo de abordagem nesta discussão e neste debate.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): E... Sobre a proposta de alteração!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para responder a duas questões que foram colocadas directamente ao Governo Regional.

A primeira delas tem a ver se o encurtamento do período de resposta para os jovens interfere com o período de resposta para todos os outros desempregados. Obviamente que não. Nós não estamos aqui a alterar as metas que estão no Programa Regional de Emprego, em que está estabelecida uma meta de 100 dias. Essa meta mantém-se válida e o objectivo do Governo Regional é, e passando já à resposta seguinte, dentro daquilo que sejam as suas possibilidades, dentro daquilo que sejam as respostas que sejam encontradas também junto das empresas e junto das diversas entidades que são parceiras neste processo, encurtar o tempo tanto quanto possível, para todos os desempregados, embora dando uma particular atenção àqueles que são mais jovens.

Isto, faço minhas as palavras da Sra. Deputada Zuraida Soares, não significa de maneira nenhuma um prejuízo para os outros, significa sim uma particular atenção a uma faixa etária que tem particulares problemas no acesso ao mercado de emprego.

Quanto às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, para lhe dizer que de facto o Governo Regional, na sua acção normal executiva, tem um conjunto de normas que visam essencialmente cumprir aquilo que são os diversos enquadramentos legislativos que existem, existem para diversos tipos de programa de legislação, de diversa ordem, algumas delas incluindo decretos legislativos regionais, que são operacionalizados.

Portanto, as orientações são de facto orientações internas que funcionam no âmbito daquilo que é o trabalho, do membro do Governo responsável por esta área e do respectivo Director Regional e que funcionam num misto de orientações que são verbais, orientações que são escritas ...

Deputado João Costa (*PSD*): Quer dizer que não têm!

O Orador: ... e de reuniões que periodicamente se fazem com os responsáveis dos diversos departamentos em que são transmitidas orientações no sentido de atingir determinadas metas.

Era isso que a Sra. Secretária se referia e é isso que acontece aqui como em qualquer área da governação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não tenho tempo! Louvo o esforço!

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Discutiremos no intervalo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Álamo Meneses, efectivamente acho que não é necessário diminuir o tempo aos outros que estão à espera há 100 dias e não é necessário aumentar mais pessoal.

O que é necessário é que o pessoal que trabalha seja eficiente e responsável.

Eu conheço um caso particular em que, porque um funcionário foi de férias, ficou o processo desta pessoa, que estava desempregada à espera de subsídio de desemprego e à procura de emprego, à espera que o funcionário viesse de férias. Não passou a outro e em vez de esperar os 70 ou 80 dias, esperou mais tempo.

O que se trata é de haver eficiência nos serviços.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): As más acções de um funcionário não podem abranger todos os funcionários!

O Orador: Estou a dar-lhe um exemplo concreto.

Há muitos funcionários que diligentemente trabalham e o que é preciso é que todos diligentemente trabalhem.

Aí é possível manter os 100 dias e dar a atenção dos 50 dias aos jovens.

Já dissemos que esta proposta é positiva, apoiamos esta proposta e não temos dúvida nenhuma que é mais um contributo para esta matéria que nos preocupa a todos.

Agora, eu gostaria de muito rapidamente responder ao Sr. Deputado José San-Bento, que do alto dos seus apertes cada vez mais se vai especializando nessa matéria. Dizer-lhe que quando eu faço uma afirmação ela é verdadeira.

Deputado José San-Bento (PS): Não disse que era falsa! Disse par ao senhor explicar o critério!

O Orador: O que eu lhe vou dizer Sr. Deputado, está publicado na base *gov.pt*, um ajuste directo para prestação de serviços na área de clínica geral. É um médico de fora, no Centro de Saúde da Graciosa em 2010. Sabe quanto? 75.000 euros!

Deputado José San-Bento (PS): Não é isso!

O Orador: Sabe quanto é que ganha um médico português, Sr. Deputado? 25.000 euros ao ano.

Paga três vezes mais ao que vem de fora do que ao que paga ao português, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Devia explicar o critério!

O Orador: Está aqui o contrato de prestação de serviços, Sr. Deputado.

Já agora que V. Exa. anda muito bem informado, diga-me lá quanto é que esse mesmo médico, que está agora em S. Jorge, ganha?

Ainda é mais que os 75.000 euros, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Não tem nada a ver com o que estamos a discutir!

O Orador: Tem a ver com os jovens virem para cá, de dar as mesmas condições que o senhor exigiu e dar condições para os açorianos virem para a sua terra. Os senhores não dão condições aos açorianos e dão condições aos de fora.

Deputado Berto Messias (PS): Não apoiado!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, justifique isto! Justifique! Isto é um escândalo e uma vergonha para os médicos açorianos. Um escândalo e uma vergonha que o senhor subscreve e apoia.

O senhor agora deve levantar-se e justificar. Uma verdadeira escandaleira!

Presidente: Informo a Câmara que o PS terminou o tempo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Dou-lhe um minuto!

Deputado José San-Bento (PS): Não quero do seu tempo!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra. Tem um minuto e meio.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer Sr. Deputado Berto Messias o seguinte: não é um *fait divers* que um jovem desempregado, que é um caso concreto, que eu conheço muito bem, esteja desde Janeiro de 2011 sem nenhuma oferta. Zero ofertas de emprego. Zero ofertas formativas.

Deputado Berto Messias (PS): Então o senhor vai votar a favor!

O Orador: Não, não vou votar a favor e já lhe explico porquê.

Primeira questão: resolvam o problema dos 100 dias, porque nem sequer os 100 dias são cumpridos. Não é cumprido nem para os jovens, nem para nenhum outro desempregado desta Região.

Deputado Berto Messias (PS): Tem de ligar ao Fernando Decq Mota!

O Orador: Quero reafirmar aqui o seguinte: eu não posso pactuar com esta proposta do PS que nem sequer é um “Melhoral”, ...

Deputado Berto Messias (PS): Vote contra!

O Orador: ... porque o “Melhoral” tem um princípio activo que é o ácido acetilsalicílico, que é anti-pirético e analgésico.

Esta proposta é um placebo e o placebo como V. Exa. sabe...

Deputado Berto Messias (PS): Tem de ligar para o Fernando Decq Mota!

O Orador: ... baseia-se na crença do doente de que aquilo está a fazer algum bem.

Pois isto é um placebo com um *design* da Juventude Socialista que por muito moderna que queira parecer, efectivamente é apenas só um embrulho, é apenas só uma embalagem.

Portanto, o PCP não pode pactuar com este acto demagógico ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor está a brincar connosco!

O Orador: ... que não vem adiantar nada à questão do desemprego, designadamente ao desemprego entre os jovens.

Deputado Berto Messias (PS): Uma abordagem lamentável do PCP!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário do Ambiente, há pouco coloquei uma questão que tem a ver com o seguinte: com os mesmos recursos, se diminui os prazos para os jovens, evidentemente que há outro trabalho que fica por fazer.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Não percebo a lógica!

O Orador: Sr. Secretário se não percebe a lógica o problema não é meu, é seu.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Com certeza!

O Orador: Eu penso que a questão é bastante lógica, a menos que o Sr. Secretário seja aqui uma espécie de Messias, a falar aqui do milagre dos pães...

Deputado Berto Messias (PS): Não! Só há uma espécie de Messias!

O Orador: ... e dos peixes.

O Sr. Secretário tem que me explicar o seguinte: como é que o Governo Regional neste momento tinha um prazo de resposta de 100 dias, a partir de agora assume um compromisso com os jovens e vai fazer um esforço suplementar nesse sentido.

Bom, o que lhe pergunto é, tendo os mesmos funcionários, as mesmas canetas, tendo os mesmos computadores como é que o senhor faz isto? É isso que eu lhe pergunto. Como é que faz na prática.

No parlamento o que é muito importante é que as pessoas percebam como é que as coisas se fazem.

Eu também estou de acordo. Estou de acordo que isto é uma prioridade. Com certeza. Não há aqui nenhuma discordância, nem estou a minorizar a proposta. Só quero perceber como é que a administração regional vai fazer isto. Vai contratar mais gente para que os serviços possam dar uma resposta mais adequada? Vai pagar horas extraordinárias? O que é que vai fazer?

Com os mesmos recursos, vai reduzir os prazos, eu quero saber como é que consegue fazer isso na prática.

Deputado João Costa (PSD): Mais uma hora de trabalho por dia!

O Orador: A pergunta é lógica, agora o que é lógico é que o Sr. Secretário me responda, para que não fique a ideia de que isto não é nada e de que isto é propaganda.

Quero que me diga, na prática, como é que vai objectivar, porque senão voltamos outra vez à questão dos pães, dos peixes e desse milagre.

Presidente: Neste debate terminou o tempo do PPM.

Sra. Deputada Zuraída Soares estava a pedir a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Uma interpelação.

Eu desejava dar algum tempo ao PS, nomeadamente ao Sr. Deputado Berto Messias.

Presidente: Tem 3 minutos. Quanto tempo dá?

Deputada Zuraída Soares (BE): Um minuto chega Sr. Deputado?

Presidente: Um minuto. Então vou inscrever o Sr. Deputado Berto Messias.

Diga Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Também para uma interpelação.

Também dos meus parques 2 minutos, dou 1 minuto ao Sr. Deputado José San-Bento para ele me responder.

Presidente: Mas não houve aqui nenhum pedido da outra parte Sr. Deputado.

Portanto, vou inscrever aqui o Sr. Deputado Berto Messias.

Vamos continuar.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando me inscrevi, inscrevi-me essencialmente para, na sequência daquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, dizer-lhe que de facto nós não estamos a discutir esse assunto, nem eu estou habilitado para responder-lhe no caso concreto e não me parece que seja esta a forma correcta de o fazer.

Quando o Sr. Secretário da Saúde aqui estiver e puder responder-lhe com questões concretas, o Sr. Deputado com certeza fará essa intervenção.

Neste momento estamos aqui a discutir uma Resolução que não tem a ver com os jovens médicos, nem com médicos, tem a ver com uma questão muito concreta de encurtar prazos de resposta na área do emprego.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ora muito bem! Não tem a ver com o emprego!

O Orador: Mas também quero dizer-lhe desde já o seguinte: o Governo Regional tem feito um esforço muito grande na área da saúde no sentido de fixar médicos.

Com certeza que o Sr. Deputado reconhecerá que isso está a ser feito.

Se reconhece, reconhecerá também que há todo o interesse da parte do Governo Regional em fixar médicos de forma permanente.

Portanto, se esses contratos, que o Sr. Deputado aqui trouxe (eu não conheço mas admito que sejam verídicos, não estou a dizer que não são), existiam, é porque de facto há uma necessidade urgente de servir melhor as populações nesses centros de saúde em concreto e foi por causa disso, com certeza, porque não houve uma outra solução que permitisse a fixação definitiva de médicos, que esses contratos foram feitos.

Não há de facto nenhum interesse do Governo Regional em estar a pagar a médicos de fora, se tivesse a possibilidade de os ter fixos na Região.

Portanto, esta é a resposta que com certeza o meu colega da Saúde poderá dar-lhe com maior substância.

O Sr. Deputado, com certeza aproveitará o momento em que ele esteja presente para lhe colocar essa questão e com certeza ele dar-lhe-á uma resposta melhor do que a minha, mas desde já eu gostaria de não deixar passar essa questão aqui porque da parte do Governo Regional, obviamente, não há nenhum interesse em gastar dinheiro com médicos de fora.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não há bagagem!

O Orador: Voltando à questão, muito brevemente porque o tempo se está esgotando, que foi levantada pelo Sr. Deputado, para lhe dizer que não estamos num sistema de somas fixas. O que nós estamos a dizer é que Governo Regional fará um esforço, sem contratar mais pessoal, sem horas extraordinárias com

certeza, no sentido de dar resposta a isso. Porquê? Porque temos um serviço de emprego e formação profissional que tem um conjunto de actividades e dentro dessas múltiplas actividades, e sem prejuízo daquilo que sejam as questões fundamentais e aquilo que sejam as prioridades em cada momento do emprego, canalizará um esforço maior para essa área. Essa é que é a resposta que, logicamente, Sr. Deputado, terá que ser dada.

Não é por diminuir 5 dias num prazo, que vou aumentar 5 dias no outro. Com certeza não vai dizer que o número de dias é uma soma fixa. Nós temos um serviço que tem um conjunto de recursos, dentro desses recursos tem múltiplas tarefas para os utilizar e dentro dessas múltiplas tarefas vai priorizar.

Deputado João Costa (PSD): O Governo não se esforça!

O Orador: As questões concretas, Sr. Deputado, são operacionalizadas pelo Membro do Governo e pelo Director Regional competente em razão da matéria. Com certeza que eles encontrarão as soluções de forma a dar resposta àquilo que aqui é um compromisso assumido pelo Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem 2 minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se o Sr. Secretário da Saúde não está aqui, a culpa não é minha nem dos Srs. Deputados. A culpa é do senhor e do Governo.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Não está agendado no debate!

O Orador: Era o que faltava. O Sr. Secretário só vem à Assembleia quando está agendado um debate sobre saúde.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Ele vem sempre à Assembleia. Se não veio é porque não pôde!

O Orador: Por acaso não é verdade.

O Sr. Secretário da Saúde se não está, estivesse estado.

O Sr. Secretário não está (era só o que faltava!) e não diz o que tem para dizer, sobretudo quando se fala na fixação de jovens, que venham viver para os Açores e fazer a sua vida cá.

Eu conheço dezenas, como o senhor conhece, ...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Eu não conheço!

O Orador: ... que estão a trabalhar no continente, que são médicos de medicina geral e familiar e não querem vir para aqui.

Sabe por que é que não vieram? Porque o Secretário da Saúde, adoptou meia solução para os Açores. Reduziu-lhes o ordenado para 1.800 euros como o Governo da República reduziu o Ministro Campos, com uma diferença... É que o Ministro Correia de Campos criou as unidades de saúde familiar que permitiu a eles aumentarem o seu ordenado por objectivos.

O Sr. Secretário para aqui arranjou uma solução coxa, e é por isso que ela não funciona e é por isso que eles não querem vir para cá, Sr. Secretário.

De resto reconheço o esforço que foi feito até determinada altura pelo Governo dos Açores. Nós também fizemos propostas nesse sentido. Reconheço esse esforço. Agora o que não podemos é atirar esse esforço pela janela.

O que eu digo Sr. Secretário, está aqui publicado na base *gov.pt*. Não fui eu que publiquei isso. É do Centro de Saúde da Graciosa, está aqui publicado.

Já agora era interessante saber (há quem saiba nesta casa!) quanto é que ganha, na Unidade de Saúde de S. Jorge, este mesmo senhor que esteve na Graciosa e para quantos médicos portugueses dava para pagar, Sr. Secretário.

Se não querem isso então paguem bem e melhor aos médicos portugueses, porque há mais alguns que eu receio que se vão embora. Gente de cá, nascida nos açores, criada nos Açores, estudou com bolsa do Governo dos Açores, fez a especialidade com bolsa do Governo dos Açores, mas chega a uma determinada altura, até pela abertura de vagas que não abrem em número suficiente, vão-se embora.

O senhor sabe que agora mesmo alguns ficaram a fazer o estágio e o ano comum no continente, porque não tiveram vagas nos açores.

Isso Sr. Secretário, é que tem que ser um esforço acrescido do Governo e de todos nós.

Nós estamos disponíveis para colaborar nisso como já colaborámos no passado, aliás, já dissemos aqui e voltamos a dizer, toda a nossa colaboração e disponibilidade para resolver esse problema.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Será um excelente debate, com certeza!

Presidente: Terminou o tempo do CDS/PP, Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Deputado Berto Messias, tem um minuto cedido pela Sra. Deputada Zuraida Soares para lhe esclarecer.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As questões levantadas e referidas pelo Sr. Deputado Artur Lima, algumas delas que ele referiu não serão bem assim, mas teremos com certeza oportunidade de discutir doutra forma e mais amplamente esta questão.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Então diga como é! Isso não é correcto!

O Orador: O curto tempo que temos não dá com certeza para explicar e esclarecer algumas questões que ele referiu.

Eu há pouco esqueci-me, peço desculpa por isso, de responder àquilo que a Sra. Deputada Zuraida Soares referiu e perguntou. Devo dizer que, do ponto de vista do princípio, naturalmente concordamos com aquilo que refere sobre os toxicodependentes e pessoas com deficiência.

Se bem me recordo era a isto que se referia, mas aguardaremos, naturalmente, a vossa proposta caso se concretize sobre isso e cá estaremos para analisá-la e se se justificar aprová-la.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não tenho mais inscrições.

Vamos passar à votação deste diploma, deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:

Projecto de Resolução n.º 60/2011 – “aplicação do novo acordo ortográfico na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”, apresentado por um grupo de deputados que constituem a Mesa e tem a ver com a necessidade de se tomarem algumas medidas com vista a garantir a publicação, designadamente em Diário da República, das nossas Resoluções e dos nossos Decretos Legislativos Regionais.

Tive oportunidade na CAPAT de explicar pormenorizadamente o que é que se pretendia com este Projecto de Resolução.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar claro o seguinte.

O BE vai abster-se na votação deste Projecto de Resolução, não porque não compreenda ou aceite quer a sua necessidade, quer a sua urgência, mas porque tem uma posição crítica em relação ao próprio acordo ortográfico.

Portanto, em coerência, o nosso sentido de voto só poderia ser a abstenção.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também para anunciar a posição do PPM em relação a esta iniciativa.

Nós vamos votar contra para sinalizar a nossa posição de discordância absoluta com o acordo ortográfico que foi assinado por Portugal.

Obviamente que vamos cumprir aquela que é a legalidade, mas aproveitamos esta oportunidade para sinalizar a nossa discordância política em relação a esta questão.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve para dizer que independentemente daquilo que é a posição particular que cada um de nós assume perante o acordo ortográfico parece-nos que não podemos deixar de aderir à proposta que foi apresentada por um grupo de Deputados porque não o fazendo isso poderia colocar em crise, inclusivamente, a publicação dos diplomas desta Assembleia no Diário da República.

Achamos que a única posição responsável que se pode ter é de votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também para o PSD torna-se importante que seja aprovada a proposta que estamos aqui a analisar, na medida em que como entidade e organismo público não podemos deixar de nos associar ao novo acordo ortográfico, até porque ser excepção na aplicação das regras que alteram a ortografia seria uma incoerência que no ordenamento jurídico temos que salvaguardar.

Por isso é importante que este acordo de 1990 seja aprovado e por isso o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente o Projecto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não tenho mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a contra do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Projecto de Resolução n.º 37/2011 – “Promoção do voluntariado”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Chamo a atenção da câmara que esta manhã, em tempo e de acordo com o nosso Regimento, deu entrada uma proposta de substituição integral deste Projecto de Resolução.

Daria a palavra ao Sr. Deputado Luís Garcia para apresentar o diploma.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Conselho de Ministros da União Europeia declarou oficialmente 2011 como o “Ano Europeu do Voluntariado”.

Com a sua instituição a União Europeia pretendia, entre outros objetivos, valorizar e promover o trabalho de voluntariado e também mobilizar mais cidadãos para esta causa.

Esta foi, no nosso entendimento, uma oportunidade crucial para incentivar a que a problemática do voluntariado fosse pensada e refletida na nossa Região, identificando, desde logo, os problemas e constrangimentos com que se depara a prática do voluntariado nos Açores e dando um contributo válido para termos um voluntariado mais e melhor organizado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Nos Açores temos muitos e bons exemplos de voluntariado que aqui saúdamos.

Mas na nossa Região desconhece-se com rigor o número de voluntários e em que áreas atuam. E ressalta também com particular significado o número reduzido de instituições e empresas disponíveis para abrir as suas portas ao voluntariado o que obrigará também a um trabalho de sensibilização para aí direcionado e a um esforço redobrado do voluntariado para se organizar melhor. Este ano europeu do voluntariado foi também uma preciosa oportunidade para dar mais visibilidade, valorizar, promover e incentivar o voluntariado como uma forma salutar de exercermos uma cidadania mais ativa e de contribuirmos para a construção de uma sociedade mais solidária.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma interessante reflexão e resposta aos desafios e objetivos lançados pela União Europeia no âmbito do Ano Europeu do Voluntariado foi dada pelos jovens de várias escolas da Região que no dia 5 de Maio deste ano, participaram no “Plenário Jovem” da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

E esta Assembleia, em cuja sede se realizou a XII Sessão daquele “Plenário Jovem” não pode, ou pelo menos não deve, ficar indiferente ao que aqui foi discutido e proposto por aqueles jovens “Deputados por um dia”.

Entre as várias propostas e reflexões feitas, uma delas merece acolhimento e concretização, pela sua adequação ao tempo presente e pela importância atribuída pelos jovens e até pela Representante da Região no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, essa proposta é “a necessidade de desenvolver, com carácter continuado, ações e campanhas de divulgação e promoção das virtualidades do trabalho voluntário nos órgãos de comunicação social mas também nas nossas escolas”.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD deu entrada, no passado mês de Maio, na Mesa da Assembleia de um Projeto de Resolução que pretende que esta Assembleia recomende ao Governo Regional dos Açores que promova uma campanha de sensibilização, divulgação e promoção das virtualidades do trabalho voluntário nos órgãos de comunicação social dos Açores públicos e nos privados que a ela queiram aderir graciosamente.

A nossa proposta inicial recomendava que esta campanha se fizesse ainda este ano. Mas o facto de este projeto de resolução só agora chegar a plenário leva-nos a propor uma alteração no sentido de que a sua implementação se faça também ao longo do próximo ano, o que em nada contraria um dos fundamentos desta proposta: a necessidade de desenvolver, com carácter continuado, ações e campanhas de divulgação e promoção do voluntariado, o que deve ser feito para além de 2011 e seguramente em 2012.

Propomos ainda que essa campanha possa, também, fazer, de modo mais específico e direcionado, nas escolas da Região, promovendo a sua ligação às comunidades envolventes e estimulando uma ação generosa e solidária, sempre pronta e disponível, dos jovens e lançando sementes nos adultos de amanhã.

A apresentação deste Projeto de Resolução é ainda reforçada e fundamentada pelo contexto económico e social de particulares dificuldades em que vivemos, onde se acentuam fragilidades a vários níveis e onde a importância do voluntariado é ainda maior e mais decisiva e, por isso, o apelo ao voluntariado torna-se ainda mais pertinente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A esta causa do voluntariado podemos ou não aderir enquanto cidadãos livres mas como políticos responsáveis temos seguramente a obrigação de incentivar e de criar as condições para o exercício do voluntariado e por essa via contribuirmos para a construção de uma sociedade mais solidária.

Saibamos dar esse contributo a esta causa nobre.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD no seu Projecto renovado refere e mantém uma afirmação de que foi uma oportunidade crucial o ano do voluntariado para reflectirmos sobre o voluntariado na nossa Região, identificando os problemas e constrangimentos que se depara a prática do voluntariado.

De alguma maneira, na apresentação deste Projecto de Resolução, o PSD fez um bocadinho “tábua rasa” das iniciativas que estavam em curso na Região sobre o voluntariado, particularmente na área do voluntariado jovem.

Fez crer, um pouco quase, que não existiam iniciativas nesse domínio.

Realmente agora que o ano termina foram várias as iniciativas, no ano de 2011, ao abrigo deste incentivo que são sempre os anos internacionais, os anos europeus.

Aliás, como foi referido agora pelo Sr. Deputado Luís Garcia, o próprio PSD foi beber uma dessas iniciativas ao Plenário Jovem, centrado na temática do voluntariado, e foi beber na proposta dos alunos da Escola Manuel de Arriaga, que propuseram exactamente campanhas de sensibilização e divulgação para que todos os jovens e instituições estejam informados sobre a oferta no âmbito do trabalho voluntário.

Portanto, inspirou-se no plenário, pena é que não tenha feito referência, ou não se tenha centrado em propostas também apresentadas aqui pelos jovens de carácter mais executivo, mais prático, mais concreto.

Todos sabemos que é importante sensibilizar, mas também todos sabemos que não basta sensibilizar seja para o que for, nomeadamente para o voluntariado, se não houver na retaguarda, se não houver uma estrutura que acolha as pessoas que vão sentir-se sensibilizadas ou motivadas por uma qualquer campanha de divulgação.

As boas práticas são importantes mas para elas acontecerem têm que estar organizadas.

Este reforço da sensibilização é importante, mas em simultâneo tem que haver uma resposta organizada.

Felizmente na Região essa resposta organizada existe. Existe um programa de voluntariado jovem que está regulamentado por despacho normativo que data de Outubro de 2010 e um programa que visa, e vou citar alguns objectivos: criar condições propícias à participação dos jovens em actividades de voluntariado; sensibilizar a comunidade para o valor e importância do voluntariado, enquanto expressão de participação cívica; aumentar a visibilidade das actividades do voluntariado e garantir o reconhecimento das capacidades e competências dos jovens (são várias as áreas de intervenção, no domínio social, cultural e ambiental).

Ao nível dos projectos que decorreram em 2011, dentro do voluntariado jovem, queria destacar aqueles que decorreram nas instituições de saúde, apoiando familiares e utentes; em instituições de apoio aos jovens inseridos nomeadamente no Programa Reactivar; em instituições de apoio à deficiência, um programa que houve com a Associação de Paralisia Cerebral e ainda em instituições de acolhimento, nomeadamente de utentes idosos.

Portanto, quer dizer que nós concordamos com a proposta de fazer uma campanha porque é preciso aumentar este espírito de voluntariado junto dos mais jovens, mas só podemos concordar com essa vossa proposta porque sabemos que existe uma estrutura de acolhimento para aqueles que forem sensibilizados por essa campanha.

É nessa medida que vamos votar favoravelmente o Projecto de resolução do PSD, porque se não houvesse resposta os jovens podiam ficar muito entusiasmados, mas depois não sabiam onde dirigir a sua boa vontade para participar enquanto cidadãos de pleno direito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projecto de Resolução do PSD, bebe a sua inspiração no Plenário Jovem, como já foi aqui referido, nas preocupações que emanaram desse Plenário Jovem, e bem, e na Proclamação do Conselho de Ministros da União Europeia, de que o Ano Europeu do Voluntariado fosse exactamente 2011, ou seja, criaram-se as condições para que esta iniciativa surgisse agora aqui.

Agora, mais do que isto, importa dizer que praticar o voluntariado, seja ele de âmbito social, ou de outro âmbito, é sempre um exercício nobre, meritório e digno de ser enaltecido porque consubstancia os valores mais elevados do humanismo, do civismo, do altruísmo e até da solidariedade que existem na nossa sociedade.

Particularmente num momento em que conjunturalmente vivemos grandes dificuldades que são transversais a toda a sociedade, importa ainda mais assumir que o voluntariado ganha uma nobreza acrescida nesta conjuntura.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Daí que todas as iniciativas que visem promover o voluntariado e criar condições para que haja mais voluntários no terreno, particularmente voluntários jovens, devem ser, do nosso ponto de vista, acarinhadas e apoiadas. Este é manifestamente o caso.

Portanto, devemos dar o nosso contributo para que a promoção e o enquadramento do voluntariado sejam ainda reforçados.

Sem querer fazer tábua rasa de outras iniciativas que a Sra. Deputada Piedade Lalanda aqui enunciou e que nós reconhecemos, obviamente que esta é mais uma, é mais um contributo e do nosso ponto de vista é uma iniciativa meritória e que merecerá o nosso voto favorável.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão do voluntariado e do trabalho voluntário é também uma questão cara ao PCP e qualquer campanha como aquela que é proposta pelo PSD nós até a podemos acompanhar.

Agora, acho que devemos colocar aqui algumas questões que vão para além da campanha e que são as dificuldades que encontramos designadamente de disponibilidade para o voluntariado.

Não posso deixar de trazer aqui uma questão à discussão e à reflexão que é: como é que se concilia a actividade profissional com o voluntariado, sabendo-se que o PSD, o PS e também o CDS/PP, têm contribuído para a irregularidade dos horários de trabalho, para o seu aumento e portanto tenho aqui algumas dúvidas sobre os efeitos da campanha.

Podemos ter todos muita vontade de nos voluntariar, mas a verdade é esta: como é que nós conciliamos essa disponibilidade e essa vontade de nos dedicarmos ao trabalho voluntário, seja no âmbito social, no âmbito desportivo, no âmbito do movimento associativo, enfim, se depois temos estes problemas.

Aqui, meus caros senhores e principalmente para o proponente desta iniciativa, como é que Vs. Exas. conciliam isto? Vão dizer às pessoas o quê?

Depois de lhes terem prolongado o horário de trabalho, em mais meia hora, ...

Deputado João Costa (PSD): Diga que é voluntário!

O Orador: ... aliás, numa medida, digamos, peregrina, como a última medida peregrina para aumentar a competitividade e o crescimento económico no País, querem que as pessoas se voluntariem para darem horas do seu trabalho.

Por outro lado, digamos que a maior parte dos cidadãos já fazem trabalho voluntariado quando estão para além do seu horário de trabalho nas empresas, sejam de serviços, seja de que actividade for e não lhe é paga sequer uma horazinha extraordinária. Portanto isso já é muito trabalho voluntário.

Tem aqui ainda uma outra questão e que tem a ver com o seguinte: a não regulamentação na RAA dos Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, que não foi feito e deveria ter sido.

Portanto, há aqui um conjunto de questões que não estão dissociadas desta questão.

Pode ter muito boa intenção, a intenção é justa, é meritória, mas santa paciência, meus caros senhores, não é desregularizando os horários de trabalho, aumentando os horários de trabalho e o peso sobre os cidadãos em termos da obtenção de mais rendimento, que se fomenta, por muitas campanhas que Vs. Exas. venham a fazer ou que queiram fazer, o trabalho voluntário. Assim não, meus caros senhores!

Portanto, o PCP não tem nada contra esta iniciativa do PSD, mas não poderia deixar de aqui, nesta câmara e perante as açorianas e açorianos, de referir estas questões que são bem mais importantes e só quando elas estiverem resolvidas então a sociedade estará capaz de se disponibilizar para o voluntariado e para o trabalho voluntário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Costa (PSD): O PC agora é contra o voluntariado?!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! Se calhar está mais deste lado do que desse lado!

Deputado João Costa (PSD): Eu disse o PC!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A sociedade açoriana é historicamente uma sociedade onde o voluntariado tem um papel fundamental naquela que é a matriz de ser, do ponto de vista colectivo e do ponto de vista individual, do povo açoriano.

O povo açoriano é um povo extremamente solidário, aliás, o povo português no seu todo é um povo extremamente solidário.

Essa tem sido uma das nossas características mais importantes no sentido de ultrapassarmos as dificuldades colectivas e individuais pelo que temos passado ao longo da nossa vasta história, não só pelas situações que a natureza provoca ciclicamente nos Açores, como também por outras questões que são do ponto de vista conjuntural muito importantes, as tais crises económicas, as tais dificuldades por que todos passam.

O povo dos Açores, nesta área do voluntariado, no apoio e na entreatajuda, tem tido realmente um papel muito importante na nossa história colectiva.

Eu estou de acordo e vou votar favoravelmente este Projecto de Resolução, mas que não fique a sensação que em relação a esta matéria existe um défice na formação do povo açoriano e na forma como os açorianos abordam as nossas questões comunitárias.

Os açorianos e os portugueses em geral são muito solidários com aqueles que mais necessitam.

Portanto, nesse sentido isto é algo que é importante passar para as novas gerações nas escolas. São estes exemplos que existem. Nestas campanhas de promoção não é preciso inventar nada de novo, não é preciso ter um *marketing* novo para se mostrar como é que se é solidário, como é que se pode ser campeão da solidariedade. É só realmente recolher os testemunhos daquilo que a sociedade açoriana já é nas suas diferentes vertentes.

Podem visitar os bombeiros voluntários, as nossas escolas, as nossas misericórdias, os nossos impérios de Espírito Santo, tudo aquilo que é a matriz realmente bastante solidária do povo açoriano.

Neste sentido é muito importante que se valorize esta experiência, evidentemente não desresponsabilizando o Estado, a Região e a administração regional por aquelas que são as suas responsabilidades. A administração regional e o Governo Regional têm responsabilidades muito grandes no sentido de responder de uma forma efectiva às dificuldades das pessoas.

O voluntariado não deve ocupar o lugar que pertence ao Governo Regional nesta matéria, mas deve seguir o seu caminho autónomo.

Também quero dizer-vos isto.

A perspectiva que eu tenho do voluntariado também não é uma perspectiva muito burocrática ou dum voluntariado que vive com os subsídios do Estado, que vive com os subsídios da Região, que está dependente do Estado, porque esta vertente burocrática, este ficar dependente dos subsídios do Estado por ser solidário, para ser voluntário no sentido de melhorar as vidas dos nossos semelhantes, penso que não é o caminho certo.

Deve existir um caminho autónomo para o voluntariado, um caminho que tem a ver com a predisposição das pessoas, que tem a ver com a capacidade que todos nós devemos ter de auxiliar os mais desfavorecidos e de nos batermos pelas causas que são as causas correctas, pelas causas que são as causas justas da nossa sociedade.

Por isso considero que é realmente uma perspectiva interessante e que deve ser explorada.

Em último lugar, e para terminar esta intervenção, também considero muito positivo que esta iniciativa decorra de uma posição tomada no Plenário Jovem.

Considero que estes Plenários Jovens são muito importantes. Aliás, há pouco estava aqui a fazer as contas, tive oportunidade de participar, para aí nuns 5 ou 6 antes de ser Deputado Regional...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mesmo que não seja concentrado!

O Orador: ... e os jovens açorianos são como a sociedade açoriana, são jovens extremamente voluntariosos.

Sentaram-se aqui e as conclusões que chegam, todos os anos, é que é preciso fazer um maior esforço, temos que ser mais unidos, a sociedade açoriana tem que se unir e os políticos jovens que são Deputados por um dia, realmente conseguem unir-se em questões que são essenciais e conseguem agastar as suas divergências para pensar nos outros, para pensar e melhorar a vida dos outros, por isso são um grande exemplo.

Convido os Srs. Deputados a assistirem a estes debates, que acho que são debates extremadamente interessantes, em que muitas vezes nós que estamos cheios de vícios nas discussões, porque temos os problemas de oposição política, partidária, porque este partido não gosta daquele, ou outro partido não gosta do outro, chumba-se a proposta porque é daquele partido, chumba-se a proposta do outro porque também não concordamos e temos aqui divergências tácticas.

Os jovens dão-nos uma grande lição porque se unem naquilo que é essencial, não vêm a cor das bancadas e vêem aquilo que é essencial, que é o interesse comum: ser solidários, melhorar a vida dos nossos semelhantes.

É isso que é o voluntariado e o povo dos Açores, nessa matéria, (podemos fazer todas as operações de *marketing*, toda a publicidade), tenham a certeza, não está em crise. Nessa matéria os Açores são um grande exemplo para todos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do BE vai votar favoravelmente este Projecto de Resolução porque nada tem, bem pelo contrário, contra a promoção do voluntariado e tem tudo a favor de lhe dar mais visibilidade, de o valorizar, de o promover e de o incentivar.

Dito isto eu gostaria de aproveitar a oportunidade para clarificar alguns conceitos.

Neste momento, atendendo à política nacional do PSD e do CDS, não tenho a certeza de estarmos a entender por voluntariado exactamente a mesma coisa.

Até me agrada bastante que o próprio documento, a própria iniciativa tenha uma definição do que é o voluntariado na concepção do PSD. A primeira coisa que eu tenho dúvidas, atendendo à política nacional do PSD, é que não haja uma confusão muito grande entre voluntariado e responsabilidade estritas do Estado. Desconfio que quando o PSD faz um apelo veemente ao voluntariado, lá bem no fundo, não esteja a pensar que é preciso substituir o Estado nas suas obrigações, nas suas responsabilidades e, portanto, é preciso que haja cada vez mais voluntários para fazer aquilo que o Estado não quer fazer, se recusa a fazer.

Por outro lado, quando aqui leio na descrição, na conceptualização do voluntário, que é “toda a actividade livre e exercida de forma totalmente desinteressada e gratuita em prol doutros indivíduos e da sociedade, no âmbito social, ambiental, desportivo ou outro qualquer”, ponho-me a pensar no voluntariado à força que o Governo da República, de coligação PSD/CDS quer impor a determinado tipo de pessoas, de beneficiários e de homens e mulheres que não estão a pensar em ser voluntários, estão a pensar em ser ajudados nas suas vidas. As Sras. e os Srs. Deputados estão a perceber bem aquilo que eu estou a dizer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não estamos!

A Oradora: Sr. Deputado, olhe quem não estaria a perceber. No meio de tanta gente quem não estaria a perceber!

Portanto, o BE regista o apelo a um maior empenho da sociedade para a actividade do voluntariado, regista a valorização desta dádiva, desta generosidade individual e colectiva, mas não se coíbe de dizer que “não bate a bota com a perdigota”, ou seja, o PSD faz apelo a uma coisa que na realidade depois não cumpre na prática ou confunde nos seus objectivos.

Finalmente, gostaria também de chamar a atenção para um parecer da Escola Antero de Quental, que no seu corpo, a determinada altura, diz que “os alunos

desta escola relembram que para além da divulgação do voluntariado deve ser feito um maior e melhor controlo de todas as iniciativas já existentes”.

Eu acho que esta chamada de atenção é muito importante, até porque ainda agora ouvi a Sra. Deputada Piedade Lalanda fazer uma espécie de inventário, digamos assim, das iniciativas mais globais, mais colectivas de voluntariado. Reconheço e assumo a minha ignorância, eu desconhecia muitas delas.

Portanto, há aqui uma quantidade de iniciativas de voluntariado que, de facto, não têm tido a expressão, o conhecimento e reconhecimento que merecem.

Esta chamada de atenção feita por estes alunos parece-me muito pertinente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Finalmente também chamar a atenção para uma outra coisa. Os Açores estão cheios de voluntariado anónimo, de voluntariado de vizinhança, de voluntariado que não sai no jornal, que não faz parte de nenhum projecto colectivo, mas que se sente no dia-a-dia da vida das pessoas, do vizinho, do amigo, do desconhecido. Não é só dentro dos hospitais, não é só dentro das IPSS, é cá fora, na rua e na proximidade com as pessoas.

Aí, na realidade concordo com o Deputado Paulo Estêvão, é uma marca da identidade deste povo e que tudo o que seja valorizá-la e reconhecê-la, não desresponsabilizando o Estado das suas obrigações, só pode ser bem-vindo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria só situar que as actividades que elenquei foram no âmbito de um programa que está em curso na Direcção Regional da Juventude, que se chama voluntariado jovem. Fui apenas saber que projectos tinham existido e que jovens tinham participado e cerca de uma centena participou numa série de projectos, de iniciativas entre as quais aquelas áreas que citei.

Gostava de alguma forma de responder ao repto do Sr. Deputado Aníbal Pires quando falava de como é que é possível fazer voluntariado nos tempos que correm.

Há uma máxima que tenho experimentado na vida e acho que toda a gente sente isso, que normalmente quem dá mais aos outros de forma desinteressada é quem aparentemente tem menos tempo.

Os voluntários são normalmente pessoas muito ocupadas, são pessoas que têm uma vida de trabalho, uma vida familiar, mas que encontram uma forma, encontram nesta prática do voluntariado, uma outra dimensão de realização pessoal.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Portanto é preciso perceber que o voluntariado não é um trabalho, é também uma realização humana. As pessoas que são voluntárias concluem sempre que aprendem muito mais e recebem muito mais do que aquilo que dão aos outros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Portanto é esse o espírito do voluntariado.

O espírito do voluntariado, quando vivido a 100%, é realmente um sentido de solidariedade, é um sentido de responsabilidade social, é um sentido de atenção às necessidades dos outros e penso que o senhor extrapolou aqui um bocadinho, porque a proposta do PSD tenta ou procura reforçar estes valores nos mais jovens, criar neles este espírito desinteressado e de gratuidade que é fundamental para que se possa ser voluntário.

Não se pode partir para o voluntariado com sentido de contrapartidas.

Há muita gente, como disse a Sra. Deputada Zuraida Soares, que pratica este espírito de voluntariado nas relações de vizinhança, no apoio às vezes a um vizinho que está doente e alguém vai dar-lhe a refeição sem pedir contrapartidas nesse sentido.

Não há dúvidas que uma comunidade que consegue estar atenta às necessidades dos outros, com certeza que é uma comunidade que do ponto de vista do desenvolvimento humano tem muito mais qualidade. Nós não podemos só ter

indicadores de carácter economicista, temos também que avaliar a qualidade da nossa sociedade por estas relações de qualidade, de cooperação e de inter-ajuda e isso vê-se, infelizmente, no défice que pode existir a esse nível quando se vai para uma escola qualquer, como pai, e que não há pessoas disponíveis para fazer parte da associação de pais; não há pessoas disponíveis para ser representantes de turma por parte dos pais; não há pessoas disponíveis para participar nos órgãos duma associação de apoio à deficiência. Isto é um défice de voluntariado.

É um défice de disponibilidade das pessoas para dar um contributo.

É uma hora por semana, é um dia por semana, é uma vez por mês mas não é a quantidade de horas que conta, mas a qualidade e a vontade que as pessoas têm de prestar atenção aos outros.

Esse é que é o sentido de voluntariado e não propriamente se é mais um dia de trabalho, se é menos um dia de trabalho, o que não põe em causa que os direitos dos trabalhadores estejam também defendidos. Evidentemente não estamos aqui a discutir essa questão. O que estamos a discutir é a essência do espírito do voluntariado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Concordo com a Deputada Piedade Lalanda e com a importância do trabalho voluntário. Não é isso que está em causa, Sra. Deputada.

Agora eu não podia deixar de extrapolar para a situação em que vivemos. Como é que eu posso pedir a um bancário, que não tem horas para sair, para fazer trabalho voluntário, ...

Deputado João Costa (PSD): Voluntariado não se pede a ninguém!

O Orador: ... se ele entra de manhã cedo e sai, não se sabe muito bem a que horas, e sem ganhar mais nada.

Eu falei neste exemplo, mas há muitos outros exemplos

Deputado Mark Maques (PSD): O senhor não faz voluntariado. O voluntário não se pede! É natural!

O Orador: Oh Sr. Deputado, santa paciência as coisas não podem ser dissociadas.

Deputado Mark Maques (PSD): Santa Paciência! E eu que estou ligado a uma instituição que o diga: santa paciência!

O Orador: Eu também fiz e faço muito trabalho voluntário!

Deputado Mark Maques (PSD): Porque lhe pediram!

O Orador: Agora o problema não é só o da promoção do trabalho voluntário, é preciso que as pessoas tenham condições para se disponibilizar para fazer o trabalho voluntário.

Foi essa questão que eu aqui trouxe e não podia deixar de trazer.

A importância do trabalho voluntário e de tudo aquilo que fomenta o voluntariado não está aqui em causa. O que está aqui em causa é o momento que estamos a atravessar e Vs. Exas. são responsáveis por isso, por isso é que não gostam de ouvir aquilo que eu disse, porque são responsáveis por isso.

Vs. Exas., o PSD e o CDS/PP são responsáveis pela situação que se vive em termos laborais, da desregulação dos horários de trabalho. Isto não se pode dissociar.

É evidente que se eu quiser fazer trabalho voluntário arranjo sempre algum tempo. Certamente que arranjo! Mas a questão é esta: hoje a maioria dos cidadãos nesta região e neste país estão no essencial preocupados em arranjar alimento para si e para os seus filhos. Esse é que é o grande problema e com isso Vs. Exas. não se preocupam.

Deputado João Costa (PSD): O senhor não sabe o que é voluntariado, Sr. Deputado!

O Orador: Vs. Exas. fazem uma abordagem do trabalho voluntário no sentido de ajudar os outros? Ótimo! Concordo! Mas entretanto esquecem-se que foram Vs. Exas. que criaram a maior parte desse problema e isso não poderia deixar de referenciar aqui.

Vs. Exas. são responsáveis por isso.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: Não é falso, não. Não é falso!

Vs. Exas. não podem vir cobrir com uma campanha da promoção do trabalho voluntário situações que criaram nesta Região e neste País.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Deputado João Costa (PSD): Que confusão vai nessa cabeça!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar exactamente pela primeira intervenção da Deputada Piedade Lalanda quando diz que a nossa proposta foi inspirada no Plenário Jovem e de alguma forma deu a entender, com isto, querer diminuir a proposta.

Deputado João Costa (PSD): Só a valoriza!

O Orador: Nunca escondemos que esta proposta tinha sido efectivamente inspirada num Plenário Jovem e isto só a valoriza, não a diminui. Está no próprio texto do Projecto de Resolução. Portanto, temos muito gosto em trazer esta proposta aqui, na sequência dum Plenário Jovem, e que tem como objectivo dar visibilidade, sobretudo dar-lhe consequência, porque uma coisa, naturalmente, é uma deliberação de um Plenário Jovem, outra coisa será uma deliberação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Segunda questão: diz que nós aproveitámos uma proposta que era de uma escola. Penso que não será preocupação só de uma escola.

Se nós tivermos a preocupação de ler o diário daquela sessão do Plenário Jovem vemos que esta questão da divulgação da promoção do voluntariado foi muitas vezes uma preocupação em cima da mesa e foi a própria Representante da Região no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado a reconhecer que isso não estava a ser feito como tinha sido feito no passado.

A determinada altura referiu mesmo que há cerca de dois anos que já não era feita, nos termos em que aqui é proposto, nos órgãos de comunicação social nenhuma campanha. Diz mesmo: “se calhar é preciso renovar essa publicidade,

essa sensibilização e os meios de comunicação, de facto, são um bom veículo para a divulgar, é uma questão das entidades responsáveis retomarem, digamos, aquilo que foi feito há dois anos, porque há dois anos que já não é feito nada neste domínio”.

Portanto, os próprios jovens, a própria Representante da Região reconhece esta necessidade.

Outra coisa também que queria corrigir, porque nós não fizemos, nem eu quis aqui fazer crer isto: fazemos tábua rasa das várias iniciativas.

Eu saudei aqui e disse que havia na Região muitos e bons exemplos de trabalho voluntário ao longo deste ano. Portanto, não quisemos fazer tábua rasa destas iniciativas.

Queremos, sim, dar um contributo para essa promoção e essa promoção pode ser feita exactamente através dessas boas iniciativas de trazermos para esta causa mais voluntários e sobretudo uma coisa que é muito precisa nos Açores em relação ao nosso voluntariado: um voluntariado mais organizado, com maior compromisso e com maior regularidade.

Dou um exemplo concreto disto: nas vésperas deste Plenário Jovem, numa Instituição de Solidariedade Social, aqui do Faial, que eu visitei, pus essa questão: por que é que não abriam as suas portas ao voluntariado?

Eles deram exactamente esta resposta: queriam, sim, abrir a porta ao voluntariado, mas precisavam dum voluntariado com outra capacidade de organização de regularidade, porque o voluntariado também não pode ser uma coisa esporádica, quando um ou outro cidadão se lembra de ir a uma Instituição. Tem de haver uma capacidade organizada e regular.

Outra questão que dizem é que esta proposta só faz sentido porque existe uma estrutura de acolhimento e a resposta existe como dizia a Sra. Deputada.

A esse respeito eu gostava de lhe referir e citar o que disse na sua intervenção a Sra. Representante da Região no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado e cito:

“Nós, nos Açores, não temos um único banco de voluntariado, temos uma Agência Promotora de Voluntariado, sediada no Instituto de Acção Social, que não está muito activa”.

É muito importante criar bancos de voluntariado nos Açores. Não há nenhum e, de facto, isso faz-nos pensar.

Portanto, é este contributo que queremos dar, para além de mais voluntários, de um voluntariado mais organizado que é efectivamente preciso, criarmos as condições para que esse voluntariado se organize melhor.

Relativamente à questão do voluntariado jovem eu gostava de perguntar à Sra. Deputada, ou Membros do Governo, se nos sabem informar quantos projectos foram candidatados durante este ano a este programa jovem e quantos jovens aderiram?

Faço essa pergunta, porque na página da Direcção Regional é impossível. Eu pelo menos não consegui, aceder a essa informação.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalandia.

(*) Deputada Piedade Lalandia (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao número de jovens eu fiz uma aproximação do número, é mais de uma centena.

Em relação aos projectos, não sei o número. Contei primeiro os voluntários que participaram nos vários projectos. Pedi essa relação dos projectos, em Setembro. Provavelmente depois de Setembro já decorreram mais projectos inseridos.

Claro que houve uma informação que foi dada pela Direcção Regional da Juventude, que é também importante, ou seja, não basta só mobilizarmos jovens para o voluntariado, também é importante mobilizarmos e foi aqui também já referido, as próprias instituições, os próprios serviços, para organizarem proposituras, projectos, para acolherem esses voluntários.

Portanto, os jovens também carecem. Isto se calhar no âmbito dessa campanha, pode ser também um aspecto importante. Não é só mobilizar os jovens, mas mobilizar a sociedade para se organizar.

Gostava muito rapidamente de reagir ao que aqui foi dito, quer pelo Sr. Deputado Luís Garcia, quer pelo Sr. Deputado Aníbal Pires.

Em primeiro lugar, em relação ao Sr. Deputado Aníbal Pires, faço eco da voz do Deputado Mark Marques que disse há bocadinho uma coisa e com muita razão: no voluntariado não se pede, dá-se!

O senhor disse há bocadinho: como é que eu posso pedir a um bancário...?

A sociedade não tem nada que pedir. As pessoas em consciência é que se sentem mobilizadas, ou não, para dar. É uma questão de consciência, não é uma questão de pedir.

Enquanto que o bancário, trabalhador, deve vir para a rua, gritar das injustiças em relação aos seus direitos como trabalhador, o voluntário não tem que vir para a praça pública gritar, porque há mil e uma coisa que ele pode fazer ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Deputada não lhe vou responder a isso para não ser desagradável!

A Oradora: É bom mesmo não responder, porque acho que o senhor diz que fez e faz voluntariado, mas não sabe muito bem o que é que significa o voluntariado.

Outra coisa que gostava de acrescentar:

Já disse que o Grupo Parlamentar do PS vai votar favoravelmente. Agora temos que ter a noção de que uma campanha de promoção e divulgação do voluntariado em órgãos de comunicação social, não deixa de ser uma campanha isolada e pontual.

Hoje em dia mais do que os órgãos de comunicação social, as redes sociais são aquela fonte permanente de divulgação das mensagens.

Portanto, podemos fazer 10 *spots* publicitários na televisão, ou 10 *spots* publicitários na rádio. É um facto que isso muitas vezes não tem o impacto que se gostaria, mas as redes sociais sim.

Em relação àquilo que o Sr. Deputado Luís Garcia disse quanto ao conteúdo do Plenário Jovem, é um facto que os jovens das várias escolas citaram vários aspectos, inclusive essa questão que eu acho muito pertinente de criar bancos de voluntariado nas várias escolas.

Mas, Sr. Deputado, se isso é tão pertinente, até se calhar mais eficaz do que propriamente a divulgação e a promoção, por que é que o PSD não apresentou no conteúdo do seu Projecto de Resolução, um projecto que tivesse a ver com isso, com a criação de bancos de voluntariado, com a questão de organizar melhor o voluntariado?

Esse não é o objecto do vosso Projecto de Resolução.

Os senhores podem agora querer contornar, florear, dizer muita coisa bonita. O que os senhores propuseram é muito pouquinho, mas concordamos que é divulgar. Vamos aumentar a divulgação! Vamos apoiar essa divulgação!

Mas temos que ter a consciência que, em termos de organização, o que existe realmente organizado é um programa de voluntariado jovem da Direcção Regional da Juventude. É um *site* onde os jovens podem inscrever-se, podem demonstrar a sua disponibilidade para serem voluntários e poderá vir a existir também o banco de voluntariado no Instituto de Acção Social ou no Instituto de Desenvolvimento Social dos Açores, mas em termos de jovens, concretamente voltando aos jovens, nós temos realmente na Direcção Regional de Juventude uma resposta e é fundamental que ela exista, senão qualquer campanha morre por terra.

Deputado João Costa (PSD): Ainda bem que o PS está de acordo connosco! Se não estivesse não sei como seria!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Piedade Lalanda, o problema é o seguinte: o voluntariado e a solidariedade nós cultivamos sem serem necessárias campanhas, nem organizações, nem bancos de voluntariado. Todos nós o fazemos de uma forma ou outra. Mesmo quem trabalha, como há pouco disse, sem horário, encontra

certamente espaço para apoiar, enfim, a vizinhança, para participar na vida da sua comunidade.

A questão não é essa. Toda a gente faz isso, Sra. Deputada.

Agora, a questão é que estamos a viver uma situação em que as prioridades das pessoas, para além daquilo que fazem com alguma naturalidade, e que faz parte da cultura intrínseca do povo dos Açores e do povo português, é preciso que haja de facto condições para se integrar os bancos de voluntariado, as campanhas de voluntariado de uma forma como aqui se está a pretender, que é uma coisa completamente diferente.

Agora, Sra. Deputada, a verdade é esta, está criada na Região uma situação em que a maioria dos cidadãos não pode, não tem condições para pertencer a bancos organizados de voluntariado, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Como é que o senhor chega a essa conclusão?

O Orador: ... o que não quer dizer que essas pessoas não sejam solidárias, não quer dizer que não participem activamente na vida da sua comunidade.

Agora V. Exa. está aqui a confundir ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Quem está a confundir é o senhor!

O Orador: ... algumas questões e está sobretudo agarrado a uma matriz ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ideológica

O Orador: Ideológica, certamente, e religiosa com a qual eu discordo.

Deputado Costa Pereira (PSD): O senhor não sabe o que é voluntariado!

O Orador: Tocou-lhe a si também Sr. Deputado? Olhe que chatice!

A questão não é essa. Isto não vai lá com a caridadezinha. Isto vai lá é de outra maneira e é aquilo que Vs. Exas. não querem. Vs. Exas. querem é alimentar a caridadezinha.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não tem nada a ver!

Deputada Nélia Amaral (PS): Caridadezinha era o que o senhor estava a pedir há bocadinho!

O Orador: Eu, pelo contrário, o que quero é que as pessoas tenham direitos e depois possam participar, da forma como muito bem entenderem, na sociedade e na comunidade onde estão integradas. Essa é a grande diferença.

Por isso Vs. Exas. não gostaram de ouvir aqui dizer que têm contribuído ao longo dos últimos anos para desregular o mercado de trabalho, para aumentar os horários de trabalho. Isso é que Vs. Exas. não gostaram de ouvir e não gostaram de ouvir falar na tal meia hora de trabalho a mais.

A maior parte dos cidadãos já faz muito trabalho voluntário, infelizmente, até no seu trabalho. Isso é o que Vs. Exas. não gostaram de ouvir.

Em bom rigor e em consciência com aquilo que são os meus princípios, não poderia deixar de trazer à reflexão desta câmara estas situações, para que fique claro, Sra. Deputada.

Muito obrigado.

Deputada Nélia Amaral (PS): Não ficou nada claro!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sem querer entrar em polémica com nenhum Sra. ou Sr. Deputado em particular, gostaria de dizer duas ou três coisas e corrijam-me se estiver enganada.

Na realidade, para mim, voluntariado não é caridadezinha. São coisas que existem. Existe o voluntariado, existe a caridadezinha, mas não são a mesma coisa, são coisas diferentes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Penso que quando as confundimos, não estamos a prestar nenhum serviço à causa, diria mesmo, a nenhuma causa.

Não há voluntários à força, faz parte da própria natureza do voluntariado. Não há voluntários à força. O que é que isto quer dizer?

Quer esta câmara queira ou não, quer o PSD proponha ou não proponha, quer o PS vote ou não vote, haverá sempre pessoas disponíveis, interiormente disponíveis...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E há com certeza!

A Oradora: ... através da sua consciência, através do seu empenho, através da sua, se quiser Sr. Deputado, religiosidade intrínseca também, porque não é um

crime, serão voluntárias e farão voluntariado sem precisarem de autorização de ninguém.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com campanha ou sem campanha!

A Oradora: Agora outra coisa é esperarmos que, no momento de crise, de agravamento das condições de vida, de dificuldades acrescidas para a maior parte do povo português e açoriano, as acções de voluntariado aumentem. É difícil que aumentem, mas elas continuarão a existir com a nossa autorização ou sem a nossa autorização. Às vezes até vêm donde menos se espera e vêm daqueles que mais dificuldades têm. É outra característica também do voluntariado.

Para terminar, como eu disse, não há voluntários à força, gostaria de precisar.

Obrigar um trabalhador a trabalhar mais meia hora por dia e chamar-lhe trabalho voluntário, da mesma maneira que voluntariado não é caridadezinha, voluntariado também não é trabalhar mais meia hora por dia. Isso chama-se exploração. Não se chama voluntariado.

Obrigar um beneficiário do Rendimento Social de Inserção a cumprir um horário de trabalho, não é voluntariado, também é exploração.

Portanto, volto a repetir: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa e é bom que não confundamos tudo e saibamos exactamente do que é que estamos a falar.

Muito obrigada Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para terminar. Sinceramente a acusação, ou o registo do Sr. Deputado Aníbal Pires, é uma acusação de que o meu discurso tinha a ver com caridadezinha.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não foi acusação, Sra. Deputada!

A Oradora: Já foi aqui dito, e não vou repetir as palavras da Sra. Deputada Zuraida Soares, que não tem nada a ver com caridadezinha, até porque o voluntariado, da forma como estamos aqui a falar, é uma prática organizada e o

sentido mais profundo do voluntariado é que não pode ser um “apetece-me agora ajudar alguém”.

Não é uma acção pontual, emocional, mas é uma acção que tem que ser consistente, organizada e comprometida. As pessoas têm que se comprometer com o projecto de voluntariado ao qual aderem e não podem defraudar aqueles que supostamente pretendem ajudar ou colaborar numa determinada acção. Isso é que é o verdadeiro sentido do voluntariado organizado.

Não estamos aqui a falar de uma consciência tranquila: “faço isso para ficar com a consciência tranquila”. Isso não é o sentido de voluntariado.

Desculpe que lhe diga mas, sinceramente, não tenho qualquer problema em assumir-me como cristã e acho que o cristianismo, em matéria de direitos humanos, é revolucionário.

Portanto, se o registo daquilo que eu falei é um registo cristão, tanto melhor para si. Ainda bem que passou nas entrelinhas que era um registo cristão.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados do PS e do Deputado Artur Lima (CDS/PP):

Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para finalizar a intervenção do PPM nesta matéria, quero deixar a seguinte ressalva: é muito importante que não se confunda voluntariado com Estado.

Eu quero o Estado fora do voluntariado. Não quero o Estado a criar bancos, a organizar, a estruturar, seja o que for. Quero o Estado fora do voluntariado. São duas coisas completamente diferentes.

Portanto, e li a proposta do PSD nesse sentido, trata-se apenas de divulgar boas práticas, trata-se apenas de divulgação. Mais nada. Não é preciso mais nada. Não só não é preciso, como não o podemos fazer.

É incorrecto confundir, instrumentalizar a vontade das pessoas de exercerem serviço de voluntariado.

Que fique bem claro que tem que existir esta separação. Esta separação sempre existiu na sociedade açoriana e tem que continuar a existir.

Portanto, falamos apenas de divulgação de boas práticas. Falamos apenas de divulgação deste género de questões.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É preciso uma campanha?

O Orador: Para terminar, gostava de dar um bom exemplo, que é o Banco Alimentar Contra a Fome. O Banco Alimentar Contra a Fome não recebe (está mesmo nos estatutos), qualquer tipo de subsídio do Estado, não quer a colaboração doutras entidades que tenham qualquer tipo de ligações com o poder ou com determinados grupos de interesse.

Portanto, o trabalho de voluntariado tem que ser absolutamente independente daquela que é a esfera de intervenção do Estado.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não tenho mais inscrições.

Vamos passar à votação deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Com certeza Sr. Deputado. É regimental. Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas.

Eram 16 horas e 33 minutos.

Presidente: Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 09 minutos.

Vamos reiniciá-los com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/2011 – “primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de Dezembro, que estabelece o Regime Jurídico de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo”**.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) **Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso)**: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como todos os Srs. Deputados sabem, nós temos na região mais de 250 clubes em actividade desportiva federada, a que crescem outras tantas associações, cerca de 40 entidades envolvidas em diversos projectos como Açores Activos, Desporto Adaptado, e outros.

É também conhecido que no actual contexto financeiro da nossa vida social ganham, enorme relevo, as medidas tomadas junto das empresas fornecedoras para tentar obviar as situações com que os clubes e associações se confrontam.

Na lei nacional existe uma disposição que permite às empresas acederem aos apoios, desde que haja lugar a uma cativação, uma retenção que pode ir até 25% do montante do valor que os clubes beneficiam.

A nossa lei regional e esta alteração que agora vos trazemos, vai no sentido de conformar aquilo que existe já em geral no plano nacional e no que às empresas diz respeito, em relação aos clubes da região, isto porque como todos nós sabemos, esta alteração permite um benefício que é duplo: por um lado, permite aos clubes que têm contratos de desenvolvimento desportivo assinados, manterem a sua actividade e acederem às verbas e aos apoios que o Governo disponibiliza para tal e, por outro, permite também ao Estado beneficiar, neste caso à Região, dessas verbas que são devidas, quer de pagamentos ao fisco, quer de pagamentos à segurança social.

Portanto, entendemos que esta é uma solução que permite resolver uma questão com que os nossos clubes se confrontam e permite também aqui não continuar a onerar e dilatar a questão de dívidas que permanecem no tempo.

É por essa razão que nós aqui trazemos.

Como tiveram oportunidade de ver trata-se de uma alteração muito circunscrita, apenas um artigo, o artigo precisamente que informa a questão dos Apoios ao Movimento Associativo Desportivo e portanto é dessa alteração que se trata. Uma alteração que é do nosso ponto de vista vantajosa para todas as partes.

Obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições.

Não havendo vamos passar à votação na generalidade do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade a proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à especialidade.

Temos uma proposta do PS para alteração ao artº. 5º. do diploma específico que estamos a discutir, do movimento associativo.

Não havendo oposição da câmara, coloco essa proposta desde já à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artº. 1º. da proposta com a alteração que lhe acaba de ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artº. 2º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos proceder á votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa agenda **Projecto de Resolução n.º 39/2011 – “ Prevenção do bullying nas escolas”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O bem-estar das nossas comunidades é um objectivo que deve guiar a actuação dos actores políticos na nossa Região.

Há problemas novos que surgem com as novas realidades. A concentração urbana, também nos Açores, vai trazendo à luz do dia os conflitos sociais e culturais subjacentes a uma caminhada feita com destino ao desenvolvimento.

A juventude açoriana vive, mais do que qualquer outro estrato geracional, esta encruzilhada. Ela é, muitas vezes, actor activo e actor passivo, quer do desenvolvimento que se vai processando, quer dos conflitos que, inevitavelmente, daí surgem.

O *Bullying* é, certamente, uma destas manifestações, no nosso meio escolar, que necessita de ser devidamente estudada para que se possa evitar o seu agravamento.

O *Bullying* é um comportamento repetitivo de um indivíduo ou de um grupo, que infligem agressões físicas, verbais e/ou emocionais sobre um outro, incluindo ameaças e insultos; ou seja, consiste numa provocação com intenção de magoar física ou psicologicamente outrem, de forma consistente e repetitiva, verificando-se um elevado desequilíbrio de poder (físico ou emocional) entre o (s) agressor (es) e a vítima.

Este processo é tão íntimo e dirigido a um individuo que, muitas vezes, o abusado nem se dá conta que está a ser vítima de *Bullying*.

Por tudo isto, entende-se ser da máxima importância prevenir este tipo de casos sendo a escola o melhor meio para esse efeito, não só porque permite a

supervisão como também porque permite uma educação e sensibilização de toda a juventude da nossa Região para que, no futuro, sejam cidadãos mais responsáveis, conscientes e tolerantes em relação ao próximo.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo do disposto na alínea d) do nº1 do artigo 31º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do artigo 145º, do Regimento, recomenda ao Governo Regional dos Açores:

1. A elaboração de um estudo em todas as escolas da Região, que inventarie as situações de *Bullying* participadas ou simplesmente detectadas e proponha uma estratégia para a sua prevenção e combate;

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Mais um estudo? Não era para reduzir para metade os estudos!

Deputado João Costa (PSD): Metade é alguns!

O Orador: 2. A adopção, por parte do Governo Regional, de uma estratégia de intervenção e de prevenção nas escolas dos Açores, adaptando às realidades identificadas às idades dos alunos.

3. O alargamento da composição dos gabinetes de psicologia das escolas a Assistentes Sociais, de modo que estes, em conjunto com a restante comunidade educativa, desenvolvam as melhores formas de intervenção junto de vítimas e agressores no contexto da comunidade escolar.

Tenho dito.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se me permitir Sr. Presidente, antes de me pronunciar sobre o Projecto de Resolução em análise gostaria de deixar clara qual é a perspectiva do Grupo Parlamentar do PS em relação aos fenómenos de violência em geral.

Peço que me permita que faça isto, porque julgo que tem ligação depois para percebermos o que é o *Bullying*; o que é que distingue o *Bullying* de violência; se o *Bullying* afinal é um fenómeno novo ou não, se se trata apenas da

importação de um estrangeirismo para definir comportamentos que infelizmente existem na nossa sociedade e nas nossas escolas. Se existe na nossa sociedade, obviamente, também teria que existir nas nossas escolas.

Assim sendo gostaria de deixar bem claro que para este Grupo Parlamentar os fenómenos de violência consubstanciam uma disfunção relacional que se caracteriza por um desequilíbrio e abuso de poder entre pessoas com uma relação formal ou informal, com prejuízo físico, psicológico ou económico para uma ou ambas as partes, quer se trate de violência perpetrada por homens, mulheres, jovens, idosos, pessoas de cor, pessoas com deficiência, independentemente do agressor, das características do agressor e independentemente das características da vítima.

Violência para nós é então um crime de abuso de poder e um crime com uma elevada dimensão relacional.

É neste contexto que importa enquadrar o fenómeno da violência em contexto escolar que recentemente tem vindo a ser designado com recurso ao termo *Bullying*.

Para que não restem dúvidas, a violência em termos gerais e a violência em contexto escolar, ou o *Bullying*, exige e atenção e a intervenção não só da comunidade educativa, como de todas as entidades com responsabilidade nessa matéria e com quem a comunidade educativa se articula, designadamente os serviços de saúde, os serviços de segurança pública, a justiça, incluindo também os decisores políticos.

Nenhum de nós pode ficar indiferente ao fenómeno da violência, independentemente do contexto em que ela ocorra e dos agentes que nela estejam envolvidos.

Tendo dito isto terminam aqui os aspectos em que pode haver algum acordo por parte da bancada do PS, com o Projecto de Resolução em causa.

Em nosso entender, e como já tive oportunidade de referir, o *Bullying*, ou aquilo a que se tem vindo recentemente a designar por *Bullying*, não é um fenómeno novo, não é tão pouco um fenómeno característico de aglomerados urbanos e muito menos um fenómeno característico de um ou de outro grupo social.

É um fenómeno que na investigação científica, que tive oportunidade de consultar, está ainda tenuemente definido, há ainda muito conflito sobre a definição de *Bullying*, designadamente naquilo que distingue o *Bullying* de outras formas de comportamentos violentos, designadamente a agressão, a violência, o furto inclusive, os abusos sexuais, um conjunto de outras situações que já estão devidamente tipificadas, inclusive do ponto de vista penal.

Assim, no nosso entender, o que importa fazer em relação às situações de violência na escola, em contexto escolar, é fazer pleno recurso dos meios que já estão disponíveis, quer dos meios que já estão disponíveis no contexto do sistema educativo regional, quer dos meios que já estão disponíveis no sistema de justiça.

Aliás, o próprio Deputado Cláudio Almeida, no mês de Março, fazia referência à possibilidade, ou que seria desejável uma alteração ao Estatuto do Aluno, no sentido de combater estes comportamentos, designadamente introduzindo mecanismos de inclusão dos alunos envolvidos em comportamentos classificados como *Bullying* em tarefas na escola.

Pena é que mais tarde, por altura da discussão do Estatuto do Aluno, o Sr. Deputado Cláudio Almeida se tenha esquecido dessa intenção ou dessa forma de combater o *Bullying*.

A verdade é que o sistema educativo dispõe de um conjunto de mecanismos actualmente que permitem fazer essa intervenção junto, quer dos alunos que são vítimas desse tipo de comportamentos, quer dos alunos que vitimizam os outros.

Refiro-me a iniciativas recentes, designadamente à alteração ao Estatuto do Aluno; a Proposta de Decreto Legislativo Regional que está em análise nesta casa sobre a educação para a saúde e que consubstancia aquilo que é a perspectiva deste Grupo Parlamentar. Julgo ser também a perspectiva do Governo Regional, sobre a estratégia de prevenção destes mecanismos.

A estratégia de prevenção assenta na promoção da aquisição de competências pessoais e sociais que permite aos alunos respeitarem-se mutuamente, que permite aos alunos adquirirem mecanismos, adquirirem ferramentas, de

reagirem às pressões sociais, de expressarem livremente as suas opiniões, de respeitarem a diferença e de verem na diferença uma mais-valia.

A par destes mecanismos que existem no contexto educativo, e para aqueles comportamentos que estão qualificados como crime na lei, estão já estabelecidos os mecanismos para lidar com esses comportamentos.

Portanto, o que importa é que a escola, que os agentes educativos façam uso desses recursos, utilizem-nos ao seu máximo potencial e que sejam consequentes na forma como reagem aos comportamentos que ocorrem dentro do contexto escolar.

Para finalizar esta minha primeira intervenção referiria apenas, como já disse, que é pena que num dia se diga que o Estatuto do Aluno pode ser um instrumento de combate a este tipo de comportamentos, mas depois quando há oportunidade para o fazer não se recorra a esse instrumento para tal; que num dia se diga que é necessário cortar nos estudos e depois no dia seguinte se venha novamente defender mais um estudo.

Deputado João Costa (PSD): Por que será que uma coisa tem a ver com a outra?

A Oradora: De lamentar também que até à data, nesta legislatura, seja esta a preocupação do PSD no contexto da educação, quando como já vimos existem quer no contexto educativo, quer fora deste os instrumentos para lidar com estas situações.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós não gostamos também de usar estrangeirismos no debate parlamentar. Portanto, não vamos propriamente falar de *Bullying*, vamos falar deste tipo específico de fenómeno que é uma violência normalmente sistemática e continuada em contexto escolar, em que há uma disfunção de poder entre os antagonistas. Normalmente há um agressor, continuamente, e uma vítima, que podem nalguns casos alternar.

Portanto a partir de agora vou referir-me ao *Bullying* como fenómeno e toda a gente sabe de que é que estamos a falar, estamos todos a falar da mesma coisa.

Este não é um fenómeno novo como muito bem disse a Sra. Deputada Nélia Amaral, é um fenómeno que sempre existiu mas veio para as luzes da ribalta recentemente. É um fenómeno da moda e obviamente isso alimentou esta preocupação no PSD, que nos traz aqui esta iniciativa.

Em relação a esta iniciativa e a aspectos correlacionados com ela eu tenho que tecer algumas considerações.

A primeira consideração que tenho que tecer é sobre as declarações da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, em sede de Comissão, em que falou desta iniciativa como sendo cirúrgica e não multi-sectorial.

É um facto que é uma iniciativa cirúrgica, mas nós da nossa parte não temos nada a opor a iniciativas cirúrgicas, porque este é um caso específico que o PSD tentou alvejar com esta arma.

Não vale a pena desvalorizar o fenómeno pelo seu grau de incidência. Não vale a pena dizer que corresponde a 0,1% do universo de alunos das 12 escolas, em que incidiu o relatório da inspecção.

É preciso assumir de uma vez por todas: nem que haja apenas uma vítima, há que ser protegida; nem que haja apenas um agressor há que ser penalizado.

Obviamente que este fenómeno deve merecer a nossa melhor atenção.

Em termos pragmáticos, e recentrando esta discussão, há que dizer que não estão em causa de maneira nenhuma o mérito e a potencial eficácia das medidas que a tutela tem promovido, nem os recursos dos quais as unidades orgânicas dispõem para lidar com este fenómeno, nem o Estatuto do Aluno e os novos instrumentos que introduz para fazer face a este fenómeno, nem o programa Escola Segura, nem o Observatório de Segurança, pese embora a sua composição nos pareça redutora.

Estes instrumentos serão certamente úteis para lidar com este fenómeno e com a violência em contexto escolar em geral.

O que está em causa aqui é o verdadeiro e transparente conhecimento deste fenómeno.

É neste âmbito que o que a tutela tem para oferecer são dados internos, o que é manifestamente pouco no nosso entender.

O que o PSD propõe é, pelo contrário, que haja transparência nessa divulgação e que os representantes dos açorianos, que somos nós nesta casa, tenham acesso a números reais.

Portanto, sintetizando, o facto objectivo é que há um estudo incompleto e há resultados internos.

O que aqui se pretende é que haja um estudo completo e haja resultados externos, transparentes e claros que podem em última análise levar-nos a lidar melhor na prática com este problema.

Porém, a parte resolutiva do Projecto de Resolução do PSD enferma de algumas debilidades no nosso entender.

No ponto 2 tudo o que é preconizado está neste momento em curso com os instrumentos que foram muito bem elencados pela Sra. Secretária em sede de Comissão, nomeadamente com o Estatuto do Aluno, por isso não nos parece que ele por si só faça muito sentido.

Quanto ao ponto 3 que pretende alargar os gabinetes de psicologia e orientação das unidades orgânicas da Região não faz sentido, porque estes gabinetes têm já na prática a possibilidade de se socorrer de recursos externos, em consequência das suas eventuais lacunas, perante situações concretas e específicas. Ou seja, se esses gabinetes tiverem, digamos, alguma debilidade para fazer face a determinada situação específica, neste caso relacionada com este fenómeno, podem obviamente enriquecer a sua composição, episodicamente socorrendo-se de outros recursos humanos.

Não faz sentido estar a aumentar a sua formação duma maneira permanente.

Há um factor que fere quanto a nós o mérito e a pertinência desta iniciativa, que é o facto dos pareceres dos conselhos executivos revelarem um grande desconhecimento ou não assumirem a existência deste fenómeno nas unidades orgânicas da nossa Região. Este facto é incontornável. Quem melhor que os conselhos executivos das escolas da nossa região para aquilatar da existência ou não do fenómeno apesar de não haver nenhum estudo?

Portanto, em termos de boa-fé parlamentar, o que nos compete perguntar ao proponente desta iniciativa, que é o PSD, é que dados tem para materializar uma iniciativa que revela uma grande preocupação com este fenómeno, quando as próprias escolas não o reconhecem?

Espero que não sejam dados internacionais, porque obviamente estamos na RAA e é sobre a realidade da RAA que nos devemos centrar.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando refiro que há casos de *Bullying* nas escolas, como é óbvio, é com base nalgumas notícias que vieram a público, inclusive são os próprios directores de escolas que o afirmam, que há necessidade de tratar este caso.

Deputada Catarina Furtado (PS): Quais? Qual é o parecer?

Deputado João Costa (PSD): O da Ribeira Grande!

Deputada Catarina Furtado (PS): Mais!

Deputado João Costa (PSD): Como todos os outros!

O Orador: Aliás, a Sra. Deputada Nélia Amaral referiu aqui, e disse bem, que não é um fenómeno junto dos aglomerados urbanos.

Pois também não sou que digo que é um fenómeno dos aglomerados urbanos.

Quem diz que é um fenómeno dos aglomerados urbanos é a Sra. Secretária.

Deputado João Costa (PSD): Ora aí está! Esqueceu-se que ela tinha dito!

O Orador: Em entrevista, aquando da saída da Comissão de Assuntos Sociais em que foi debatido este diploma, referiu e passo a citar: “a questão do *Bullying* sente-se particularmente em algumas escolas citadinas, mas não é uma questão transversal”.

Deputado João Costa (PSD): Nem uma coisa, nem outra!

O Orador: Portanto, a Sra. Secretária é que afirma aqui que é de facto um problema mais relacionado com os aglomerados urbanos.

A prova, e há notícias que vieram a público, não são dos aglomerados urbanos, mas sim de escolas mais rurais, que é o caso da Escola Básica e Secundária da Povoação.

Uma notícia do *site* da RTP Açores afirma o seguinte, e vou citar o título da notícia:

“Na ilha de S. Miguel o Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária da Povoação assume a existência de *Bullying* na sua escola, ou seja, de violência de alguns alunos sobre outros”.

Portanto, não é invenção do PSD que há o *Bullying* nas escolas ou que há violência nas escolas, são os próprios directores das escolas que afirmam que há violência nas escolas.

Aliás, são os próprios directores das escolas que afirmam que há necessidade de tomar medidas por parte do Governo Regional, quanto a esta matéria. A prova disso é que os vários pareceres que deram entrada na Comissão de Assuntos Sociais foram pareceres positivos.

Todos eles foram pareceres positivos em relação à proposta do PSD.

Se quiser posso enumerar todos os pareceres que tenho em minha posse, a começar pela Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, que deu parecer positivo;

A Universidade dos Açores, ...

Deputada Catarina Furtado (PS): Leia o parecer da Universidade dos Açores!

O Orador: ... o Departamento de Ciências de Educação, diz o seguinte (não vou ler o relatório todo, está aqui para os Srs. Deputados lerem) ...

Deputada Catarina Furtado (PS): Porquê? Não vai escolher só as partes que lhe convém!

O Orador: ... vou citar algumas passagens do relatório:

“Entende-se que a imergência das especificidades que interessaria conhecer, será mais provavelmente alcançada através de estudos de indicação intensiva, isto é, estudos efectuados escola a escola”. Parecer da Universidade dos Açores.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Mas olhe que imergência aí é no sentido de surgimento!

O Orador: A APAV (Associação de Apoio à Vítima), também dá parecer positivo, aliás um parecer bem exaustivo, sobre o assunto.

Aliás, de todas as escolas da região chegaram pareceres positivos. Até podemos perguntar à Sra. Deputada Benilde, que fez parte da Direcção da Escola da Povoação, inclusive já referi aqui a notícia da Escola da Povoação onde o próprio Presidente do Conselho Executivo referiu esse assunto.

Portanto, não é invenção do PSD em relação às escolas ...

Deputada Catarina Furtado (PS): Pergunte-me a mim que sou da Escola Secundária da Ribeira Grande!

O Orador: Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Catarina Furtado, tenho aqui também o parecer da Escola Secundária da Ribeira Grande que dá parecer positivo sobre o assunto.

Portanto, todas as escolas dos Açores, ou seja, todos os pareceres que foram entregues à Comissão de Assuntos Sociais, foram pareceres positivos sobre o assunto.

A nossa boa vontade e a boa vontade do PSD sobre esse assunto é trazer ao debate, mas acima de tudo que o Governo Regional tenha propostas concretas e acima de tudo tenha um estudo que possa actuar concretamente sobre este assunto.

Tenho dito.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Indo por partes, em primeiro lugar o BE vai abster-se relativamente a este Projecto de Resolução do PSD e abstém-se porque reconhece uma tentativa de dar resposta, fazendo um levantamento da situação da quantificação e até da análise da gravidade do fenómeno de *Bullying* nas nossas escolas, nas escolas

da Região, mas não nos parece que este tipo de estudo proposto seja a forma de alcançar este desiderato.

Atendendo à bondade da proposta e ao objectivo louvável que a proposta encerra, a abstenção é a nossa resposta relativamente a este diploma.

Onde é que reside o nosso desacordo?

Quando nós pegamos por exemplo no parecer da APAV, e é um parecer verdadeiramente relevante do nosso ponto de vista, ele diz, a determinada altura, o seguinte: “ no decorrer do ano lectivo de 2009/2010 a APAV percorreu as 9 ilhas do nosso arquipélago e visitou praticamente todas as escolas básicas e integradas da Região.”

O que é que encontrou a APAV?

Encontrou diferentes cenários com um traço em comum. Qual era? As dúvidas, o desconhecimento por parte quer dos alunos, quer dos professores do que é afinal o *Bullying*.

As perguntas eram: o que é o *Bullying*? Quando é que uma agressão física ou psicológica é assim considerada? Quem deve intervir sempre que exista uma situação destas? Os professores, os conselhos executivos, a PSP, os psicólogos, os encarregados de educação, etc., etc., etc.

O que é que a APAV identificou nas escolas da nossa Região?

Um desconhecimento, não por má vontade, mas provavelmente por falta de formação para identificar a subtileza, a invisibilidade, quase que me atrevia a utilizar este termo, com que este fenómeno ocorre debaixo dos nossos olhos, sem que nós tenhamos ferramentas conceptuais e práticas. Pelo menos eu reconheço que não as tenho, provavelmente a maior parte das Sras. e Srs. Deputados desta casa também não terão, a maior parte dos professores e funcionários também não as têm e muitos alunos vítimas e agressores também não as têm.

Acresce a este parecer da APAV uma outra situação que são os pareceres das escolas.

Como dizia o Sr. Deputado do PSD, na realidade todos os pareceres dizem: sim senhor, façam alguma coisa relativamente ao *Bullying*, façam um estudo, ...

Deputada Catarina Furtado (PS): O estudo!

A Oradora: ... mas também todos eles diziam na minha escola não há, mas sei que há noutras escolas,...

Deputada Catarina Furtado (PS): Ah!

Deputado João Costa (PSD): Leia o segundo parágrafo do parecer da sua escola, Sra. Deputada Catarina Furtado!

A Oradora: ... o que é relevante, o que é significativo, porque isto pode querer dizer duas coisas: ou o fenómeno não existe de maneira nenhuma em nenhuma escola dos Açores, o que é estranho, ou então não há mecanismos para o identificar quando ele ocorre.

Portanto, eu sei que há noutras escolas, na minha não há.

Onde é que nós queremos chegar exactamente com isto? É que do nosso ponto de vista a boa maneira, pensamos nós de pegar neste fenómeno, é começar por dar aos agentes educativos (aos alunos, pais, mães, encarregados de educação, auxiliares educativos, aos professores) as ferramentas necessárias para que este fenómeno seja identificado no momento em que ele ocorre, porque só a partir desta informação e desta identificação é que é possível depois desenvolver estratégias no sentido de lhes dar resposta.

Também nos parece muito acertado, a visão da Universidade dos Açores quando diz que não é através dum estudo extensivo, mas pelo contrário intensivo, casuístico, escola a escola, que melhor se identifica esta problemática...

Deputada Nélia Amaral (PS): O Sr. Deputado não percebeu o estudo!

A Oradora: ... o que não é aquilo que o PSD propõe.

Deputado João Costa (PSD): Ah é, é!

A Oradora: Portanto, para o BE há uma acção imediata que, quanto a nós, o Governo Regional deveria tomar, que é apetrechar os agentes educativos dos instrumentos teóricos e práticos essenciais, necessários para a identificação deste fenómeno que, como muito bem lembrou, em sede de Comissão, uma Deputada do PS, tem algumas características de proximidade com a violência

doméstica: a invisibilidade, o silenciamento, o medo, o abuso de poder, uma relação de desigualdade em termos de poder.

Portanto, com silêncio, medo e invisibilidade, não se chega lá através do estudo, porque uns calam-se porque têm medo, outros calam-se porque são os abusadores e outros desconhecem porque não sabem identificar.

Primeiro: dar formação aos agentes educativos, a toda a comunidade escolar e a seguir então começar a desenvolver as estratégias que pode ser um estudo casuístico, ou outras.

Na altura é que seremos capazes de perceber qual é a melhor forma de dar resposta a um fenómeno que, sejamos verdadeiros, todas as escolas dizem que existe, mas não na sua.

Isto é extraordinário, porque ou não existe de todo, o que ninguém acredita, porque os Açores não estão pendurados no Oceano, ...

Deputado João Costa (PSD): Ninguém sabe lidar com isso!

A Oradora: ... na estratosfera, a fazer-nos companhia, ou então alguma coisa se passa relativamente, por um lado, à invisibilidade e, por outro lado, à incapacidade, por falta de conhecimento da identificação desta problemática.

Agora, já estou como os espanhóis, que existe, existe! Que todos nós temos conhecimento de casos particulares de familiares, de sobrinhos, de filhos, de vizinhos, temos sim senhor! Aqui nos Açores.

As comunidades escolares, não são capazes de identificar, faltam-lhes ferramentas para isso. A culpa não é delas, têm que ter formação para tal.

Para nós era por aí que deveríamos começar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Almeida, não tenho aqui as declarações da Sra. Secretária aquando da audição em Comissão, mas tenho o Projecto de Resolução.

O senhor leu-o, aliás várias vezes, mas eu vou ter que voltar a ler, porque o senhor diz que não é o Grupo Parlamentar do PSD que o afirma, mas é o que está aqui escrito, há problemas novos que surgem com novas realidades.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ah! Também!

A Oradora: A concentração urbana nos Açores vai trazendo à luz do dia os conflitos sociais e culturais subjacentes e depois mais abaixo diz: “o *Bullying* é certamente uma destas manifestações”.

Não foi a Sra. Secretária Regional que subscreveu isto.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Leia tudo!

A Oradora: Eu não vou dizer que não foi a Sra. Secretária Regional que escreveu isto. Vou dizer: não foi a Sra. Secretária Regional que subscreveu isto. Mais abaixo, Sr. Deputado, aparece uma definição, diz assim: “o *Bullying* é um comportamento repetitivo de um indivíduo ou de um grupo que infligem agressões físicas, verbais ou emocionais, sobre um outro incluindo ameaças e insultos, ou seja, consiste numa provocação com intenção de magoar física ou psicologicamente outrem”.

Eu gostaria de lhe perguntar Sr. Deputado: de quem é esta definição? Como é, Sr. Deputado, que distingue o *Bullying* da agressão física? Como é que distingue o *Bullying* da provocação? Como é que distingue o *Bullying* da agressão verbal? Como é que distingue o *Bullying* das ameaças?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Para tratar de forma diferente, coisas diferentes, Sr. Deputado, temos que saber do que é que estamos a falar.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Leia o nº 2 da Resolução!

A Oradora: Para tratar o *Bullying* de forma diferente da agressão temos que saber em que é que o *Bullying* difere da agressão. Isso não está expresso neste Projecto de Resolução, antes pelo contrário, utiliza estes mesmos termos para definir o conceito que diz que é novo, que diz que decorre das concentrações urbanas e que diz que é urgente agora combater.

O Sr. Deputado Cláudio Almeida faz referência aos pareceres que recebemos.

A Sra. Deputada Zuraída Soares que falou antes de mim já teve oportunidade de dizer que efectivamente todas as escolas concordam que é necessário fazer um estudo, mas todas as escolas se demitem da responsabilidade de intervir perante as situações que acham que são importantes intervencionar e em todas as escolas é importante estudar, mas não é na minha escola, porque na minha escola não existe, esse problema é em casa dos outros. É uma característica que também é partilhada por outros tipos de violência.

Quanto ao parecer da Universidade dos Açores, Sr. Deputado, peço imensa desculpa à câmara, vou-me sentar, mas tenho que ler o que aqui diz, porque não diz um estudo da incidência, um levantamento dos casos em todas as escolas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A senhora faz a interpretação que quer e bem entende!

A Oradora: Não é uma questão de interpretação Sr. Deputado, é uma questão de competências de interpretação.

Diz: “

Embora, em termos de investigação, seja importante continuar a dedicar toda a atenção às situações de *Bullying*, entende-se que a emergência de especificidades que interessaria conhecer, será mais provavelmente alcançada, através de estudos de indagação intensiva. Isto é, estudos efectuados escola a escola, que possam atender à singularidade dessas comunidades educativas.”

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Está aí escrito!

A Oradora: “Este conhecimento, circunstanciado e sustentado, permitiria o desenho e a implementação de estratégias de prevenção e combate mais adequadas a cada uma das distintas realidades.”

Sr. Deputado reafirmo aquilo que disse em Comissão, aquando da audição da Sra. Secretária Regional da Educação.

Em meu entender, mais do que um levantamento de todas as escolas, o que importa é saber identificar as situações quando elas acontecem. Estudar, isso sim, cada uma delas, delinear um plano de intervenção específico para cada uma delas no contexto educativo em que elas ocorreram. Não um levantamento exaustivo de todas as escolas, porque assim sendo, uma vez que a realidade que

se vive nas escolas de alguma forma espelha a realidade que se vive na nossa sociedade, então iríamos se calhar fazer um estudo exaustivo de toda a sociedade açoriana para ver também as ocorrências de *Bullying*, em contexto empresarial, em contexto desportivo, em contexto social, em contexto recreativo, em contexto parlamentar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Em contexto parlamentar!

A Oradora: Portanto, entendamo-nos Sr. Deputado: afinal o PSD quer um estudo, não quer um estudo, quer mil estudos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A propósito de *Bullying* parlamentar, não sei se posso considerar que fui vítima de *Bullying*, porque no relatório desta Comissão disse que eu intervim e depois não aparece nada sobre a minha intervenção. Possivelmente também é *Bullying*. Ora bem, sobre esta proposta que o PSD nos traz aqui, e sem querer repetir muito daquilo que já aqui foi dito, mas aquilo que começa a transparecer aqui um pouco é que, de facto, em vez de um estudo, o que se deveria propor, ou que o PSD deveria ter proposto, era uma campanha de esclarecimento sobre o conceito, uma vez que há aqui, relativamente à questão do conceito algumas dúvidas, ...

Deputado João Costa (PSD): É o passar ao lado da questão!

O Orador: ... aliás, expressões como assédio moral, coacção psicológica, violência emocional, física, *Mobbing* ou *Bullying*, representam várias formas de adjectivar uma e só uma realidade.

Aliás, uma realidade que não é nova. Pode ter hoje contornos diferentes mas não é uma realidade nova.

Agora, há aqui uma outra questão que justifica o voto contra da Representação Parlamentar do PCP. Tem a ver com o seguinte.

A administração educativa regional tem, quer os instrumentos legislativos, quer organizacionais, para nos dar conta, digamos, de um estudo que nos dê a realidade da dimensão deste fenómeno ...

Deputado João Costa (PSD): O senhor não leu no relatório que já o fizeram e não deu realidade nenhuma?

O Orador: Porque não foi exaustivo, porque não foi completo, ...

Deputado João Costa (PSD): É isso que este projecto quer!

O Orador: Não. Não. A Inspeção Regional da Educação pode fazê-lo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Mas não o faz!

O Orador: Vamos partir aqui do princípio de que o Governo está atento a esta situação e com certeza que o fará, até porque essa exigência é uma exigência da própria sociedade, da própria comunidade educativa, face à forma como estas situações têm vindo a ser abordadas no espaço público regional e como têm sido mediatizadas.

Portanto, é evidente que não sendo uma realidade nova, ela hoje tem alguns contornos diferentes e tem sobretudo o mediatismo que há alguns anos atrás não tinha. Com certeza que a Administração Regional da Educação que o fará e a Inspeção Regional da Educação tem condições para fazer esse estudo.

Mais, quando o fizer até é possível verificar se de facto aquilo que foi aprovado em termos do Estatuto do Aluno aqui há algum tempo atrás, está a ter alguma eficácia ou não.

Portanto, aquilo que Vs. Exas. estão a propor não é necessário, porque a Administração Regional da Educação tem os instrumentos legislativos e organizacionais para nos dar conta da verdadeira dimensão deste fenómeno, fenómeno que pelos vistos aquilo que precisa é de ser esclarecido relativamente aos conceitos.

Perguntava ao Sr. Deputado Cláudio Almeida, onde é que enquadra ou como é que define o conceito de *Bullying*, até para nós percebermos.

Deputada Catarina Furtado (PS): Ele não sabe!

O Orador: Qual é o seu conceito de *Bullying*?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Está no Projecto de Resolução!

O Orador: Sr. Deputado Cláudio Almeida, face àquilo que já aqui foi dito, clarifique o conceito e como é que o identifica na escola.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem! Ficamos à espera!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Está definido no Projeto de Resolução!

Deputado João Costa (PSD): Infelizmente o senhor mostrou uma capacidade de não saber o que estamos a discutir aqui!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos perante a apresentação, pelo PSD, de uma proposta para que o Governo, entre outras medidas, proceda a um estudo sobre o fenómeno do *Bullying* na Região.

Eu fui ouvida em sede de Comissão e tive oportunidade de explicitar que é entendimento do Governo Regional que o *Bullying* não é um fenómeno com incidência significativa na região. Reitero-o aqui e poderei explicar porquê, com base em que número o faço.

Também tive oportunidade de dizer que é um fenómeno que deve ser intervencionado (e foi isso que eu disse embora tenha sido descontextualizado pela intervenção de um dos Deputados do PSD), de forma múltipla e de forma preventiva.

De forma múltipla, porque evidentemente não é a feitura de um estudo que resolve, ou que detecta tão pouco, esta questão.

Depois, porque existem já nas escolas, nas unidades orgânicas da Região, equipas multidisciplinares que tratam essas questões, que identificam essas questões e como já foi dito aqui, eles sim, pela proximidade, têm a possibilidade real e efectiva de as intervencionar.

Deve ser preventiva, porque obviamente como sabemos, e também aqui já foi reiterado, este não é um fenómeno novo, nem nada que se pareça com isso, é um fenómeno muito antigo até. Agora adoptou um nome de origem inglesa, mas é um fenómeno que todos conhecemos enquanto alunos nas escolas e que evidentemente terá tido alguma transformação, mas não uma transformação significativa para que tenha contornos diferentes dos que tinha na altura.

Depois a escola não está imune àquilo que atravessa a sociedade e, portanto, todos temos que zelar pela segurança nas nossas escolas, mas também todos sabemos que a escola é palco não de *Bullying* em si, mas de episódios de violência e de indisciplina que desejavelmente nunca aconteceriam.

Aquilo que tive oportunidade de dizer em sede de Comissão é que a forma de atacar o problema da violência (não o problema do *Bullying!*), passaria por uma série de instrumentos, alguns já a ser adoptados pela administração e outros brevemente a serem adoptados.

Um deles prendia-se, na altura, e agora está ultrapassado, precisamente com a questão da revisão do Estatuto do Aluno.

Devo dizer também, para dar esse dado aos Srs. Deputados, que quando a Inspeção Regional esteve nas escolas, foram feitas entrevistas aos senhores presidentes dos conselhos executivos, no sentido de apurar aquilo que consideravam que estava bem, o que deveria ser alterado e o que deveria ser feito eventualmente para debelar essas situações.

Essas entrevistas e o resultado dessas conclusões são claríssimas.

Aquilo que os senhores presidentes dos conselhos executivos disseram é que era urgente, na altura, uma intervenção no âmbito do Estatuto do Aluno, para se poder com outra agilidade e com outra eficácia intervir nessas situações. Isso é algo que eles detectaram como absolutamente necessário, transversal a todas as unidades intervencionadas e dizem que efectivamente parte da violência seria debelada assim, aliás, uma das conclusões desse relatório parcial.

Também é bom que se diga (e eu expliquei na Comissão, não sei se ouviram bem), que na altura a IRE inicia uma intervenção em doze unidades orgânicas que se prolonga actualmente por outras tantas. Será elaborado um relatório final que eu, aliás, disponibilizei-me para ceder aos Srs. Deputados. Não disponibilizei ainda porque não existe um relatório final, existem relatórios parciais das inspecções e das unidades intervencionadas.

Portanto, o que podemos concluir disso, é que efectivamente os casos identificados como *Bullying*, coincidem com aquilo que são no fundo os pareceres das escolas, ou seja, são muito residuais.

Há casos de violência identificados. São elencados pelo tipo de violência exercida e normalmente aparece, em primeiro lugar, os desacatos entre alunos, depois aparece a violência contra o professor, ou seja, contra a autoridade do professor, posteriormente aparece contra funcionários. O *Bullying* nem aparece no cômputo geral das conclusões, dado que foi um número tão ínfimo de casos que foram detectados. Como vos disse na Comissão, é muito residual.

Por outro lado, a administração possui, neste momento, através dos acordos que tem, por exemplo, com a Escola Segura, através dos instrumentos legislativos e regulamentares que tem, formas de actuar nesse sentido.

Por exemplo, e para ir ao encontro também do que há pouco aqui estava a ser dito, tem procurado ao nível da formação, dispensada pelos centros de formação, acautelar a preocupação com a violência em meio escolar e com a indisciplina. Não a preocupação específica com o *Bullying*, porque como digo é nossa convicção que isto é um fenómeno que existe nos Açores, mas que tem uma expressão reduzida.

O que é que o PSD aqui vem propor?

Vem propor que se faça um estudo, elencando naquele pacote de estudos que o PSD tem, que se vai contradizendo, uma vez não é preciso estudo para nada, o Governo faz estudos de mais, só gasta dinheiro em estudos e depois vem propor mais um estudo.

Mas não sou eu, não é a Secretária da Educação que diz efectivamente que este estudo não se justifica, ou que tenha a preocupação de achar que esse estudo não faria sentido. É precisamente alguém insuspeito, que é o autor do estudo que terá sido feito na Escola das Laranjeiras e que entrevistado pelo jornal Açoriano Oriental, quando lhe é feita a pergunta:

- “Este é um estudo alargado ou um exemplo que poderá ser extrapolado a nível regional?E

O senhor estudioso responde:

- “O laboratório deste estudo foi a escola “X” e o objectivo foi definir aquilo que poderão ser as práticas e representações sociais em torno do *Bullying*. Os dados do estudo podem ser extrapolados para todo o universo escolar”.

Ou seja, é o próprio feitor do estudo que acha que não é preciso mais estudo nenhum, porque afinal o que foi feito naquela escola serve para todo o sistema educativo.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados isto para vos dizer que em boa verdade isto que agora o PSD propõe não resolve problema nenhum...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: ... nem tão pouco serve para se ter a noção dessa situação.

O que a Inspeção Regional da Educação vem fazendo há dois anos, e elaborará um relatório final para o ano, é precisamente a averiguação dos casos tipificados.

Dos casos identificados, mesmo assim, que foram muito pouco como tive oportunidade de dizer em Comissão, é considerado nas conclusões desse relatório que apenas um se configura, realmente, de acordo com os padrões e com as definições internacionais, como um caso de verdadeiro *Bullying*, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): A Sra. Secretária acredita nisso?

A Oradora: ... porque como sabem tem que ter um carácter sistemático e continuado. Só apenas um caso foi considerado que se revestiria dessas circunstâncias. Nos outros não estão sequer tão pouco encontradas essas circunstâncias.

Portanto, este Projecto de Resolução é do nosso ponto de vista absolutamente desnecessário. Não é que a situação não nos preocupe, preocupa-nos sim o *Bullying* em particular, mas mais do que isso a violência em meio escolar que nos parece, essa sim, poder ou necessitar desta intervenção e deste acompanhamento que neste momento está a ser feito por parte da Inspeção Regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como aqui já foi dito isto é um problema muito antigo, não surgiu agora, nem é culpa da acção do Governo “A”, nem do Governo “B”, nem dos socialistas, nem dos sociais-democratas, nem dos democratas cristãos. É um problema que tem acompanhado a sociedade.

Todos que aqui estamos estivemos na escola. Eu já estou na escola há quase 40 anos, porque nunca de lá saí, a não ser durante estes três anos em que estou a exercer estas funções como Deputado.

Portanto, a questão que eu gostava de abordar nesta minha intervenção é que se trata de facto dum fenómeno velho.

Quantos de nós não observámos, enquanto alunos e enquanto professores, colegas que eram molestados só pelo facto de serem mais gordinhos? Quantos de nós não observámos colegas que foram molestados porque tinham as orelhas maiores? Quantos de nós observámos, durante as nossas vidas, colegas e alunos que foram molestados durante dias, meses e anos, naquelas turmas, porque já evidenciavam um comportamento diferente?

Portanto, isto é de facto um problema e não pensem que é um problema de somenos importância. É um problema grave. Muitas crianças foram submetidas a um sofrimento grande durante anos e anos. A verdade é essa!

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Quantos de nós, enquanto alunos, não observámos um colega a ser praticamente torturado, gozado e não fizemos nada, (tínhamos 12, 13, 14 anos) para o defender e também ríamos daquela situação, daquela humilhação, a que aquela criança estava a ser submetida. Sabem que isto é verdade, porque quase todos passaram por esta experiência.

Considero que isto é um problema e enquanto professor sempre me chocou que aqueles que tinham maiores dificuldades, ou que tinham uma aparência mais frágil, fossem abusados pelos colegas mais velhos, ou mais fortes, ou que conseguiam de alguma forma dominar aquela situação e obrigar as pessoas a fazer aquilo que não queriam fazer naquele momento.

Portanto, isto é um problema grave, como grave foi o problema também da exploração da mão-de-obra infantil durante séculos.

Sabem que ao longo da revolução industrial as crianças foram utilizadas como mão-de-obra e isso desapareceu e desapareceu porque nós evoluímos, a sociedade evoluiu e porque a sociedade se preocupa com essas temáticas e agora, e muito bem, existe uma nova preocupação com essa questão.

Estamos mais despertos, enquanto professores, enquanto pais, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor foi agressor ou foi vítima! As duas coisas!

O Orador: ... para essa situação e graças a Deus, cada vez mais gente, cada vez mais pessoas da nossa sociedade, estão interessadas em que esse comportamento seja evitado e que de alguma forma se encontrem nas escolas respostas mais eficazes para evitar que essas crianças tenham esse sofrimento silencioso durante anos e anos e não são assim tão poucas. É algo que pode ser mais acentuado, mais grave ou menos grave, mas Vs. Exas. sabem perfeitamente que é algo que não podemos dizer que não existe, porque existe.

Deputado João Costa (PSD): A segunda causa da morte na adolescência é o suicídio!

O Orador: Não podemos negar o sofrimento dessas crianças, não podemos negar a existência dessa crueldade. Podemos dizer: a sociedade açoriana é a pior? Não é de certeza.

Tive oportunidade de dar aulas em muitos locais e o meu testemunho é que o nosso problema não é maior do que outras zonas da geografia do nosso País. Não é maior, mas existe!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E sempre existiu!

O Orador: Por isso tendo em conta a abordagem que aqui vos fiz, dando o meu testemunho sobre essa questão, o que vos posso dizer é que acho que esta questão vale a pena ser estudada.

Não desperdiçamos de certeza absoluta recursos. Desperdiçamos recursos em tantas outras coisas absolutamente insignificantes, desperdiçamos recursos a fazer estudos sobre outras coisas que têm muito menos importância, mas não estamos a desperdiçar recursos se abordarmos esta questão. Podem ter essa certeza. Eu tenho essa consciência e por isso vou votar a favor.

Também vos quero dizer outra coisa.

Não podemos estar contentes com aquilo que fazemos. Além do estudo, há uma outra área, que é a área da sensibilização. Todos nós podemos fazer alguma coisa. Quantas vezes não vi um professor que podia ter actuado e também se riu daquele acto brutesco que estava a ser realizado em relação àquela criança?

Temos que sensibilizar todos os docentes. Temos que evitar esse tipo de situações. Temos que sensibilizar os alunos, os colegas que não podem afastar-se e dizer: não temos nenhuma responsabilidade nesta matéria; não temos nada que fazer. É mais fácil rir ou é mais fácil fazer que não se viu.

Temos que sensibilizar, porque quem pode ter uma intervenção decisiva são os colegas, porque estão nos recreios, estão nas salas de aula, estão nas brincadeiras, no jogo de futebol e isto acontece um pouco nesses espaços, mesmo controlados.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, temos que sensibilizar essas crianças e esses colegas para o poderem fazer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que estão a ser vítimas de *Bullying*!

O Orador: Por isso o que eu vos quero transmitir é que estou a favor que se faça o estudo. Acho que é um estudo fundamental. Estou a favor que se desenvolvam todas as campanhas de sensibilização, estou a favor que se diga às crianças que têm o direito a ser felizes, que têm o direito a não serem abusadas, que não têm o direito de lhes bater, que não têm que sofrer em silêncio a crueldade que alguns colegas realizam diariamente sobre elas. Têm o direito a serem protegidas e isto tem que ser dito.

Tenho a certeza absoluta que esta preocupação não é património de nenhum Deputado em exclusivo, não é património de nenhum partido político. Deve ser um património de todos nós e eu tenho a certeza que é um património de todas as consciências.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez não estava naturalmente destinado a intervir neste debate do *Bullying*, mas isto faz-me lembrar um bocadinho a história do congelador e da *frisa*. Importou-se o termo. Já tínhamos cá os congeladores e de repente importou-se o estrangeirismo e passou *o frisa* e depois *frisa*.

Agora vamos lá ver uma coisa.

Qualquer pai responsável, qualquer professor responsável, sabe identificar se o seu filho é ou não vítima de violência. Qualquer pai responsável sabe! Qualquer professor responsável sabe!

Todos nós conhecemos casos em que um aluno sentou-se na carteira ao lado do outro, estão sempre pegados um com o outro e têm que ser separados.

Quantos alunos têm que ser mudados de turma, porque são identificados, porque aquele anda sempre à bulha com o outro. É separado. Muda de turma.

Portanto, isto acontece todos os dias. Este fenómeno não é novo. A violência na escola, na sociedade, em casa, existe há anos. Por mim sempre me lembro disso. Tem é que se tomar medidas e até tem-se feito evolução e progresso nesse sentido, nomeadamente com os melhoramentos no Estatuto do Aluno.

Vir para aqui com estas modernices que todas as escolas dizem: ah, temos conhecimento! É um problema muito grave, mas não existe na sua escola.

Então onde é que ele existe?

Se não existe em nenhuma escola dos Açores, onde é que existe?

Os senhores presidentes dos conselhos executivos, os senhores professores...

Também sou casado com uma professora, e ouço os pais às vezes a ligarem para a directora de turma, a dizerem o que é que se passa com o filho, que o outro pega, dá, bate, enfim...

Isto é do dia-a-dia, porque são crianças e naturalmente brigam uns com os outros. Temos que estar atentos a isso.

Agora vem o estrangeirismo e um alarmismo muito grande, que a nossa sociedade e as nossas crianças nas escolas são vítimas de *Bullying*. Mas qual *Bullying*? O que é o *Bullying*?

Eu ainda não percebi o que é o *Bullying*, mas sou muito atrasado nessa matéria, sou muito conservador nessa matéria.

Deputada Nélia Amaral (PS): O Sr. Deputado Cláudio Almeida pode explicar-lhe!

O Orador: Portanto, esses modernismos não me entram.

Então vamos cá ver uma coisa: e o *Bullying* doméstico, Sra. Deputada, não existe? Ou é a violência doméstica?

A violência doméstica não pode ser considerada como uma acção sistemática, como uma acção continuada, como violência física, como acção psicológica. Então vamos mudar o nome à violência doméstica, passa a ser *Bullying* doméstico.

Portanto, não vamos escamotear aqui as coisas, o que existe nas escolas é violência e tem que ser combatida.

Vir para aqui com nomes muito bonitos, que a maior parte dos pais não sabem o que é que quer dizer, até julgam que é alguma marca, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas ficam alarmados!

O Orador: Ficam alarmados, não é perceptível.

Façam alguma coisa para combater a violência nas escolas, como existe para combater a violência doméstica.

Ou então estes senhores, enquadradores dos novos conceitos ultramodernos e de um psicólogo qualquer que sonhou com esse termo, que eu nunca percebi como é que ele apareceu, se têm definição de violência continuada, acção continuada, sistemática, etc., etc., então vamos definir o que é.

Agora vir para aqui dizer que se tem uma coisa e que é muito importante falar de *Bullying* porque se fala de *Bullying* na Inglaterra e nos Estados Unidos e mais não sei onde, felizmente a nossa sociedade ainda é diferente dessas sociedades. Ainda é diferente e ainda temos a nossa violenciazinha regional, de ilha e de freguesia, que é um bocadinho diferente em algumas freguesias e de algumas interpretações mais estratosféricas que queiram aqui trazer.

Quando afinal de contas trata-se de um problema “violência”, não há outro nome para lhe chamar, é “violência”.

Portanto, vamos combater, Sra. Secretária, a violência nas escolas, envolvendo pais, encarregados de educação, professores, auxiliares e ensiná-los a combater, identificar focos de violência.

Querem chamar-lhe *Bullying*, se os faz mais felizes, que chamem. Eu continuarei a chamar violência nas escolas. Os rapazes e as raparigas sempre andaram à turra uns com os outros, sempre houve esses problemas, pelo menos desde que me conheço, desde a minha escola primária, e desde sempre continua a existir.

Querem chamar-lhe de *Bullying*, se os faz felizes para serem modernos, dão ar de modernidade, dão ar mundial e dão ar internacional, pois chamem.

Vamos a medidas concretas, que felizmente é o que se está fazendo com esta evolução do Estatuto do Aluno. Acho que ainda é possível melhorar. O CDS já reivindica isso há muito tempo.

Vamos no bom caminho, vamos continuar.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que pretendemos com isto, acima de tudo, é alertar o Governo Regional para essa problemática.

Isto é uma problemática tão séria que no Jornal I de 13 de Março de 2010, o título era o seguinte: “Suicídio é a segunda causa de morte de adolescentes em Portugal”.

Deputado João Costa (PSD): Açores, é Portugal!

O Orador: Mais abaixo lia-se: “o *Bullying*, violência física ou verbal reiterada e as zangas nos relacionamentos entre amigos, namorados ou com os pais, contribuem para os suicídios na adolescência”.

Deputado João Costa (PSD): Tenham consciência, porque estamos a falar de coisas sérias!

Deputada Nélia Amaral (PS): Tenham consciência os senhores das confusões que estão a fazer!

O Orador: É preciso ter consciência de que estamos a falar dum problema sério.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é um problema sério que atinge a nossa sociedade nos Açores, as nossas escolas açorianas. É uma realidade. São inúmeros os adolescentes e os jovens que chegam a casa em silêncio, não partilham com os pais, não partilham com a família que são vítimas de violência na escola e é isto que o PSD propõe que se combata.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É isto que o PSD propõe a este Governo Regional, que estude este problema, por forma a arranjar melhores soluções para os jovens das nossas escolas.

Sras. e Srs. Deputados:

Não é por nada que, por exemplo, no Parlamento Jovem de 2010/2011, foi uma das problemáticas debatidas nesta casa.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): O senhor então diga quais são as medidas!

O Orador: Foi o *Bullying* e foi uma proposta que saiu dos jovens. Não estou a falar dos pais, não estou a falar dos professores, estou a falar dos próprios jovens que estiveram nesta casa a debater um problema que lhes assiste no dia-a-dia.

Deputados João Costa e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Deputado João Costa, o senhor como advogado tem a obrigação de saber que resposta existe e como ela existe! E o senhor também Sr. Deputado Pedro Gomes!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No Parlamento Jovem de 2010 não foram só os jovens dos Açores que levaram essa problemática à Assembleia da República, foram treze distritais de todo o País que sentiram essa problemática e que a levaram à Assembleia da República.

De facto, é um problema que atinge os jovens nas nossas escolas.

Como referi há pouco, são os jovens que estão preocupados, mas não são só os jovens que estão preocupados com essa problemática.

Os próprios professores, o próprio Sindicato dos Professores, num artigo de 2 de Novembro de 2010, do Correio dos Açores refere o seguinte: “o *Bullying* tem sido uma realidade crescente e mal diagnosticada nas escolas dos Açores”.

Mal diagnosticada, são os próprios professores que pedem que se faça um diagnóstico mais expansivo escola a escola.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): O senhor está a confundir tudo!

Diagnosticado não quer dizer que o professor se identifica!

Que confusão vai nessa cabeça!

O Orador: É isto que o PSD propõe, que se faça um diagnóstico escola a escola, como diz o ponto 1 do nosso Projecto de Resolução.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é um assunto sério, que deve ser tratado com seriedade e não com chacota política.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira nota para na qualidade de redactora da Comissão de Assuntos Sociais pedir desculpa ao Sr. Deputado Aníbal Pires pelo facto de não constar do relatório da Comissão a sua denúncia do *Bullying* de que se sentiu vítima, no âmbito da Comissão, no decorrer da audição da Sra. Secretária Regional.

Deputado Mark Marques (PSD): E ela diz isso nas suas costas, imagine!

A Oradora: Numa nota mais séria, Sr. Deputado Paulo Estêvão. O senhor levantou um conjunto de questões, de quem ainda entre nós não presenciou um conjunto de situações. Gostava de adicionar mais três.

Quem de entre nós nunca viu um aluno ser obrigado a sentar-se à porta da escola com uma chucha na boca?

Quem de entre nós nunca viu um aluno ser obrigado a ir para a janela da sala de aula com umas orelhas de papelão?

Quantos de nós que trabalhamos na escola, encaminhamos alunos para os serviços de psicologia e orientação, quer por terem sido vítimas, quer por terem sido agressores?

Quantos encaminhamentos fizemos para os serviços de psicologia e orientação?

Quantos de nós nas escolas, quantos encaminhamentos fizemos para as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, quer por as crianças terem sido vítimas, quer por terem sido abusadoras?

Quantos encaminhamentos fizemos para o Ministério Público?

Sr. Deputado Cláudio Almeida não vale a pena atirar areia para os olhos das pessoas.

Ninguém nesta casa está a dizer que a violência sobre os alunos é pouco séria, que não é um problema grave.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: O que eu estou a dizer é que a definição de *Bullying*, que consta do vosso Projecto de Resolução, está mal fundamentada, ...

Deputado João Costa (PSD): O Projecto de Resolução é 3 pontos, Sra. Deputada!

A Oradora: ... que a parte resolutiva do vosso Projecto de Resolução em nada contribui para resolver os problemas de violência, de indisciplina, de agressão nas nossas escolas e que as nossas escolas e o nosso sistema penal dispõem de medidas para dar resposta a estas situações.

Não podemos é passar no recreio e fingir que não vemos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso é o que os senhores fazem!

A Oradora: Não podemos é estar na sala de aula e fingir que ouvimos.

Não podemos é levantar-nos da nossa bancada e dizer que é um problema silencioso e que os pais não sabem e depois dizer que normalmente as crianças surgem com nódoas negras, com feridas no corpo, com roupa amarrotada e rota.

Não podemos ter este tipo de incongruência se queremos levar os problemas a sério.

Estas incongruências é que são não levar a sério os problemas de violência e de agressão que felizmente são residuais, mas acontecem na nossa escola.

A política de avestruz, Sr. Deputado, de enfiar a cabeça na areia e fingir que as coisas não existem, não é de hoje.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso é o que os senhores estão a fazer, estão a enfiar a cabeça na areia!

A Oradora: Já passaram os tempos em que se fingia que a violência doméstica não existia; em que se fingia que não havia pessoas com deficiência; em que se fingia que não havia crianças vítimas de maus-tratos; em que se fingia que não havia violência na escola, quer fosse entre alunos, quer fosse entre alunos e professores, ou entre professores e alunos.

Esse tempo, felizmente, já passou Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de continuar a falar de *Bullying* mas tenho medo de dizer a palavra, porque posso ser vítima de algum tipo de agressão, dado que não consigo encontrar uma palavra em português, a não ser o fenómeno, que não me parece que seja uma tradução literal para falar dum tipo particular de violência, que é a nossa discordância Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas qual é?

A Oradora: Eu vou dar-lhe um exemplo.

Uma cena de tareia, de puxões de cabelo, de murros num recreio é uma cena de violência, entre pares. Às vezes é o David que desafia os Golias, outras vezes é o Golias que desafia o David.

Isto é violência, mas não é *Bullying*. É outra coisa.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Mas pode ser!

A Oradora: Pode ser, mas não basta reduzir o *Bullying* a esta violência, a este tipo de violência.

Aquilo que está implícito no conceito de *Bullying* ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual é?

A Oradora: ... na minha concepção, e não sou de forma nenhuma uma especialista, é que da mesma maneira que a violência doméstica é um tipo particular de violência, porque tem implícito e tem na sua essência uma desigualdade de poder, o mesmo acontece com o *Bullying* e com o tipo de violência em espaço escolar, também parte duma desigualdade de poder.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: É esta a diferença e quando o Sr. Deputado diz: aqui na nossa região a violência tem uma característica especial...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tem!

A Oradora: ... não tem nada, Sr. Deputado.

Aqui bate-se da mesma maneira nos homens e nas mulheres; aqui dói da mesma maneira nos homens e nas mulheres; aqui abusa-se do poder como em qualquer outro sítio, porque infelizmente esta Região, para o bem e para o mal, tem o bom e o mau que existe nos outros sítios.

Essa ideia que aqui se bate devagarinho e que não dói tanto como noutra sítio, já existia desde os tempos imemoriais. Pois já! É verdade! Já existia há muito tempo!

Era como a violência sobre as mulheres. Existe desde que existem os homens e as mulheres, mas só agora é que as mulheres começaram a ter consciência de que têm o direito de não serem agredidas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E os homens?

A Oradora: É essa tomada de consciência, e volto ao princípio, à minha primeira intervenção, que penso que os agentes educativos da nossa Região e outras Regiões do País ainda não têm, porque não têm a formação necessária para identificar esta particular característica, este particular tipo de violência e nem a Sra. Secretária Regional da Educação, nem nenhum Deputado ou

Deputada nesta câmara, acredita que num universo de mais de 4.300 alunos só há um caso de *Bullying* na nossa Região.

Vamos ser sérios. Ninguém acredita nisto, mas toda a gente acredita (eu acredito!) na boa-fé de quem apenas identifica um caso. Porquê? Porque não é capaz, não tem a formação, não tem a capacidade de identificar outros casos que não são tão evidentes e tão visíveis quanto aquele.

Deputado João Costa (PSD): Se calhar praticam!

A Oradora: Portanto, encerro como comecei: formação à comunidade escolar; formação aos agentes educativos e não é o Estatuto do Aluno, não é a penalização. Não é! Se fosse não havia assassinatos na América do Norte, nos estados onde há pena de Morte.

É exactamente o contrário: nos estados onde há pena de morte é que a criminologia aumenta a olhos vivos.

Portanto, o fenómeno desta complexidade, desta sensibilidade, desta invisibilidade não é com o Estatuto do Aluno que se resolve.

Agora também não é na opinião do BE com o estudo que o PSD quer.

Deputado João Costa (PSD): São 3 pontos!

A Oradora: Para nós é preciso começar a dar formação para que na realidade a identificação dos casos comece a ser feito com maior rigor, com maior seriedade, com maior assertividade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir neste debate, até porque a Sra. Deputada Nélia Amaral estava, e está, muito bem a falar e a defender, rebatendo os argumentos do PSD, explicando e tentando clarificar a situação que aqui está.

O Sr. Deputado Cláudio Almeida, na sua última intervenção, trouxe aqui ao debate um facto novo que era o facto do suicídio de uma notícia do “T”.

Eu acho que já chega de demagogia e é preciso até, enquanto Presidente da Comissão, pôr aqui algum senso nesta questão.

Deputado Mark Marques (PSD): Dentro da Comissão está bem, agora aqui...

(Aparte inaudível do Deputado João Costa)

A Oradora: Sr. Presidente, o Sr. Deputado João Costa está inscrito?

Pensei que estava inscrito e se fosse antes de mim podia sentar-me.

Deputado João Costa (PSD): Era só para informar!

Presidente: Faça favor de continuar.

A Oradora: Eu estava a dizer que o Sr. Deputado Cláudio Almeida alegou e foi buscar notícias do território português, mas do continente, e não do insular, para fazer ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não senhora!

A Oradora: Vou explicar-lhe, por isso é que me levantei para falar.

Nos estudos que existem a nível nacional, nenhum estudo engloba a Região Autónoma dos Açores.

Portanto, o senhor não pode fazer essa relação.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Mais uma razão para fazer um estudo!

A Oradora: Posso acabar?

Vamos fazer já outro estudo, o senhor não se preocupe. Tenho impressão que o senhor tem trauma com os estudos.

A Dra. Susana Carvalhosa foi um dos nomes sugeridos, em sede de Comissão, quando se tratou desta proposta, para ser uma das possíveis entidades ou das pessoas estudiosas na matéria, a ser ouvida em Comissão. Foi proposta pelo Sr. Deputado José Cascalho.

Em contactos feitos por mim própria, directos, com a Dra. Susana Carvalhosa, ela elucidou-me que de todos os estudos que ela conhece sobre *Bullying* em Portugal nenhum deles engloba o território Açores...

Deputado João Costa (PSD): Está no relatório, está?

A Oradora: Oh, Sr. Deputado, o senhor costuma ir às reuniões da Comissão de Assuntos Sociais. Eu expliquei em sede de Comissão por que é que não tínhamos ouvido a Sra. Dra. Susana Carvalhosa

Deputado João Costa (PSD): Não está no relatório!

A Oradora: Posto isto não me parece lícito que o Sr. Deputado Cláudio Almeida estabeleça relação directa entre o que é notícia num contexto do continente, em que está estudado, e aqui.

Para além disso o senhor faz relação directa entre o suicídio e o *Bullying*. Por que é que não faz entre o suicídio e os maus tratos? Por que é que não faz entre o suicídio e o abuso? Porque tudo isso também poderia estar relacionado.

Uma outra questão que aqui já foi levantada, e que a Sra. Deputada Nélia disse e muito bem:

Há toda uma aprendizagem em formação, que a Sra. Deputada Zuraida falava há pouco, que as nossas escolas, os nossos professores e as nossas unidades orgânicas vão fazendo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A senhora é professora. Devia ter mais conhecimento do que se passa nas escolas!

A Oradora: Sr. Deputado, o senhor tem idade para ter sido meu aluno. Mas não foi, porque se tivesse sido falava doutro modo.

Deputado Mark Marques (PSD): Presunção e água benta, cada um toma a que quer!

A Oradora: Se tivesse sido falava de outro modo. Nenhum aluno meu me fala assim.

Deputado Mark Marques (PSD): Não! Eles não estão aqui!

A Oradora: Queria apenas dizer que a questão tanto do abuso, como todas as outras têm sido progressivamente sinalizadas, têm sido denunciadas e é assim que devem continuar a ser para não se apontar o dedo, para não se discriminar que aquela escola ou aquele caso vem dali ou que há uma localização geográfica.

O PSD nesta iniciativa está no seu melhor, como sempre, porque o PSD nos três anos que agora termina é a primeira e única iniciativa que traz sobre educação a esta casa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas mais:

Pasme-se!

Não é um contributo para o sistema educativo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É para os jovens açorianos!

A Oradora: Não é um contributo para operacionalizar. Não! É um estudo.

Não é esse PSD que há 15 dias atrás, nesta câmara, daquele lado queria cortar 50% dos estudos? Não é esse PSD que queria menos 50% dos estudos?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Ora bem, pasme-se! A política educativa é excelente e os estudos são o que já se viu.

Obrigada.

Deputado Luís Garcia (PSD): É só metade!

Presidente: Informo a câmara que o BE terminou o seu tempo neste debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, vou tentar ser muito rápido. Só lhe quero dizer uma coisa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Já esgotei o meu tempo!

O Orador: Se for preciso, se pedir e o Sr. Presidente autorizar, posso dar-lhe.

Então neste seu conceito, Sra. Deputada, esqueceu-se de dizer uma coisa, é que também há violência, na violência doméstica, de mulheres sobre homens.

Deputada Zuraida Soares (BE): Denunciei!

O Orador: Mas existe! 1% conhecida, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Claro!

O Orador: ... fora aqueles que têm vergonha de dizer que as mulheres lhes dão na cara e estão caladinhos. 1% conhecido. Se formos a ver isto é mais uma coisinha.

Agora, com o conceito que aqui definiu (eu não sou especialista na área, nem quero ser especialista muito menos na área da psicologia), vou dizer-lhe uma coisa: então a senhora vai dar-me o número de violência doméstica, neste seu conceito. Vai passar a ser *Bullying* doméstico.

Deputada Zuraída Soares (BE): À vontade!

O Orador: Então vai acabar com a violência doméstica, vai sugerir aí às organizações internacionais que passe a ser o *Bullying* doméstico.

Era só este reparo que eu lhe queria fazer, Sra. Deputada.

Agora parece-me que, no essencial, estamos de acordo, agora vou dizer-lhe uma coisa, não há educação sem uma palmadinha e um puxãozinho de orelhas, que às vezes faz muito bem.

Deputada Zuraída Soares (BE): É outra coisa!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dar conta de duas questões que me parecem relevantes. Por um lado, de que o relatório que está em elaboração e que tem intervencionado sucessivamente diferentes unidades orgânicas, aponta, como tive oportunidade de dizer, que os casos do *Bullying* são em número residual, Sra. Deputada.

Aliás, diz o seguinte: “nas escolas básicas e integradas não foram referenciados comportamentos de *Bullying*; nas escolas básicas secundárias foram referenciados quatro casos ao nível do 3.º Ciclo; nas escolas secundárias foi referenciado um caso”.

De entre esses todos apenas um com os contornos que lhe disse.

Deputado João Costa (PSD): Um oásis!

A Oradora: Depois e voltando um pouco atrás à sua intervenção de que o Estatuto do Aluno não teria nada a ver com a questão da disciplina nas escolas. É absolutamente falso. A alteração do Estatuto do Aluno tem muito a ver com o combate à violência em meio escolar e com a disciplina nas escolas, que é absolutamente fundamental para que funcione.

Para lhe dar um exemplo daquilo que estou a dizer, uma das conclusões da equipa inspectiva, que contraria por exemplo o que referiu da APAV, é o seguinte, e citando: “os conselhos executivos estão atentos à realidade da indisciplina, bem como dentro desta, ao *Bullying*.”

Dentro das possibilidades legais todas as unidades orgânicas têm procurado debelá-la.

A maior ou menor eficácia tem por base essencial o grau de transigência”.

Depois prossegue dizendo que os casos de sucesso nesse combate tem precisamente a ver com as questões da agilização, com as questões das competências conferidas ao presidente do conselho executivo e por aqui fora.

Podia ler-lhe todas as conclusões que vão no sentido de permitir que a escola tenha uma intervenção, primeiro, eficaz, imediata, só funciona o combate à violência quando é imediato, quando é no momento, quando o aluno sente a eficácia da medida; depois, com a presença do encarregado de educação, por isso é que eu dizia que esta intervenção é multi-factorial, porque é preciso que o encarregado de educação venha à escola no momento e haja uma intervenção momentânea e aí conseguimos resolver o problema.

Este relatório é claro nesta medida. Eu apenas, tal como disse em Comissão, não divulgaria agora, porque aguardo o término de um mais substantivo de unidades orgânicas. Como sabem temos quarenta. A primeira parte intervencionou doze, uma segunda parte intervencionou mais algumas unidades orgânicas, mas precisamos do relatório completo para daí tirarmos as nossas conclusões.

Agora uma coisa é certa, Sras. e Srs. Deputados, a administração educativa regional tem tomado medidas sérias neste sentido e tanto assim é que os próprios presidentes dos conselhos executivo apontaram como necessidade de

intervenção o próprio reforço da sua capacidade de intervenção para debelar essas situações.

É evidente que o *Bullying* será uma franja pequena deste fenómeno, não será a principal.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, sei que a senhora não tem mais tempo, mas vou adicionar aqui dois ou três aspectos que julgo que podem ajudar a clarificar esta discussão.

Da investigação que fiz, daquilo que sei sobre o *Bullying*, existem 5 aspectos que o definem, 5 critérios que influenciam na definição do *Bullying*.

Um é a intencionalidade; outro, o carácter repetitivo; o terceiro, a desigualdade de poder, que não é exclusivo deste tipo de violência; há um quarto factor que tem a ver com uma frequência mínima, um episódio de violência de 3 em 3 meses (um episódio de violência num período lectivo não consubstancia uma situação de *Bullying*; há uma periodicidade, uma repetição dentro dum período de tempo para que seja considerado *Bullying*) e um quinto, as consequências na vítima e no agressor.

No entanto, eu tenho que adicionar mais uma peça de informação para esta análise.

Em vários Países, e em Portugal também, existem já tentativas de criminalizar aquilo a que se convencionou chamar de *Bullying*.

A dificuldade nesse processo de criminalização reside precisamente na dificuldade que tem havido em diferenciar o que é o *Bullying* e o que são outros tipos de comportamentos violentos, já qualificados na lei como crime.

Não podemos dizer que o *Bullying* é um crime diferente de outro tipo de violência se não tivermos uma definição que objectivamente clarifique qual é essa diferença.

A partir desta observação eu gostaria de deixar registado, em Diário de Sessão, que o proponente deste Projecto de Resolução não respondeu às questões que lhe foram colocadas, designadamente no sentido de clarificar ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Deputado não responde a perguntas retóricas e neutras!

Deputado Berto Messias (PS): Foram perguntas concretas!

A Oradora: Se considera a definição dum conceito uma pergunta retórica, isso é problema seu, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O nosso conceito é o mesmo da Sra. Secretária!

A Oradora: Se o Sr. Deputado Pedro Gomes considera a definição de um conceito uma pergunta retórica, isso é um problema seu.

Em meu entender a definição do problema que nós estamos a discutir, que o Grupo Parlamentar do PSD diz querer combater...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Estamos aqui a debater o Projecto de Resolução, não são as perguntas da Sra. Deputada.

A Oradora: Não sei por que é que o Sr. Deputado que eu interpelei há bocadinho, a quem eu pedi que definisse *Bullying*, que me identificasse de quem é a definição que consta no Projecto de Resolução, que me clarificasse quanto à distinção de *Bullying* e de agressão de *Bullying* e de violência de *Bullying*, e de outros tipos de comportamentos, não respondeu.

É isso que eu quero deixar registado nesta casa, que o próprio proponente deste Projecto de Resolução parece não ter bem definido ao que é que se está a referir.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não tenho mais inscrições.

Vamos passar à votação deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um pequeno intervalo até às 19 horas.

Até já.

Eram 18 horas e 41 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 19 horas e 07 minutos.

Vamos reiniciar prosseguindo na Agenda com o ponto 7: **Projecto de Resolução n.º 41/2011 – “recomenda ao Governo Regional que adquira objectos de valor cultural e patrimonial que possam testemunhar o percurso histórico, a identidade etnográfica e as práticas culturais específicas da população corvina”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM e foi entregue hoje de manhã (portanto em tempo, de acordo com o Regimento) uma proposta de substituição integral.

Para apresentar o diploma dou a palavra ao proponente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sou neto de gerações e gerações de camponeses analfabetos. Gente simples, digna e generosa que construiu, com as mãos gretadas do trabalho árduo de muitas gerações, a extraordinária lenda deste país pequeno com uma história tão velha como grandiosa.

Sou neto daqueles cujo nome a História não escreveu e não lembrou. Sou neto daqueles que ganharam heróicas batalhas de sobrevivência contra a miséria, o abandono, a ignorância, a falta de oportunidades e a desigualdade.

Sou neto daqueles camponeses anónimos que combateram, em nome de Portugal, na imensidão Amazónica, no implacável sertão africano, no imprevisível Golfo de Ormuz e no impossível sonho indiano.

Sou neto e filho desse povo cuja memória quero homenagear. O mesmo povo que, nestas latitudes, protagonizou a extraordinária proeza de habitar, construir e fazer os Açores, ao longo de meio milénio, num improvável e minúsculo pedaço de rocha perdida na imensidão atlântica.

Um pedaço de terra longe de tudo e de todos. Uma fração dos Açores habitada por um povo irrepetível. Um povo com não mais de 300 derradeiros moicanos, os últimos da sua estirpe. Um povo que protagonizou uma epopeia pouco conhecida de gente calada e de gente esquecida. Mas um povo com História. Uma grande História!

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muitas vezes, demasiadas vezes, a cultura e a memória são desprezadas por políticos pequenos, aprisionados no horizonte acanhado do quotidiano. A preservação, ou não, da identidade cultural e da memória histórica é a diferença decisiva que marca a fronteira definitiva entre o ser ou não ser dos povos. A diferença entre ter passado para ganhar o futuro e não ter futuro porque não se tem passado. Em última análise, a diferença entre permanecer ou deixar de ser.

Mas este Governo Regional tem alguma noção da História. Este Governo sabe – não pode deixar de saber - que a nossa alma, a alma do povo açoriano, é a amálgama dos homens, da terra, do mar, da fé e da coragem.

Este Governo sabe que é crucial preservar a memória, os objetos e as realizações culturais dos nove povos insulares que constituem os Açores. Este Governo sabe e é consciente disso. Por isso, o seu Presidente disse e escreveu um dia que “uma terra sem museu pode ser perigosamente confundida com uma terra sem História”.

A ilha do Corvo é a única comunidade insular açoriana a quem este Governo ainda não reconheceu, ao fim de 15 anos, a sua singularidade histórica.

Digo isto porque que ao negar-se-lhe o seu museu, se lhe negou, em simultâneo, a dignidade do seu percurso histórico. Negou-se-lhe o seu papel na História dos Açores. Negou-se a memória a dezenas e dezenas de gerações de corvinos que escreveram extraordinárias páginas de solidariedade e de sobrevivência.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os móveis do Corvo podem não ser os melhores e mais bonitos do mundo, mas são, certamente, um arrojo de simplicidade e testemunhas privilegiadas de uma História extraordinária.

Os teares corvinos podem não ser os mais complexos do universo, mas através dos sulcos da sua madeira carcomida conta-se a comovente história de gerações de mulheres infatigáveis, com longas vigílias roubadas ao descanso e ao sono. Aquelas mulheres que Raul Brandão descreveu como “mulheres ativas e espertas. Todas cardam e todas fiam, e quase todas, num tearzinho rudimentar, fabricam o pano de que se vestem a si e aos seus homens. E fiam muito bem e tecem muito bem”.

As fechaduras do Corvo podem não ser as mais seguras da humanidade, mas ganham a todas as outras como provas materiais de uma sociedade onde triunfou a exuberante estética da confiança.

As barretas corvinas podem não ser as mais cómodas da civilização mas - com os seus totós e o seu padrão - constituem um testemunho inesperado das eternas cumplicidades tecidas num Atlântico feito de distâncias e de encontros.

Não se encontrará, nos objetos corvinos de valor cultural e patrimonial, uma cultura de grande esplendor material e ostentação. Não foi essa a História do Corvo! Pelo contrário, e com toda a evidência, fala-se aqui de uma singular sociedade comunitária. De um povo de sobreviventes, num difícil cenário de sobrevivência.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não se pode decretar o fim da História no Corvo. Não se pode porque é injusto. Não se pode porque é cruel para a memória do povo. Não se pode porque é errado. Não se pode, em definitivo, porque é impossível. A História é eterna e quem a nega é apenas comparável a uma efémera briza que já passou.

Meus senhores! Há muito que luto para que seja construído um museu na ilha do Corvo. Há muito que assinalo a injustiça que se está a cometer com aquele povo. Desde as eleições de 2000 - o primeiro ano em que concorri a umas eleições regionais - que a construção de um museu na ilha do Corvo faz parte dos meus programas eleitorais.

Lembro-me que, em 2005, numa reunião do Conselho de Ilha do Corvo, o então Diretor da Cultura, visivelmente irritado com a minha insistência no assunto do museu, citou-me e endereçou-me uma famosa frase do Presidente Kennedy: “Não perguntes o que o teu país pode fazer por ti, pergunta antes o que podes tu fazer pelo teu país”.

Vivemos, atualmente, tempos muito difíceis em Portugal e nos Açores. Com a carga fiscal a que estamos submetidos e o recuo dramático dos serviços do Estado em todas as áreas, a verdade é que o Estado já pouco faz pelas famílias e as famílias pouco mais podem fazer pelo Estado.

No entanto, confesso, jamais esqueci o desafio que me foi então lançado. Ao longo de todos estes anos continuei, sempre, a insistir na construção de um museu na ilha do Corvo.

Apresentei, em 2006, essa proposta na Assembleia Municipal do Corvo. Repeti, de forma sistemática, essa pretensão em todos os Conselhos de Ilha do Corvo em que participei, juntamente com o Governo Regional.

Já como deputado regional apresentei um Projeto de Resolução nesse âmbito e insisti, sempre, na apresentação de propostas de alteração ao Plano Anual Regional que viabilizassem a construção de um museu na ilha do Corvo. Agora, no âmbito deste Projeto de Resolução, defendo a aprovação de uma recomendação ao Governo Regional para que o mesmo realize um levantamento exaustivo e adquira objetos de valor cultural e patrimonial da ilha Corvo.

No âmbito da discussão do último Plano – e por proposta do PPM – a Assembleia Legislativa aprovou, por unanimidade, a criação de uma nova rubrica orçamental, no valor de 50 000 Euros, que se destina, precisamente, a adquirir o que hoje aqui propomos.

Foi um passo importante, na direção certa. Por isso peço que se aprove hoje este Projeto de Resolução, no sentido de tornar urgente e efetiva a aquisição desse património.

Vou, no entanto, dar hoje mais um contributo para garantir que a construção do museu da ilha do Corvo não voltará a ser adiada novamente. Assim, informo que doarei à Região Autónoma dos Açores um edifício que possuo na Vila do Corvo, com o fim de que aí se possa instalar o futuro Museu da Ilha. Esta doação é irreversível e tornar-se-á efetiva nos próximos dias.

Trata-se de um edifício que precisa, neste momento, de uma grande intervenção, mas que possui uma ótima localização e um considerável interesse patrimonial, uma vez que se trata de um edifício classificado, cuja construção inicial data do século XVII.

Não quero, e peço para não ser, mal-interpretado neste gesto. Eu sei – penso que todos sabemos - que ninguém ganha eleições por prometer a construção de museus, muito menos nas presentes e dramáticas circunstâncias sociais. O meu gesto é apenas a iniciativa de alguém que quer dar o seu contributo a um projeto que é justo e que é necessário.

O que agora faço é insignificante quando comparado com o que fazem, todos os dias e de forma anónima, milhares de açorianos. Estas são as ilhas do Espírito Santo, a terra mais solidária do mundo. Por isso, eu não sou ninguém e não quero e não mereço ser exemplo de nada. Luto apenas pelo que acho que é justo. É só isso e não mais do que isso.

Vivemos momentos muito difíceis do ponto de vista económico e social. Mas deixem-me recordar que, mesmo nos momentos mais difíceis da II Guerra Mundial, os teatros e os museus continuaram abertos em Londres ou em Moscovo. A nossa cultura e civilização nunca devem perder o estatuto de

prioridade. Sem elas, ou com o seu retrocesso, o futuro nunca poderá igualar o passado.

Tomei, agora, esta atitude porque posso não ter outra oportunidade de influenciar, de forma decisiva, a resolução desta questão pela qual, ao longo de tanto tempo, me tenho empenhado. Não sei se daqui a 10 meses continuarei aqui. A eleição de parlamentares por pequenos partidos é muito incerta e esta pode ser, de facto, a derradeira oportunidade de ajudar a ultrapassar uma grande injustiça.

Devolvo assim ao Governo Regional – um pouco modificada e tematicamente circunscrita - a frase do Presidente Kennedy que há seis anos me foi citada: não deixes que te perguntem apenas o que podes fazer pela tua Região, tens também o direito a perguntar o que pode a tua Região fazer pela preservação da memória de todos e cada um dos povos das nossas ilhas.

Termino Sr. Presidente e Srs. Deputados. Quando regressar às minhas aulas de História na ilha do Corvo – não sei se agora, se daqui a pouco – vou continuar a dizer aqueles miúdos que são herdeiros de uma grande História. De uma História da qual se podem e devem orgulhar.

Que são netos e netas de grandes homens e de grandes mulheres. De gente admirável. De gente que já tem um museu no coração de todos os que tiveram a fortuna de os conhecer ou que partilham a cumplicidade das velhas histórias contadas em família.

Mas o que é justo é que se levante um museu à sua memória. Para que nunca se esqueça. Para que jamais sejam esquecidos. Para que ninguém duvide que o Corvo “é na Terra, não é na Lua”.
Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, BE e PCP)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Francisco Álvares e a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por, muito sinceramente, felicitar o Sr. Deputado Paulo Estêvão pela pertinência e oportunidade deste Projecto de Resolução que hoje aqui apresenta e registar igualmente a aproximação do PS e dos outros partidos a esta mesma proposta que me parece, como disse, extremamente oportuna.

Não tendo sido até hoje feito qualquer levantamento, ou qualquer aquisição desses objectos de valor patrimonial e cultural na ilha do Corvo, não sei se ainda vamos a tempo de fixar esse registo de memória de toda essa gente simples, mas honrada, e com o mesmo valor de ficar inscrita na história, que o Sr. Deputado Paulo Estêvão aqui referiu.

De qualquer das maneiras, todos percebemos que, para que este Projecto seja capaz de avançar, é preciso antes de mais que se faça o inventário exaustivo daquilo que hoje ainda existe disponível e que se possa adquirir, para que possamos efectivamente vir a salvar e preservar a memória e a identidade desse povo tão distante, como é o povo que mora e habita nessa pequena ilha do Corvo.

No final, não poderia deixar de aqui assinalar, em nome do PSD, um registo muito especial pela elevação e pela nobreza deste gesto do Sr. Deputado Paulo Estêvão. Que ele seja o motor para que efectivamente esse museu do Corvo venha a ser uma realidade para bem de todos nós e, em particular, da história dos corvinos e da história dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais eu gostaria de felicitar o Deputado Paulo Estêvão, desde logo pela alteração do texto da sua Resolução que introduz a importância que a

aquisição de bens de natureza patrimonial deve ter, ou seja, baseada num inventário, num conhecimento da realidade e, aí poderia mesmo dizer, no estudo aprofundado dessa vida comunitária, dessa vida colectiva que permita valorizar objectos que aparentemente podem parecer insignificantes, mas que contam muito da história dum povo.

Este inventário, este estudo da realidade patrimonial existente, é fundamental.

Queria também felicitar o Sr. Deputado pelo desprendimento que manifestou na sua intervenção há pouco, que revela o entusiasmo com que vive a criação de um museu na Ilha do Corvo.

Queria chamar a atenção porque acho que é algo que serve para toda a Região. Os museus cada vez mais não podem ser armazéns de objectos, não podem ser lugares onde se vai depositar aquilo que as pessoas não querem, o que acham que já não tem valor.

Os museus têm que ser espaços dinâmicos, vivos, onde as pessoas aprendem, a partir de um pequeno objecto, a conhecer um povo, a conhecer uma realidade.

Tem que se recorrer, inclusive, até das novas tecnologias para mergulhar na história, fazer mergulhar na memória das próprias pessoas.

Os testemunhos das pessoas são muito importantes, por isso é que eu não tenho uma posição pessimista em relação aos corvinos, em relação à ilha do Corvo.

Não acho, sinceramente, que eles estejam na sombra. Acho que é um povo com uma riqueza muito própria, muito viva, muito actual, quase que diria um museu vivo, onde as pessoas de alguma maneira reencontram o sentido de comunidade.

Lembro-me da primeira vez que visitei a Ilha do Corvo, onde ainda havia o grupo de anciãs, a assembleia de anciãs, que se reunia na praça para discutir os problemas da ilha.

São experiências de comunidade que há muito estão perdidas em outras ilhas, em outros espaços do País e que a Ilha do Corvo guardou durante muito tempo como uma relíquia, como algo que só numa pequena comunidade é que se pode viver.

Portanto, a Ilha do Corvo tem um património de vivências muito recentes que outras comunidades já perderam e que não estão até só materializadas em objectos, estão materializadas, ou estão concretizadas em práticas quotidianas que têm que ser guardadas, registadas, estudadas, por quem na área da antropologia, na área da sociologia se interessa pela vida comunitária.

Por isso, voltando ao princípio, saudar o seu Projecto de Resolução e sobretudo o novo texto que introduziu na recomendação que faz ao Governo, alertando para a importância dum levantamento dos objectos de valor patrimonial e quase que acrescentaria, das tradições não materializadas que se vivem no Corvo, para, com base nessa informação, se poder realmente recheiar, se quisermos, esses objectos que forem adquiridos.

À volta dos objectos há uma história a contar e isso também é importante a nível museográfico.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais manifestar o apoio claro e inequívoco do CDS/PP a este Projecto de Resolução do PPM e felicitar o Sr. Deputado Paulo Estêvão pela persistência e pela tenacidade que tem evidenciado na luta pela salvaguarda do património cultural da Ilha do Corvo, pelo gesto de grande nobreza e desprendimento que hoje aqui manifestou, embora não relacionado directamente com a iniciativa, numa fase posterior, que se consubstanciará na criação de um museu da Ilha do Corvo.

Quanto à Resolução propriamente dita é justo e urgente que os objectos de valor patrimonial e cultural dos corvinos sejam recolhidos e acautelados, tal como aconteceu nas demais ilhas. Isto é claramente identificado na iniciativa e obviamente concordamos com isto em absoluto.

São esses objectos que testemunham a identidade e a especificidade cultural desses açorianos que são temperados pelas intempéries e pelas dificuldades de uma forma extrema, uma insularidade extrema que não é comparável àquela de nenhuma outra ilha.

Não é aceitável que o património cultural dos corvinos seja delapidado como tem sido ultimamente e votado ao abandono por parte de quem tem a obrigação de salvaguardar o espólio patrimonial e cultural que no fundo é dos corvinos, mas também dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Não apoiado!

O Orador: Daí que a inventariação urgente e as aquisições propostas nesta iniciativa façam todo o sentido e deva-se proceder com toda a urgência.

Aliás, esse reconhecimento está implícito no Plano e Orçamento, aprovados nesta casa em Novembro, em que se cativam 50.000€ para esse efeito.

Agora há outro aspecto que é preciso aqui desmistificar e denunciar que são as declarações, quanto a nós infelizes, do Sr. Director Regional da Cultura em sede da Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

Primeiro: dizia o Sr. Director Regional da Cultura que esta iniciativa pressupunha a criação de um museu no Corvo. Não é de todo verdade.

O que a iniciativa pressupunha na sua génese, na sua versão original era a aquisição de objectos de valor patrimonial e cultural e não havia qualquer referência ao museu. Foi uma extrapolação completamente desajustada daquilo que era a iniciativa em análise.

Segundo: foi assumido pelo Sr. Director Regional da Cultura que a política cultural do Governo Regional, nesta Legislatura, para a Ilha do Corvo, consubstanciou-se apenas na construção de um Centro de Interpretação Cultural e Ambiental que, neste momento, não é mais do que um caixote fechado. Era preciso de facto fazer mais.

Terceiro, e é o aspecto que quanto a nós nos parece mais grave das declarações do Sr. Director Regional de Cultura:

Em sede de Comissão, assume que na altura rejeitava a pertinência desta iniciativa, não por questões financeiras, não por limitações financeiras. Assumia que havia condições financeiras para adquirir património cultural que fosse disponibilizado para aquisição à Direcção Regional ou a qualquer dos museus da Região, mas assumia numa perspectiva passível.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Ou seja, preferia ser o parceiro passivo do que ser o parceiro activo nesta relação cultural.

Preferia ser um receptor inerte a ser proactivo na salvaguarda do património.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, esta postura não é aceitável, os açorianos esperam um Governo proactivo na defesa da sua identidade, da sua cultura e neste caso específico os corvinos.

Ora, esta dotação orçamental de 50.000€ é uma evolução, esperemos que se consubstancie numa votação favorável do PS ao Projecto de Resolução que, como já disse, terá o nosso apoio claro e inequívoco.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero antes de mais e em nome do BE felicitar o Deputado Paulo Estêvão pela magnífica imagem que prestou daquela tribuna ao povo açoriano em geral e aos corvinos em particular.

Penso que para além de ser um texto extremamente bem escrito e lindíssimo, sente-se o sentimento e o coração a bater em cada palavra que o Sr. Deputado disse. Isso é homenagear uma comunidade e é senti-la como sua pretensa.

Dizer-lhe também que o BE irá com certeza votar favoravelmente o seu Projecto de Resolução, porque entende, e não vale a pena estar a repetir todos os argumentos já aduzidos até agora, que ele é da mais elementar justiça, por todas as razões que o Sr. Deputado ali invocou e que o Sr. Deputado Paulo Rosa também o fez.

Mas não posso deixar de manifestar, também, e ao mesmo tempo, alguma estranheza, quando tendo em mãos o relatório da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, relativamente a um Projecto de Resolução do PPM, que em desespero de causa, chamava a atenção do Sr. Director Regional da Cultura dizendo-lhe que não estava em causa a construção do museu do Corvo, mas

apenas e só que se faça um inventário e que se adquira os objectos de valor cultural e patrimonial, facto que está vertido nesta nova versão de Projecto de Resolução que hoje recebemos e que não acrescenta mais do que aquilo que já estava aduzido nesta proposta em 29 de Setembro passado, mas mudou em termos de avaliação do PS, por ter dado um parecer desfavorável, o que comprometeria, como é evidente, dada a maioria absolutíssima, a aprovação deste Projecto de Resolução e a avaliação absolutamente negativa feita pelo Sr. Director Regional da Cultura.

O Governo mudou de opinião, e bem, felizmente; o PS mudou de opinião e bem, felizmente, mas penso que deve alguma explicação a esta câmara, no sentido de explicar o que é que de 29 de Setembro para o dia 2 se alterou para, de repente, aquilo que era absolutamente extraordinário, extemporâneo, fora da política do Governo e fora de qualquer objectivo cultural, se manifestar agora como uma necessidade e uma urgência.

Gostaria de ter essa resposta do PS.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que não fará mal repetir aquilo que já foi dito, mas também quer em termos pessoais, quer em termos políticos e partidários cumprimentar o Deputado Paulo Estêvão pela intervenção que fez.

De facto, foi uma brilhante intervenção onde reflectiu a forma como o Deputado Paulo Estêvão está na política.

Já agora, permitam-me aqui um pequeno aparte.

Não é por acaso que eu janto muitas vezes com o Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): E almoça!

O Orador: É por esta visão que ele hoje aqui deu.

Penso que fica justificado porque é que eu janto muitas vezes e hoje terei o prazer de ir jantar com o Deputado Paulo Estêvão, de novo.

É um prazer, porque, de facto, o Deputado Paulo Estêvão, independentemente das diferenças que temos, são muitas e são profundas, é de facto um homem que se entrega à política desta maneira desprendida.

Queria testemunhar aqui uma outra questão, que é a seguinte: o Deputado Paulo Estêvão hoje anunciou aqui a doação de um edifício, do qual é proprietário, à Região.

Deputado José San-Bento (PS): É o Mecenas!

O Orador: Para mim não é novidade, uma vez que o ouço, nos nossos jantares, confessar isto há muito tempo: a intenção de doar aquele edifício, que é um edifício do séc. XVII, possivelmente um dos imóveis mais antigos da Ilha do Corvo, à Região, exactamente para este efeito.

Também quero testemunhar aqui perante esta câmara de que isto não é uma coisa de hoje, não é uma coisa de ontem, é uma coisa de sempre, esta vontade que ele hoje aqui concretizou.

Relativamente à iniciativa gostaria de dizer o seguinte: se a iniciativa tal como ela estava apresentada tivesse vindo à discussão, ela não teria o apoio do PCP.

Aliás, eu manifestei essa opinião também ao Deputado Paulo Estêvão, que se não houvesse, quer em termos da parte resolutiva, quer até em termos dos próprios considerandos, alguma alteração, infelizmente não teria o apoio do PCP.

Congratulo-me também com o espírito de abertura que V. Ex^a. teve, relativamente a este facto, e a coragem de poder alterar e ter alterado, quer os considerandos, quer a parte resolutiva.

Quero ainda dizer o seguinte, a propósito da questão do museu e sendo certo que a minha opinião relativamente àquilo que deve ser o museu, é coincidente com a ideia que a Deputada Piedade Lalande nos transmitiu aqui:

De facto, um museu não pode ser apenas um depósito de objectos em desuso, tem de ser um organismo vivo e interactivo.

A verdade é que, considerando que assim deve ser, necessita de um espaço físico e esse espaço físico já existe, porque o Deputado Paulo Estêvão doou-o hoje à Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A resposta à Deputada Zuraida penso que é óbvia, aliás o Deputado Aníbal Pires disse o mesmo.

Houve alteração no texto do Projecto de Resolução e apesar do que conta essencialmente é o texto da recomendação que foi também alterado, não há duas dúvidas que o preâmbulo do primeiro Projecto de Resolução, que foi sobre esse texto que o Sr. Director Regional foi ouvido e foi sobre esse texto que nós nos reunimos em Comissão Permanente (é bom que se diga, o relatório da Comissão refere-se a um texto que não é este que temos aqui, ou que não é totalmente este que temos aqui em presença do Plenário), o texto anterior, desculpe que o diga, desrespeitava os corvinos.

Desrespeitava os corvinos, quando dizia por exemplo, que tudo tem sido comprado por estrangeiros e forasteiros que valorizam o que os governos regionais não querem valorizar.

Ao dizer isso, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, estava a acusar os corvinos de estarem a vender o seu património e a não respeitar o seu património.

O vender artesanato, artefactos, seja o que for, é um direito que assiste a todas as pessoas.

Infelizmente, sabemos que há antiquários cheios de objectos recheados de história que deveriam estar a contar essa história noutro contexto que não propriamente no antiquário, mas a realidade é que as pessoas são livres de vender os objectos que têm nas suas casa, de os pôr em antiquários, ou de vender a quem eventualmente passa.

Agora, quando o Sr. Deputado diz que os corvinos vendem aos estrangeiros e os governos regionais é que não sabem valorizar, então está também a dizer que os corvinos não valorizam o seu património.

Portanto, este texto era agressivo, era ofensivo dos corvinos. Era ofensivo quando dizia que estava a haver genocídio cultural.

Mas o senhor alterou o texto. Portanto, como alterou o texto e alterou a recomendação ao dizer inclusive que essa aquisição tem que partir de um levantamento, de um inventário dos bens de interesse cultural e que sejam aqueles que foram considerados mais relevantes para se aplicar inclusive a verba que foi aprovada aqui no âmbito do Plano e Orçamento, é evidente que aderimos a essa sua alteração e vamos votar favoravelmente o novo Projecto de Resolução.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Que cambalhota!

A Oradora: Não há cambalhota nenhuma, Sr. Deputado.

Eu estou a explicar à Sra. Deputada Zuraida, por que razão nós votámos contra em sede de Comissão o texto que foi apresentado, cujos preâmbulos não sendo votados têm conteúdo e o conteúdo que estava expresso nesse Projecto era ofensivo.

Do nosso ponto de vista houve alteração desse texto e sobretudo houve alteração da recomendação que é feita ao Governo Regional.

Deputada João Costa (PSD): Foi um flic-flac!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar agradecer as palavras que me foram dirigidas pelos diversos Deputados que me antecederam.

Fiz aquilo que acho justo. É uma batalha de muitos anos.

Considero que os museus têm que ter essa interactividade e têm que ter esta perspectiva que foi referenciada pela Sra. Deputada Piedade Lalande. Não há nenhuma dúvida em relação a isso.

O que eu sempre defendi ao longo destes anos todos foi que era muito importante proteger este património.

Quando eu escrevi que os forasteiros e os estrangeiros gostavam de levar, nunca pode interpretar isso como ofensivo para os corvinos. Foi exactamente o contrário e é a minha luta de tantos anos. É que estamos a falar de pessoas bondosas, de gente humilde que lhe pedem um objecto, acham bonito, pode ser

valorizado. Aquilo não era vendido, era dado. A maior parte dos objectos foi dada, mas sem uma perspectiva de estar a trair, seja o que for, por pura bondade, porque são pessoas humildes, porque são pessoas que tinham ali o seu património e alguém o valorizava.

Quando eu dizia que o Governo Regional não o fez naquele período não o fez.

Deputada Artur Lima (CDS/PP): Não o fez, nem o faz!

O Orador: O museu das Flores e do Corvo tinha uma manta, um único objecto do Corvo. A verdade é essa.

Portanto não pode ser de forma nenhuma interpretada dessa forma. Tem que ser interpretado de uma forma diferente que foi aquela que eu escrevi nessa altura e que mantenho, que é necessário que a Região faça (e vai fazer!) a aquisição desses objectos e que se construa um museu para perpetuar a memória, para mostrar a quem nos visita aquela cultura tão rica que é a Ilha do Corvo, como são todas as outras dos Açores. Não é mais, nem menos, é apenas diferente.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não tenho mais inscrições.

Vamos passar à votação deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

Deputada Artur Lima (CDS/PP): Para pedir um intervalo regimental de 20 minutos.

Presidente: É regimental.

Efectivamente para cumprir essa exigência regimental, atendendo à nossa hora, terminamos os nossos trabalhos por aqui.

A todos muito obrigado.

Bom jantar. Boa noite e até amanhã pelas 10 horas da manhã.

(Eram 19 horas e 43 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

António Lima Cardoso **Ventura**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Joe Valadão **Rego**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

Listagem da correspondência

1 – Projectos de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece um conjunto de medidas a respeitar pelo Estado Português na sua relação com as organizações encarregues da inspecção, vistoria e certificação dos navios, com vista ao cumprimentos das convenções

internacionais sobre segurança marítima e prevenção da poluição marinha, transpondo a Directiva n.º 2009/15/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009 - MAMAOT - (Reg. DL 190/2011) - N.º 172/IX

Autor: Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros.

Data de Entrada: 2011.11.29

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – DEZEMBRO – 09;

Assunto: Estabelece prescrições mínimas em matéria de protecção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho, transpondo a Directiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de Dezembro de 2009 - MEE - (Reg. DL 195/2011).- N.º 173/IX

Autor: Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros.

Data de Entrada: 2011.11.29

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – DEZEMBRO – 09.

2 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Consolidação da dívida da fábrica Santa Catarina - Indústria Conserveira, SA.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.02

Referência: 54.01.05 – N.º 525/IX;

Assunto: [Abastecimento de água à Lavoura nos Fenais da Ajuda](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.05

Referência: 54.01.02 – N.º 552/IX;

Assunto: [Perdizes](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.05

Referência: 54.04.00 – N.º 558/IX;

Assunto: [Serviços de Apoio Administrativo aos Agricultores da Zona do Topo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.05

Referência: 54.01.05 – N.º 559/IX;

Assunto: [Pagamento de bolsas a estudantes de medicina](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.05

Referência: 54.01.00 – N.º 565/IX;

Assunto: [Centrovia - Inspeções periódicas obrigatórias na ilha das Flores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.06

Referência: 54.01.08 – N.º 543/IX;

Assunto: [Controlauto - Inspeções periódicas obrigatórias na ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.06

Referência: 54.01.05 – N.º 545/IX;

Assunto: [Garantias para o Financiamento da Obra de Saneamento Básico da Cidade da Horta](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.07

Referência: 54.03.07 – N.º 546/IX

Assunto: [Exploração do jogo de fortuna ou azar na Região](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.07

Referência: 54.03.00 – N.º 549/IX.

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência do pedido de suspensão do cargo de mandato da Sra. Deputada Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins, o Sr. Deputado Paulo Jorge Silva manter-se-á em funções, em regime de substituição, durante a sua ausência.

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data entrada: 2011– NOVEMBRO – 28;

Assunto: Ofício a enviar um exemplar da publicação *Situação Socioeconómica 2010*, proporcionando uma panorâmica da realidade económica e social da RAA

Proveniência: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Data entrada: 2011– NOVEMBRO – 30;

Assunto: Ofício a acusar a recepção do n/ofício 4554, datado de 27 de Outubro, com a Resolução nº 26/2011 – “Recomenda ao Governo da República o não Encerramento do Serviço de Finanças do Corvo”, bem como informar que os mesmos documentos foram enviados ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado e das Finanças e ao Gabinete do Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

Proveniência: Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros

Data entrada: 2011 – DEZEMBRO – 02;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência da renúncia do mandato do Deputado Manuel Herberto Rosa, essa vaga será preenchida pelo Deputado Regional José Gabriel Freitas Eduardo, a partir do dia 2 de Dezembro de 2011, inclusive, cujos poderes já estão verificados

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data entrada: 2011– NOVEMBRO – 30;

Assunto: Ofício a solicitar a substituição, com efeitos a 4 de Dezembro, por um período de 10 dias, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro

Proveniência: Alzira Silva

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 05;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência da suspensão do mandato da Deputada Alzira Maria Serpa Silva, por um período de 10 dias, e da indisponibilidade, por incompatibilidade prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, dos candidatos Sandra Isabel Goulart Pereira da Costa e Victor Rui Ramalho Bettencourt Dores, essa vaga será preenchida pela Sra. Deputada Ana Paula Garcia de Lemos, com efeitos a 4 de Dezembro

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 05;

Assunto: Ofício a comunicar que não está disponível para assumir o mandato de Deputada Regional, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA e na alínea j) do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Sandra Isabel Goulart Pereira da Costa

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 06;

Assunto: Ofício a comunicar que não está disponível para assumir o mandato de Deputado Regional, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA e na alínea j) do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Victor Rui Ramalho Bettencourt Dores

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 09;

Assunto: Ofício a remeter um exemplar do Parecer sobre a Conta da RAA, relativa ao ano económico de 2010

Proveniência: O Presidente do Tribunal de Contas, Guilherme Oliveira Martins

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 12;

Assunto: Ofício a remeter um exemplar do Parecer sobre a Conta de Gerência da ALRAA, respeitante ao ano de 2010

Proveniência: O Presidente do Tribunal de Contas, Guilherme Oliveira Martins

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 12;

Assunto: Ofício a remeter Parecer aprovado na reunião do Conselho de Opinião da RTP, SA (18 de Novembro p.p.), sobre o Plano de Sustentabilidade

Proveniência: O Representante da Região no Conselho de Opinião da RTP, José Lourenço

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 12.

4 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Aplicação do novo Acordo Ortográfico na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 6

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 12

Comissão: Política Geral;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011- Educação para a Saúde](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 6

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/2011 - Que Desenvolve na Região Autónoma dos Açores as Bases Gerais do Regime da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 6

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/2011 - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimentos associativo desportivo.](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 7

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/2011 - Regime Jurídico do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 9

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao mês de Novembro](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 5

Comissão: Economia;

Assunto: [Petição n.º 18/2011 - “Para o aumento do acréscimo ao salário mínimo nacional, na Região Autónoma dos Açores”](#)

Data de entrada: 2011 – DEZEMBRO – 6

Comissão: Economia.

5 – Diários:

Estão presentes na presente Sessão Plenária os Diários n.º s 110 e 111 da ALRAA.

Consideram-se aprovados na presente Sessão Plenária os Diários n.º s 106, 107, 108 e 109.

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco